UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS UFG
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS

O PROJETO GRANDE CARAJÁS E SEUS REFLEXOS PARA AS QUEBRADEIRAS DE COCO DE IMPERATRIZ - MA

Goiânia
2010

RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS

O PROJETO GRANDE CARAJÁS E SEUS REFLEXOS PARA AS QUEBRADEIRAS DE COCO DE IMPERATRIZ MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.
Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades
Linha de Pesquisa: Sertão Regionalidades e Projetos de Integração.
Orientadora: Profª. Drª Maria Amélia Garcia de Alencar.

Goiânia
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Santos, Raimundo Lima dos.

S237p O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz - MA [manuscrito] / Raimundo Lima dos Santos. - 2009.
xv, 192 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Profª. Drª. Maria Amélia Garcia de Alencar.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2009.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras e mapas.

1. Quebradeiras de coco babaçu – Condições sociais e culturais - Imperatriz (MA). 2. Projeto Grande Carajás - Impactos territoriais – Imperatriz (MA). 3. Desenvolvimento regional – Imperatriz (MA). I.Título.

CDU: 332.158(812.1)

RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS

O PROJETO GRANDE CARAJÁS E SEUS REFLEXOS PARA AS QUEBRADEIRAS DE COCO DE IMPERATRIZ MA

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____de_____de_____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Profª. Drª. Maria Amélia Garcia de Alencar - UFG
Presidente da Banca

_____

Prof. Dr. Eduardo Reinato - UCG

_____

Prof. Dr. Cyntia Martins - UEMA

_____

Barsanufo Gomides Borges
Suplente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a essas mulheres quebradeiras de coco pelos muitos ensinamentos recebidos tanto no âmbito profissional, quanto pessoal. Agradeço também à minha orientadora Maria Amélia Garcia de Alencar, por suas importantes contribuições a este trabalho, especialmente por ter me ajudado a ser mais claro naquilo a que me propus dizer. Agradeço ainda aos professores e colegas que me deram alguma contribuição ou apoio pessoal nessa trajetória de quase dois anos.

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

RESUMO..... 09
ABSTRACT 10
INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I - O PROJETO GRANDE CARAJÁS E A REDEFINIÇÃO DO UNIVERSO REGIONAL.....19

1.1. Execução do Programa.....22
1.2. Aspectos econômicos do PGC.....31
1.3. O PGC e a produção de carvão vegetal.....42
1.4. O PGC e a problemática ambiental.....53
1.5. Consequências sociais do PGC.....63

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BABAÇU E O PAPEL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NO MARANHÃO..... 70

2.1. Ascensão e declínio da indústria babaçueira no Maranhão.....75
2.2. As quebradeiras de coco no Mearim: primeiros tempos.....88
2.3. Origem do movimento das quebradeiras de coco no Maranhão.....94
2.4. A organização interestadual das quebradeiras de coco.....101

CAPÍTULO III - A ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DE PETROLINA E OS DESAFIOS DE UM NOVO TEMPO.....117

3.1. A história do povoado.....122
3.2. A memória como elemento político.....130
3.3. A criação da Celmar e o agravamento dos problemas sociais.....136
3.4. A trajetória de algumas quebradeiras.....147
3.5. A criação da Associação como busca de alternativas.....154

CONSIDERAÇÕES FINAIS 175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....183

RESUMO

Este trabalho trata da luta das quebradeiras de coco babaçu do povoado de Petrolina, zona rural de Imperatriz, no Maranhão. Em 1998, elas fundaram uma Associação de quebradeiras para lutar contra a queima do coco inteiro, no povoado. A Associação luta em defesa da cultura tradicional do babaçu e do meio ambiente e procura oferecer alternativas de renda para trabalhadoras extrativistas no povoado, na tentativa de reduzir a queima do fruto, em prol do seu aproveitamento integral. Ao lutarem contra essa nova prática, que segundo elas, traz mais prejuízos que benefícios, estão indo em direção a um processo mais profundo que não se encontra no presente da comunidade, mas em décadas anteriores, quando o Projeto Grande Carajás se efetivou na Amazônia. Por conta disso, o trabalho parte desse Programa para, a partir daí, buscar explicar um conjunto de mudanças socioculturais na região, que inclui a comunidade de Petrolina. Nesse sentido, o povoado tradicional passa por várias mudanças quando reage contra parte dessas mudanças.

ABSTRACT

This work deals with the struggle of the babassu coconut breakers of the village of Petrolina located inthe rural area of Imperatriz, Maranhão. In 1998 they founded an association of breakers to combat the burning of the, whole coconut fighting in defense of the traditional culture of poconut oil, the environment, and seek to offer income alternatives to extractive workers in the village. By fighting this new practice, which according to them does more harm than good, they're looking for a process that is not new in this community, but conestron previous decades, when the Great Carajas Project was accomplished in the Amazon. Because of this, his work begins with this Project as oc starting point for a set of socio-cultural changes in the region. the community of Petrolina receives some of these influences, changing, in part, their habitus. In this sense, the traditional village goes hironger several changes. It is a reaction against some of these changes that this dissertations tries to show.

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a análise do tema, é importante esclarecer que se trabalhará com a noção de campo, pensada por Bourdieu. Na tentativa de evitar cair num reducionismo economicista (BOURDIEU, 2005, p. 69) ou de levar o foco da abordagem apenas aos conflitos conscientes das classes em busca das mudanças sociais, observar-se-á o espaço social amazônico como um campo social, que pode ser:

> Ao mesmo tempo, como um campo de força, cuja necessidade se impõe aos agentes que neles se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura de campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de uma estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Esses agentes são os empresários, os políticos, os camponeses[1], as quebradeiras de coco babaçu. O campo é um espaço multidimensional de posições "onde os diferentes agentes que ocupam diversas posições lutam, tendo em vista a apropriação do capital específico ao campo e/ou a redefinição desse capital. Como o capital está distribuído de maneira desigual no seio do campo, existem dominantes e dominados" (RAUD, 2007, p. 211).

De um lado encontram-se as empresas, detentoras do capital econômico e boa parte do capital social e político; do outro, as organizações sociais, com evidência aqui para as quebradeiras de coco, detentoras de quase nenhum capital econômico, mas com peso importante na esfera política e cultural, que tentam, assim, construir um projeto alternativo que possa atender aos excluídos ou prejudicados pelo Projeto Grande Carajás - PGC.

Portanto, a análise de campo ou campos permite estudar os diversos conflitos do mundo social, por meio da tomada de posição dos agentes, de forma consciente e inconsciente, localizados de forma diferente no tecido social. Cada posição corresponde a pesos diferentes, com diferentes formas de transformação ou conservação do espaço social.

A postura dos diferentes agentes de determinado campo se dá por meio de suas práticas, que por sua vez estão contidas no universo do habitus. "O campo estrutura o habitus

---

[1] O termo camponês concebe várias denominações de caráter social e político. Contudo, neste trabalho, o objetivo mais importante não é discutir uma definição adequada para o termo, mas apenas indicar as pessoas que vivem e trabalham nas zonas rurais da Amazônia.

que é o produto de incorporação da necessidade imanente deste campo ou de um conjunto de campos mais ou menos concordantes" (COSTA, 2001, p. 26).

> O habitus é entendido como "um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro" (Bourdieu, 1972, apud CATANI, s/d p. 4).

Para tentar expressar de forma mais simples, o habitus pode ser expressado pelo que comumente se chama de cultura. Assim pode-se falar em cultura empresarial, cultura política, cultura extrativista tradicional e assim por diante. Postas essas duas categorias, campos e habitus, que só podem funcionar, na concepção de Bourdieu, se estiverem juntas (BOURDIEU, 2002, p. 68), tem-se as ferramentas para se analisar as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem o PGC e as quebradeiras de coco do Maranhão. Assim como há um campo jurídico, empresarial, político ou qualquer outro, com suas normas próprias de comportamento que o fazem funcionar, pode-se referir a um campo extrativista do babaçu e suas mudanças ao longo das duas últimas décadas.

Este trabalho trata de três histórias, das quais duas já são conhecidas e uma ainda está sendo estudada. trata do Projeto Grande Carajás - PGC, da organização social e política das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão e outros estados e da organização de um grupo específico de quebradeiras, numa pequena Associação, no povoado de Petrolina, situado na zona rural de Imperatriz, cidade maranhense.

São eventos ou fatos históricos de grande importância, especialmente para uma leitura de Amazônia. Esses objetos de pesquisa, por si só, já justificam o trabalho sobre eles, dada as suas influências na realidade social da região. Entretanto, apesar do inegável valor desse objeto de pesquisa, este trabalho ambiciona ir além no que se refere à construção explicativa desses fatos históricos. Entende-se aqui ir além da exposição do objeto, problematizando o impacto de sua dinâmica, o que enriquece amplamente este estudo.

A tese central deste trabalho caminha no sentido de explicar o Projeto Grande Carajás como o mais importante princípio gerador na reestruturação social da Amazônia Oriental, com significativos impactos na mesma esfera. Como fruto das interferências múltiplas de Carajás, iniciadas a partir do início da década de 1980, percebem-se fortes mudanças de comportamento na cultura extrativista do babaçu em Imperatriz, que ainda está em intenso processo de reordenação.

Essas mutações provocadas no universo das quebradeiras de coco, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, permitem que se entenda o percurso do grupo de quebradeiras de Petrolina e de suas trajetórias individuais e coletivas. Na busca de entendimento e mudanças de práticas, procuram entender as necessidades de um novo tempo que se mostra diferente do que muitas viveram há algumas décadas.

Para apresentar um roteiro explicativo, quase que em forma de quebra-cabeça, parte-se primeiramente de uma exposição do PGC, em seus aspectos político-econômicos e socioculturais, para demonstrar como os resultados de suas ações contribuíram para importantes transformações no campo social, tendo como novos agentes as quebradeiras de coco, que emergiram, enquanto categoria política, com a proposição de um modelo alternativo de sociedade, pautado na própria cultura centenária do babaçu.

Ao surgir essa nova categoria e um novo campo social em disputa, trabalhadoras extrativistas tornam-se um corpo político que começou a contrapor o modelo social vigente com propostas alternativas, em busca de atender às populações mais desfavorecidas.

A comunidade de Petrolina, como realidade histórica, está situada entre esses dois campos ou dois projetos, e acabou sofrendo influências das duas dimensões gravitacionais. De maneira geral, pode-se afirmar que o PGC contribuiu para a mudança do formato social de Petrolina e o movimento social das quebradeiras de coco ensinou formas de enfrentar parte dessas modificações.

Para explicar isso de forma mais clara, é importante fazer um percurso mais detalhado pelos três capítulos deste trabalho para evidenciar que suas três partes estão mais relacionadas do que possa parecer a um olhar mais superficial.

O Projeto Grande Carajás foi e é objeto de muitas análises, no entanto, a maior parte das pesquisas sobre ele aconteceu nas décadas de 1980 e 1990. Isso significa que a maioria dos subprojetos ainda estavam acontecendo ou o tinha feito recentemente.

Para a confecção do primeiro capítulo fez-se um diálogo com sete trabalhos escritos sobre o PGC, que são os de maior importância para se entender o programa. O primeiro deles foi escrito em 1981, intitulado *Carajás: ataque ao coração da Amazônia*, de Lúcio Flávio Pinto, sem dúvida um dos livros mais importantes sobre o assunto.

Dois anos depois, surgiu outro trabalho sobre esse grande projeto, resultado de pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, intitulado *Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro*. Em relação ao primeiro trabalho, apresentou algumas afinidades, a exemplo de uma crítica à concepção do Programa em diferentes setores, da mesma maneira que faz um balanço crítico, com a apresentação de vários danos ambientais.

Em 1984 a obra *Carajás: a invasão desarmada*, de Raimundo Garcia Cota, apresenta os fatores e características gerais do projeto, mas com certa ênfase nos aspectos sociais e ambientais que se mostraram negativos até àquele momento. Dois anos depois no livro *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*, organizado por José Maria Gonçalves, há uma continuação na ênfase ecológica do programa, além de apresentar os efeitos socioeconômicos.

No final da década, o trabalho intitulado *Grande Carajás: planejamento da destruição*, de Orlando Valverde, fez uma espécie de balanço do Projeto, com foco para os três fatores mais observados, a saber: o econômico, o social e o ambiental, com peso importante para o último elemento.

Por fim, em meados da década de 1990, duas outras obras sobre o PGC foram lançadas, a primeira intitulada *Amazônia/Carajás: na trilha do saque*, de Marcos Kowarick, com ênfase nos aspectos econômico, político e ambiental; e a outra, com o título Carajás: desenvolvimento ou destruição? Esta última consiste num conjunto de artigos que tratam da economia camponesa, produção de carvão, meio ambiente, dentre outros temas, com maior ênfase para o social e ambiental.

Com os resultados que essa pesquisa alcançou, foi possível constatar que o PGC foi sem dúvida um divisor de águas para a Amazônia Oriental, especialmente no que se refere às

transformações sociais e culturais, fatores privilegiados nesse trabalho. Para demonstrar as mudanças no formato da região a partir das ações e dos resultados do Projeto Grande Carajás, este texto estruturou os tópicos de maneira a conduzir o raciocínio que demonstre esse ponto de partida proposto pela pesquisa.

O primeiro capítulo inicia com a exploração do Projeto, como e quando passou a funcionar, sua execução, perspectivas financeiras de gastos e arrecadação. Enfim, uma ordem de fatores políticos e econômicos que pudessem expressar as feições do PGC. Com essas informações, analisa-se o impacto do Projeto pela movimentação de sua estrutura financeira, com a execução dos subprojetos nas áreas de mineração, siderurgia, agricultura, pecuária, reflorestamento, dentre outros.

O tópico da produção de carvão conduz ao desfecho do capítulo, no que se refere aos problemas ambientais do PGC. Ao evidenciar tais problemas, um dos objetivos é perceber a indicação de mudanças na cobrança maior em relação a essas questões. Quando se apresentam as várias propostas do Projeto para o melhoramento de políticas ambientais, também esta-se querendo afirmar que o PGC contribuiu para o fortalecimento de setores da sociedade civil que discutem o meio ambiente.

Uma das principais tarefas do capítulo inicial deste trabalho é mostrar um movimento na participação e cobranças ambientais, de maneira a criar um projeto político. A outra tarefa é indicar as mudanças sociais e culturais, especialmente para as populações pobres da Amazônia Oriental. As modificações nesse universo rural remetem, de alguma maneira, à categoria em destaque neste trabalho: as quebradeiras de coco babaçu.

O conjunto das informações apresentadas sobre o PGC, especialmente no aspecto ambiental e social, visa, em primeira mão, mostrar que o Projeto contribuiu na criação de bases importantes para outros cenários, com a participação de novos agentes políticos. O capítulo segundo que trata da "organização socioeconômica do babaçu e o papel das quebradeiras de coco no Maranhão", vai tentar mostrar que, a partir de um conjunto de mudanças sociais, surge um contexto para novas práticas e novos projetos.

A relação entre o PGC e o universo extrativista do babaçu se dá, pelo menos de forma aparente, de maneira mais indireta que o contrário. O babaçu, como uma bandeira política, nasce na região central do Maranhão, na chamada região dos cocais ou região do

Mearim. Geograficamente essa área localiza-se um pouco distante da jazida mineral de Carajás ou de seus projetos mais impactantes.

Por outro lado, um dos principais impactos negativos do Projeto está relacionado às questões fundiárias, com a ocorrência de frequentes e intensos conflitos, não apenas nas áreas subjacentes ao projeto, mas em praticamente toda a Amazônia. Junto a esse problema, esteve o ambiental, que se expandiu por fronteiras muitos mais longínquas. Nesse contexto, houve motivações para novas transformações nos cocais maranhenses.

O segundo capítulo começa com uma explanação em relação às potencialidades do babaçu, assim como seus usos na forma tradicional. O passo seguinte mostra uma mudança de comportamento, no que tange ao seu aproveitamento, que deixa de ser apenas instrumento de sobrevivência de famílias pobres e passa a ter uso empresarial.

No tópico seguinte, coloca-se em evidência a organização social das quebradeiras de coco na região do Mearim maranhense, enquanto categoria ainda não política. Basicamente, o que se tenta mostrar é como se dá a formação social dessas regiões, direcionando atenção especial para as trabalhadoras extrativistas. É possível perceber um trajeto, em que as famílias extrativistas enfrentam momentos de melhoras e pioras, de modo que surgiu um contexto específico, favorável à participação dessas quebradeiras de coco nos conflitos sociais, especialmente os que se referem à problemática ambiental criada pelo PGC.

Ao chegar nesse momento histórico, o tópico posterior mostra como, naquelas condições específicas, começaram a surgir organizações femininas no Maranhão, especialmente lideradas por quebradeiras de coco. À medida que o tempo foi passando, essas pequenas organizações sociopolíticas foram ganhando terreno e força. As conquistas surgiram e ampliaram-se, tanto no aspecto econômico, quanto social e político.

O ramo empresarial que envolvia o babaçu, que já sofria mudanças, foi mais impactado com a interferência das trabalhadoras extrativistas organizadas. Projetos de produção, distribuição e mercado alternativos começaram a surgir com relativa força no Maranhão. A economia passou a contar com dois setores, em relação ao babaçu: a economia empresarial tradicional e um ramo empresarial alternativo.

A última parte do capítulo mostra a organização das quebradeiras de coco em outro estágio, em que elas vão além da conquista de projetos alternativos em prol de geração de

renda e entram em novas esferas de conquistas. O movimento cresceu e abarcou as fronteiras interestaduais e, à medida que isso aconteceu, o próprio corpo de propostas também expandiu seus anseios, o que pressupõe discussões sobre gênero, identidade, cultura, leis e uma série de outros elementos que buscam consolidar o acesso livre aos babaçuais, além de melhores condições de sobrevivência para quebradeiras e trabalhadores rurais.

Após a tentativa de evidenciar o PGC como fato histórico decisivo para a Amazônia pelas suas várias interferências pontuais e estruturais e colocar outra realidade histórica nesse contexto, que são as quebradeiras de coco organizadas, busca-se fazer não uma relação automática nem única, apenas relacional. À medida que se evidenciam dois campos ou duas esferas em assimilação e disputa ao mesmo tempo, surge o terceiro capítulo, com um estudo de caso, o povoado de Petrolina, que está situada entre as influências desses dois projetos ou duas concepções. Se há interferências de dois lados, também há mais de uma forma de reação e a maneira como essas quebradeiras de coco procuram se situar no mundo, diante das várias mudanças, se constitui o objetivo da parte final deste trabalho.

Para entender, em parte, o comportamento das quebradeiras de coco de Petrolina, elegeram-se alguns aspectos que possam oferecer pistas para uma compreensão. A primeira pista é que, numa sociedade em que a cultura escrita praticamente não representa expressão significativa, a oralidade, a memória, pode se constituir como elemento importante. As tradições, os costumes e a maior parte dos ensinamentos, nesses casos, são transmitidos pela comunicação oral e guardados na memória, individual e coletiva.

Isso torna a memória um patrimônio que muitas vezes é utilizado como ferramenta política, no sentido de haver escolhas, separações, ocultamentos e expressões que possam favorecer pessoas ou grupos. No caso de Petrolina, isso pode ser percebido no desenho de uma memória extrativista geradora do próprio povoado e, em consequência, das quebradeiras de coco, o que dá um teor de forte pertencimento ao babaçu nas suas relações tradicionais.

Por muitos anos, o povoado recebeu famílias que encontraram um lugar para findar suas constantes migrações em busca de uma terra prometida. Por outro lado, se suas terras férteis e acessíveis atraíram famílias camponesas, também começaram a hospedar diversas outras categorias de pessoas, dentre elas, possuidores de terras que concentraram, com o passar do tempo, áreas cada vez maiores.

Neste trabalho, coloca-se a concentração fundiária no povoado como o primeiro grande divisor de águas na vida da maioria de seus habitantes, pois as dificuldades estruturais e a pobreza não são algo que vieram para eles em momento posterior, mas fazia parte da vida da grande maioria dessas famílias. A concentração causou certo estranhamento porque veio depois e provocou abalos nas relações sociais no interior da comunidade.

Outro marco na vida desse povoado, surgido no momento seguinte, é a chegada de uma empresa chamada Celmar, que chegou à região com a proposta de produzir celulose. Ao chegar, concentrou significativa quantidade de terra, o que contribuiu para o agravamento do problema mais crônico, não apenas de Petrolina, como em toda a região Amazônica Oriental. Além disso, contribuiu para a chegada de um novo problema, a saber, o incentivo à produção de carvão a partir do coco babaçu.

Essa atividade tem aumentado em Petrolina, o que provoca vários tipos de problemas, entre os quais a falta ou diminuição dos cocos para quebradeiras. Problemas como esse e muitos outros, de ordem cultural, motivaram a criação de um grupo organizado de quebradeiras de coco, formando uma Associação.

CAPÍTULO I

O PROJETO GRANDE CARAJÁS E A REDEFINIÇÃO DO UNIVERSO REGIONAL

O Projeto Grande Carajás[2] foi um mega empreendimento econômico, político e social que teve início oficial em princípio da década de 1980. No entanto, tem-se conhecimento de pretensões e ações no sentido de otimizar economicamente a região desde muito antes, quando alguns diagnósticos já apontavam a existência de minérios na região. Esse empreendimento mineralógico foi executado, em sua maior parte, pelo governo brasileiro, no entanto, a concepção geral do programa tem fortes interferências estrangeiras.[3]

Desde seu início, o Projeto despertou intensos e diversos conflitos em relação à sua eficiência para a sociedade amazônica e brasileira. Talvez o ponto de maior divergência situe-se na pergunta: benefícios para quem? Não se pode deixar de levar em consideração a evidente distinção de interesses envolvidos no interior desse processo. A opção aqui é diferenciar, de maneira geral, dois tipos de interesses: um empresarial e um social, que envolve a maioria das populações pobres da Amazônia.

Antes de entrar nas observações sobre o projeto em si, faz-se necessário percorrer um pouco a história da mineração brasileira para tentar compreender como ela nasce e consolida-se, enquanto atividade empresarial. No início do século XIX já se percebem tentativas do Estado brasileiro em ingressar no setor de produção de gusa, ainda que seus primeiros resultados mais visíveis só apareçam no século seguinte. A partir de 1901 já é possível encontrar produção de ferro-gusa na ordem de duas mil toneladas por ano (CVRD, 1992).

---

2 Também chamado Programa Grande Carajás. Não se atribui diferença neste trabalho por causa da mudança de termo, tanto o primeiro quanto o segundo denotam o conjunto de ações do PGC.

3 Para Kowarick (1995, p. 110), os riscos dos investimentos em Carajás foram assumidos pela empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Por outro lado, a partir do momento em que se percebe o vasto potencial mineral nessa região, cria-se a perspectiva de um projeto de desenvolvimento regional, a partir da década de 1970 (GONÇALVES, 1986, p. 22). Nesse momento, o Projeto Ferro Carajás dá lugar ao Projeto Grande Carajás, que ganhou corpo nos primeiros anos da década de 1980. Os japoneses tiveram participação ativa na concepção desse projeto, a exemplo de um estudo realizado em 1980 pela Japan International Consulting - JICA, denominado "Amazônia Oriental - Plano Preliminar de Desenvolvimento" (KOWARICK, 1996, p. 93) que norteou muitas ações desse empreendimento.

A partir de 1909, o então Presidente da República Nilo Peçanha procurou estimular empresários nacionais e estrangeiros na empreitada de extração de minério no país. Nessa época, já havia um razoável conhecimento do potencial mineralógico nacional, como se percebe num Congresso Internacional de Mineralurgia realizado na Suécia, com participação dos maiores investidores do mundo nesse setor. Na ocasião, o Governo brasileiro, por meio de um representante, apresentou um mapeamento, em termos minerais, de praticamente todo o território nacional, com exceção da Amazônia, apontando a existência de minérios na Bahia, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso (CVRD, 1992, p. 153). A partir desse momento os olhos de várias nações se voltaram para o território brasileiro. O potencial de suas reservas, apontado na época, estava estimado em 10 bilhões de toneladas e isso provocou uma acirrada disputa entre diversas empresas do setor, especialmente as de fora do país.

A Primeira Guerra Mundial serve como divisor de águas na forma de ver e administrar os recursos minerais brasileiros, pois a escassez provocada pela impossibilidade de importação fez com que se pensasse mais seriamente em uma produção capaz de abastecer integralmente as necessidades do país e ficar menos refém de mudanças abruptas no cenário internacional.

Em 1920 foi assinado o primeiro acordo entre o Governo brasileiro e uma empresa inglesa, Itabira Iron Ore Company, para a extração de minério. Os políticos nacionalistas acreditavam que o governo poderia criar meios brasileiros para a realização desse trabalho e por conta disso protestaram contra a medida e tiveram o apoio de outros grupos empresariais estrangeiros, excluidos com a assinatura desse contrato.[4]

O novo Presidente da República, dois anos depois, cedendo a pressões internas, apresentou um Plano Siderúrgico Nacional. Com Getúlio Vargas essa política ganha mais importância, como mostra a Constituição de 1937, que determina aos empreendimentos ou

---

4 De 1920 a 1937 houve intensos debates em relação à forma de exploração dos minérios brasileiros. Por 17 anos a empresa Inglesa Itabira Iron deteve o monopólio da extração mineral no país, apesar de muitos protestos internos. Ao final de muitos anos, perdeu todas as concessões federais e estaduais que detinha, apesar de ainda ter mantido as minas e muitas terras. Em 1942, por meio dos Acordos de Washington, celebrados entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, intentou-se, dentre outros objetivos, criar uma companhia de exportação de minério de ferro para esses países durante a Segunda Guerra Mundial. No acordo, a Itabira transferiu as minas ao governo brasileiro (CVRD, 1992, p. 187-88). A partir desse momento, surge uma nova postura em relação à política mineral do país.

acionistas brasileiros o aproveitamento das minas. Três anos mais tarde começou a organização das bases para a primeira usina brasileira de grande porte, um ano após o Governo rescindir o contrato com a Itabira. Para dar o segundo passo, o governo norte-americano financiou 14 bilhões de dólares, nos chamados Acordos de Washington, que previam, entre outras coisas, o fornecimento de minérios brasileiros aos Estados Unidos. Nesse acordo nasce a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD.

O projeto de Getúlio Vargas foi aos poucos se alterando, no que diz respeito à perspectiva "nacionalista". Após sua morte, o envolvimento do Brasil com os interesses estrangeiros se intensificou bastante em relação ao setor mineralógico. No governo militar essa política de aproximação chegou em um nível jamais alcançado antes.

> A nova política do governo federal para o setor de mineração foi sintetizada no decreto n° 55.282, assinalado pelo presidente Castelo Branco no dia 22 de dezembro de 1964. O decreto autorizava a participação de capitais privados na exploração do subsolo e estendia ao capital estrangeiro o direito de participar de sociedades brasileiras que atuassem no setor [...] (CVRD, 1992, p. 274).

Ainda na primeira metade da década de 1950, o Programa de Emergência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA afirmava a existência de minerais na Amazônia. Desde então, essa região é percebida como "nova" riqueza potencial e no final da década de 1970 divulgou-se publicamente o conhecimento de jazidas minerais na Serra dos Carajás. A partir de então, organizou-se um forte aparato no sentido de operacionalizar esses recursos minerais situados na Amazônia oriental. Foi a mais expressiva iniciativa governamental já realizada na Amazônia. Por meio desse desenho foi possível mapear, controlar e explorar praticamente todo esse território.

No início da década de 1970, o Governo Militar deu um passo além, quando aprovou um projeto que ficou conhecido por Projeto Radam Brasil (Radar da Amazônia), com o objetivo de mapear praticamente toda a Amazônia, com especial atenção, naquele momento, para a descoberta dos minérios existentes.[5] A partir desse "novo" conhecimento em relação às

---

5 O Projeto Radam foi um projeto que realizou, por meio de imagens de radar, um levantamento tanto dos recursos minerais, quanto da aptidão agrícola dos solos. Outros projetos tiveram tarefa parecida com este, como os projetos Erts e Landsat, que também tinham foco nos minérios, floresta, solos, dentre outros (KOWARICK, 1995).

jazidas minerais nacionais, grupos estrangeiros se sentiram mais confiantes para realizar novas empreitadas de exploração na região. Um dos principais objetivos desse programa foi realizar um levantamento dos recursos minerais e de aptidão dos solos. As imagens de radar permitiram também levantar outros recursos naturais, dentre os quais os florestais (KOWARICK, 1995, p. 39).

Desde 1967, pesquisas já apontavam para a existência de minério de ferro na região da Serra dos Carajás, no Sul do Pará. Um geólogo brasileiro a serviço de uma firma norte-americana, a United States Steel, descobriu uma vasta quantidade de minério nessa região. Com essa descoberta a Steel assumiu, juntamente com a CVRD, o empreendimento e formaram a Amazônia Mineração S.A - Amza. Alguns anos mais tarde, por motivos diversos, a empresa brasileira assumiu sozinha o negócio, mediante pagamento indenizatório no valor de 55 milhões de dólares à sua sócia (KOWARICK, 1995).

Após isso, a Companhia Vale do Rio Doce foi em busca de capital para movimentar o negócio e, por meio de empréstimos junto a instituições estrangeiras e nacionais, deu início ao maior empreendimento econômico já realizado na Amazônia. Contou com o apoio financeiro de instituições como a União Europeia - UE, a Confederação Europeia de Ferro e aço, o Banco Mundial, além de ajuda dos governos do Japão e Estados Unidos, de forma a garantir o funcionamento do programa (SUTTON, 1994, p. 63).

Execução do Programa

No início da década de 1980, o país enfrentava uma profunda crise econômica, acompanhada de um grave endividamento externo. O alto investimento em obras de infra-estrutura com base no modelo de substituição de importações conduziu, na visão de muitos, a uma das maiores crises brasileiras. Seria tarefa do Projeto Grande Carajás ou apenas PGC, contribuir para o fim dessa crise financeira, com a geração de emprego e renda, bem como com a melhoria da qualidade de vida das populações da região.

A Amazônia, especialmente a oriental, seria o locus propício para investimentos como esse, visto que, além da abundância de energia e mão-de-obra,[6] proporcionava significativas vantagens em relação a uma legislação largamente tolerante quanto a atividades poluentes e devastadoras dos recursos naturais. Somado a isso, foi assegurada a posse de grandes quantidades de terras e direitos minerais a quem investisse na região.

Como principal estratégia, seria feita a exploração da maior quantidade de recursos naturais possíveis. A Vale do Rio Doce elaborou, por intermédio de parceria, o documento denominado "Amazônia Oriental - Plano Preliminar de Desenvolvimento", editado em 1981, para ser um vetor de ações. Estimou-se gasto na ordem dos 61,7 bilhões de dólares, dos quais seriam 22,5 bilhões somente com infra-estrutura, a prioridade em curto prazo, e 39,2 bilhões nos outros setores (FERREIRA, 1982, p. 34).

Dentre os principais objetivos do Projeto destacam-se: desenvolver o crescimento industrial; a siderurgia e, especialmente, a exploração mineral; ocupar o que se denominou de "espaços vazios", substituindo a economia tradicional camponesa e indígena por uma economia de mercado; gerar riqueza, emprego e renda para tirar o país da crise e pagar a dívida externa; descentralizar a economia nacional.

A primeira parte do projeto correspondeu basicamente a aplicação da infra-estrutura, com destaque para investimentos nos seguintes setores: rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, além de outras quatro menores; Estrada de Ferro Carajás - EFC, ferrovia que liga a Serra dos Carajás, no Pará, a São Luís, no Maranhão, num percurso de quase 900 quilômetros; dois portos marítimos, o de Itaqui e Ponta da Madeira na capital maranhense; um porto fluvial em Barcarena no Pará e uma usina hidrelétrica em Tucuruí.

Além de toda infra-estrutura empregada, foram concedidos uma série de incentivos fiscais, na tentativa de atrair investimentos estrangeiros para a Amazônia. Por meio desses

---

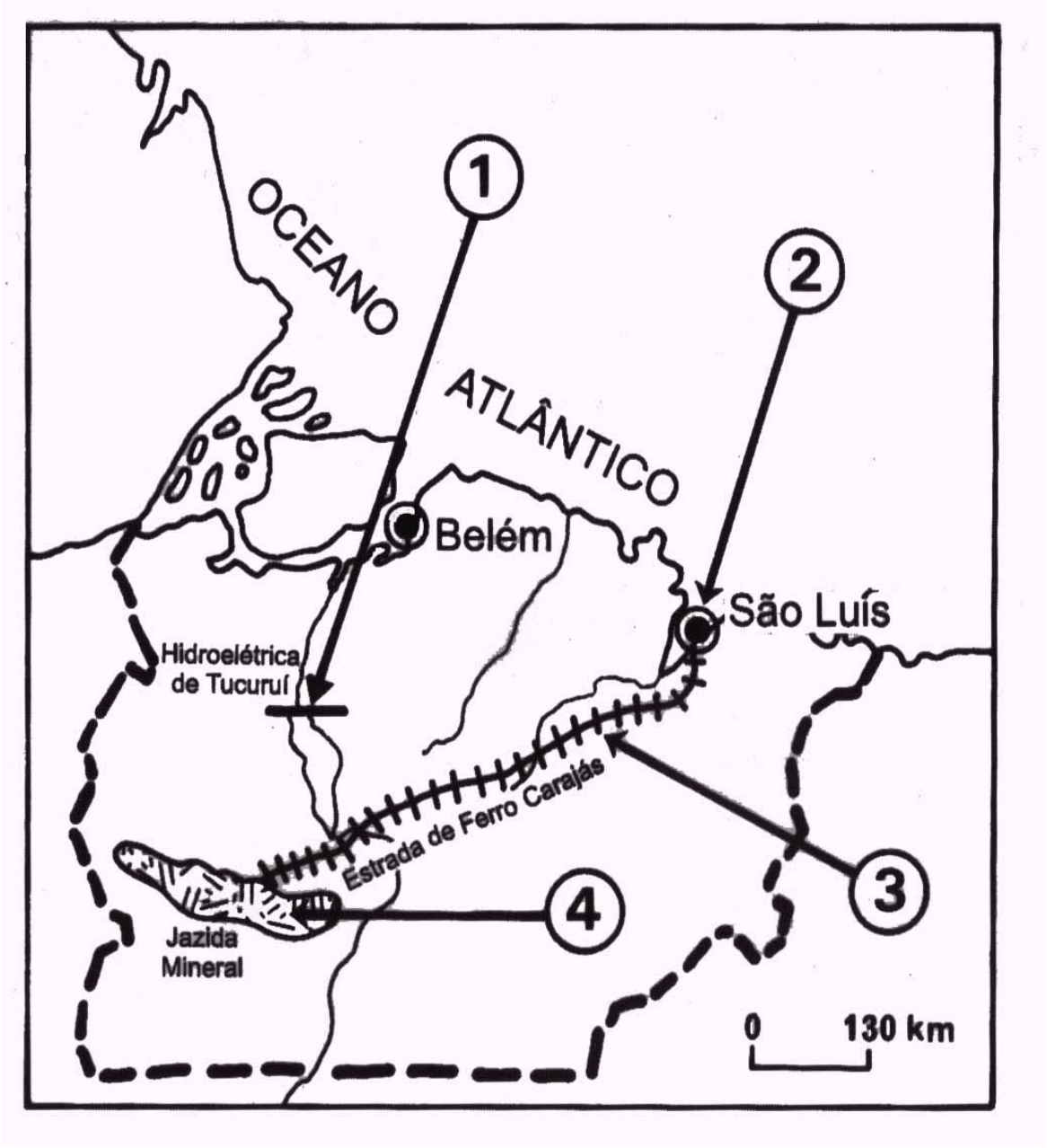
6 Na obra "Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro" (IBASE, 1983, p. 40) é apresentada uma informação em relação à população da Amazônia Oriental, na tentativa de relacionar isso à capacidade de mão-de-obra disponível na região. Sua área corresponde a 1,7 milhão de quilômetros quadrados. Seus dados correspondem a uma densidade populacional de cinco milhões e meio de habitantes, dos quais quase três milhões estão localizados na zona rural. Aponta ainda que os centros urbanos de maior importância, no início da década de 1980, eram as capitais do Pará e Maranhão, com mais de 900 mil habitantes em Belém e São Luís, com quase meio milhão de habitantes. O trabalho de Raymundo Garcia Cota (1984, p. 65) "Carajás: a invasão desarmada", também com a pretensão de apontar o potencial em mão-de-obra, coloca uma população superior a sete milhões de habitantes para a região,6% do total nacional.

investimentos, o Governo esperava promover o desenvolvimento regional e atrair recursos financeiros aos cofres públicos. Para que isso acontecesse, traçou-se um plano de ação em cinco áreas de atuação para construir um projeto sólido e eficiente.

Seus principais focos seriam a pesquisa, extração e beneficiamento de minérios; agricultura, pecuária e agroindústria; florestamento, reflorestamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas (IDESP/SUDAM, 1988, p. 12). O setor mínero-metalúrgico é posto como o mais importante e absorveu 28,1 bilhões de dólares em investimentos, enquanto todos os outros juntos receberam cifras bem inferiores. A previsão inicial para a agricultura foi de 8,1 bilhões; a pecuária recebeu 1,7 bilhão em investimentos, enquanto destinou-se 1,3 bilhão para o reflorestamento (FERREIRA, 1982, p. 34).

Além dos 18 bilhões de toneladas de minério de boa qualidade, indicado no início da descoberta, a jazida de Carajás apontava, ainda, para um bilhão de toneladas de minério de cobre; 60 milhões de toneladas de manganês; 37 mil toneladas de estanho; 40 toneladas de ouro como subproduto de cobre; e 4,7 bilhões de toneladas de bauxita. Foram realizados sólidos investimentos em algumas áreas, especialmente no setor de cobre, alumínio, ferro-níquel, ferro-ligas, manganês, gusa, semi-acabados de aço e silício metálico (PINTO, 1981, p.53).

Esse projeto teve uma elevada abrangência geográfica, com participação direta de 218 municípios pertencentes aos estados do Maranhão, Pará e Goiás, com abrangência superior a 10,6% do território nacional. Só no estado maranhense foram adicionados 131 municípios, com 95% de seu território; no Pará, 70 municípios e 40% de suas terras; por fim, Goiás e sua participação com 17 municípios, que incorporaram 9% do seu território (QUEIROZ FILHO, 1988, p. 3).



Área geográfica do PGC e seus principais pontos. Figura disponível em http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_simulado/testes/testes10/exe_5.JPG. Acesso em 10 de setembro de 2009.

Os 90 milhões de hectares de área do PGC situam-se numa faixa que envolve das caatingas do Nordeste à floresta amazônica, passando pelo planalto central brasileiro e tem, no seu interior, vários rios importantes para o funcionamento das atividades do programa (GONÇALVES, 1986, p. 30). Por ser uma área tão imensa, está na jurisdição de órgãos

diversos do Governo[7], favorecido por investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, do Banco da Amazônia - BASA e do Banco do Nordeste Brasileiro - BNB.

A primeira grande iniciativa mínero-metalúrgica foi a extração de bauxita pela mineração Rio do Norte no ano de 1979, com capacidade inicial de 3,5 milhões de toneladas. Um ano mais tarde, essa capacidade mais que dobrou.

Em meados da década de 1980, entrou em ação a instalação das indústrias de ferro-gusa e ferro-ligas, no Projeto Grande Carajás, com perspectiva para 35 milhões de toneladas de minério por ano; a Alunorte, com produção estimada em 800 toneladas de alumina; Albrás, produção de 320 mil toneladas de alumínio anualmente; Alcoa, produção de 500 mil toneladas por ano de alumina e 100 mil toneladas de alumínio; e Alumar, com produção anual de dois milhões de toneladas de alumina (FERREIRA, 1982, p. 34).

Pela imensa extensão da área do Programa e por distintas características físicas, ambientais, socioeconômicas e culturais, sua área foi dividida em três blocos que acompanham a Estrada de Ferro Carajás. O primeiro bloco corresponde à região entre São Luís e Santa Inês, no Maranhão; o segundo bloco está situado entre as cidades de Santa Inês a Marabá, no Pará; e no terceiro bloco, a área corresponde às terras situadas entre as cidades de Marabá a Serra dos Carajás (CVRD, 1989, p. 6).

Em termos geográficos o primeiro bloco é constituído de manguezais, babaçuais, áreas de inundação e área costeira. Essa área começou a ser ocupada no início do século XVII com a chegada dos franceses em São Luís. A partir dessa instalação, o povoamento foi se distanciando do litoral e chegou em terras que hoje formam as cidades próximas à capital.

O segundo bloco é composto por florestas densas, cerrado e babaçuais, além de vários outros tipos de cobertura vegetal. Sua ocupação aconteceu num momento mais recente

---

7 Com destaque para a SUDAM e SUDENE, essas instituições têm uma longa história de conquistas e fracassos. Ambas foram fundadas na segunda metade da década de 1960 e extintas em 2001, sendo reabertas, com nova roupagem em 2007. Para mais informações sobre a história desses órgãos, especialmente o primeiro, consultar a Tese de Doutorado do professor Sérgio Roberto Bacury de Lira, intitulada: Morte e ressurreição da SUDAM: Uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia, defendida em 2005 na Universidade Federal do Pará. Outra obra importante para o conhecimento dessas instituições, é a obra: Elegia para uma re(li)gião, de Francisco de Oliveira, lançada em 1981 (3ª ed.), pela Editora Paz e Terra.

em relação à parte norte do estado e anterior ao bloco 3. Essa área sofreu mudanças substanciais e contribuiu para outras no bloco posterior, após alguns investimentos:

> A introdução de um sistema de preservação racional no Bloco 2 criará as condições necessárias para que o Bloco 3, com maior percentual de matas nativas em relação aos dois Blocos, seja objeto de preservação e conservação, desde que sejam alteradas as atividades ali praticadas, ajustando-as a uma nova ordem institucional, jurídica, política e social adequada à vocação ambiental e às necessidades das populações (Idem, p.6).

O terceiro bloco, por ser de ocupação mais recente, vem sofrendo as maiores pressões com o desmatamento da floresta nativa e a devastação dos recursos naturais. Por estar totalmente inserido na Amazônia, costuma ser percebido como um lugar vazio e que deve ser explorado de forma empresarial. Para isso, a região conta com terras relativamente baratas e abundantes, além de possuir mão-de-obra a baixo custo. Houve uma série de incentivos governamentais para a criação desse cenário.

Para o eficiente funcionamento do PGC, em 1980, pelo Decreto-lei 85.383, o Governo criou o Conselho Interministerial, com finalidade de conduzir as ações do Programa. Na sua primeira composição, somou a participação de oito membros: o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, como presidente; Ministério das Minas e Energia; Transportes; Indústria e Comércio; Fazenda; Interior; Agricultura; e Ministério do Trabalho (KOWARICK. 1995, p. 65).

Cinco anos mais tarde houve outra alteração com o Decreto-lei 91.418 de 10 de julho de 1985, que acrescentou ao Conselho os Ministros da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Apesar das mudanças, a função do corpo de Ministérios continuou basicamente a mesma, até o período de sua extinção no Governo Collor, que incorporou o órgão à Secretaria da Economia.

A responsabilidade do Conselho, dentre outras, consistiu em fixar normas para a aprovação dos projetos que solicitavam incentivos fiscais. Também exercia, direta ou indiretamente, práticas que seriam de outros órgãos da Administração Federal. Para os críticos, o Conselho concentrava poder além do necessário, suprimindo a atuação de órgãos específicos em diversas esferas, a saber, na área florestal, questões indígenas, mineração, meio ambiente, tecnologia e reforma agrária, dentre outras semelhantes.

Outro fator relevante para o funcionamento do Programa, sem dúvida, ocorreu por meio de uma política de terras capaz de suprir a necessidade de grandes áreas. O Governo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT,[8] diretamente vinculado à Secretaria de Segurança Nacional, que teve a função decisiva de redirecionar as terras na região, com distribuição para camponeses e, fundamentalmente, empresas. Todas as ações jurídicas, burocráticas e políticas cabiam ao órgão resolver.

Com sede em Marabá, a área de atuação do GETAT, pela sua extensão, foi dividida em seis regionais: Imperatriz e Açailândia, no Maranhão; Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Tucuruí, no Pará e Araguaina, em Goiás. Em 1987, após a realização de sua tarefa com o Projeto, o órgão foi extinto e substituido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Sem esse conjunto de ações, o PGC não teria a mesma eficácia em seu funcionamento. Nem todas as ações planejadas deram certo, especialmente no que se refere à geração de renda e à melhoria das condições de vida da população regional. Não obstante, do ponto de vista da macro-economia, o projeto contemplou muitos anseios.

Atualmente, a Vale[9] tem uma estrutura muito maior que no início da implantação do PGC. A mineradora, privatizada em 1997, busca consolidar-se no mercados norte-americano e chinês, pois com a Europa já tem garantido 40% de suas vendas (BIANCONI; LUNA, 2003, n.p.).[10] O Polo Carajás conta com 14 usinas siderúrgicas, metade delas localizadas em Marabá

---

8 O GETAT foi um órgão de grande importância para a operação do PGC e sua atuação geográfica justifica isso. Criado em 1980 por meio do Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980 (e extinto pelo Decreto-lei nº 2.328, de 5 de maio de 1987), foi reestruturado em agosto do mesmo ano, pelo Decreto-lei nº 1.799. No artigo terceiro diz que "caberão ao GETAT [...] todos os poderes inerentes à colonização e à regularização fundiária, inclusive os relativos à discriminação, arrecadação, destinação, licitação, alienação e desapropriação de áreas rurais, à legislação de posses, ao assentamento de agricultores, à emissão de títulos de domínio, ao recebimento de doações de terras em favor da União [...] bem como à celebração de convênios, contratos e termos".

9 Desde de sua fundação, a empresa chamava-se Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, mas a partir de 2007, dez anos após sua privatização, ela passou a denominar-se, formalmente, apenas Vale, termo usando há muito tempo pela maioria das pessoas no dia a dia.

10 Este trabalho faz uso de alguns documentos considerados importantes para sua construção, que não contêm o número de páginas, da mesma forma que outros textos não mencionam a data de publicação. Nesses casos, usa-se aqui a abreviação (n.p.), para os não paginados e (s/d) para os não datados.

e das outras sete que estão no Maranhão, cinco estão no município de Açailândia, a setenta quilômetros de Imperatriz.

Na década seguinte à implantação do Projeto, a Vale do Rio Doce tornou-se detentora de 14 empresas controladas e 22 coligadas, além de tomar parte em quatro participações minoritárias. Operou, em meados da década de 1990, em nove estados brasileiros, em diferentes áreas de atuação como pesquisa mineral, siderurgia, metalurgia, madeira, celulose e papel. Responsável por 40% da movimentação portuária nacional, é a maior produtora mundial de minério, responsável por um quarto da produção mundial (GOMES, 1996, p. 23).

Quando se olha para um projeto nas dimensões do PGC, percebe-se a série de benefícios econômicos e sociais que ele trouxe para a Amazônia oriental e para o próprio país. A infra-estrutura é um dos pontos de maior destaque: as rodovias, desde sua implantação, tiveram intensa participação na vida de muitas pessoas que precisavam se deslocar pelo território amazônico e nacional; a ferrovia também contribui para o deslocamento de pessoas,[11] além do transporte do minério; e os portos, igualmente, trazem significativas contribuições ao país. Pode-se verificar alguns benefícios financeiros que o estado do Pará desfruta com a atuação da CVRD em seu território:

> Dados recolhidos junto à empresa atestam que a Cia Vale do rio Doce pagou aos cofres públicos paraenses 67 milhões de dólares somente em tributos estaduais e municipais, o que representa 20% da receita tributária do estado [...] já na atualidade a Companhia repassa 8% do seu lucro líquido aos municípios onde exerce atividades (Idem, p. 25).

São valores expressivos, especialmente em se tratando de municípios da Amazônia, nos quais os investimentos, por meio de políticas públicas, são rarefeitos, quando não inexistentes. Esses valores significavam a quase totalidade da arrecadação em muitos municípios situados no Pará ou no Maranhão, por isso houve prejuízos com a privatização da empresa, que reduziu parte desses pagamentos.

---

11 A Companhia Vale do Rio Doce disponibiliza trens passageiros que transportam pessoas no Pará e no Maranhão, ao longo de toda ferrovia. Nesse último, o fluxo de passageiros se dá entre a capital e o município de Açailândia, bem como outras cidades que ficam dentro desse percurso. Imperatriz já fez parte dessa rota, mas posteriormente o município foi retirado. Todo ano milhares de pessoas viajam para cidades desses dois estados, com a vantagem de um preço menor que a passagem de ônibus, particularmente na classe econômica.

Por outro lado, reconhecer apenas os benefícios sem olhar os prejuízos causados a muitas pessoas e grupos sociais empobrece a análise sobre o Projeto Grande Carajás, porque não se deve esquecer que o alvo maior quase sempre foi o benefício da CVRD e ao conjunto de empresas estrangeiras que participam do programa.

O primeiro problema a considerar é a concepção social que norteou o PGC, afirmada numa lógica de incorporar somente grupos sociais capazes de oferecer mão-de-obra assalariada, a exemplo dos trabalhadores que atuaram na infra-estrutura das BR's e da hidrelétrica, bem como nas várias outras obras. Nesse sentido, foram excluídos os indígenas e muitos camponeses que não se adequaram, por sua cultura tradicional, à dinâmica econômica imposta pelo projeto.

Essa disposição diante do mundo social, ou essa cultura camponesa, foi um problema para projetos na Amazônia, visto que os excluídos do processo são muitos e isso provocou distintos problemas de ordem cultural, social, econômica e política. As terras, naquele momento, especialmente os latifúndios, estavam mais "seguras e aproveitáveis" com fazendeiros e empresas que as pudessem aproveitar "racionalmente" em projetos "produtivos", a exemplo da agropecuária e plantios de eucalipto para a produção de carvão, capazes de oferecer suporte às indústrias de ferro-gusa. Diante desse processo, as áreas pertencentes a índios e camponeses, muitas vezes, foram vistas como "espaços vazios".

Pode-se reafirmar que o Projeto Grande Carajás tem, a priori, como fundamento, atender necessidades e interesses relacionados ao interesse da macro-economia, no sentido de buscar suprir problemas referentes a uma crise socioeconômica em nível nacional. Por conseguinte, as particularidades locais, sociais e ambientais, não se constituiram entre as prioridades do programa.[12]

A região tocantina, especialmente a cidade de Imperatriz e suas proximidades, apresentam-se como um locus resultante do processo de degradação ambiental e das alterações sociais ocorridas no interior dos grupos excluídos do processo, por não se adequarem à lógica do PGC.

---

12 No relatório de pesquisa da CPT (CONCEIÇÃO, 1995) há uma indicação, dentre outras, nesse sentido da exclusão de alguns grupos, ao colocar que "as economias camponesas e indígenas [...] colidem com este processo violento de industrialização que usurpa seus territórios centenários [...] e, sobretudo, inviabiliza sua reprodução física.

Atualmente, o município de Açailândia sofre com a poluição urbana provocada pela emissão de gazes na atmosfera pela indústrias. Como conseqüência, há um alto índice de doenças respiratórias, especialmente entre a população idosa e infantil.

Essas são algumas das mudanças ocorridas na região. De modo geral, constata-se alguns desfavorecimentos no quadro social do Maranhão, provocados por mudanças ocorridas no contexto do Projeto Grande Carajás. Do início da década de 1980 ao presente, o estado foi consolidando índices sociais e econômicos situados nas piores colocações, comparado ao restante do país.[13] Atualmente é uma das unidades da federação mais pobres, com uma série de conseqüências sociais negativas.

Os grandes projetos costumam ser pensados e executados por grupos situados fora dos campos populares. O interesse de empresas coloca-se acima das necessidades do povo e percorre em direção ao campo macro-econômico, pois "As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social, mas conforme os seus interesses" (BOURDIEU, 2005, p. 11).

Nessa relação, os grupos marginalizados procuram encontrar seu espaço e buscam concretizar os anseios inerentes às suas necessidades; entram na engrenagem da macro-dinâmica, interagem com ela, justificam ou negam, dependendo de onde se encontram, socialmente, no tecido social. Na soma de várias interferências, o todo não é mais o mesmo.

1.2 Aspectos econômicos do PGC

Em princípio da década de 1973 houve forte aumento nos preços do petróleo, seguido por outro, no final da mesma década. Houve o aumento dos custos de geração de energia

---

13 Os melhores resultados socioeconômicos estão na parte centro-sul do país, em diferentes quesitos. Por outro lado, a Região Nordeste concentra os piores resultados e dentro dessa região e o estado maranhense está entre os mais desfavorecidos. "O **mais recente *ranking*** do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos Estados brasileiros mostra um país partido ao meio. Os números, referentes a 2005, revelam que todos os 11 melhores IDHs são de unidades da Federação do Sul, Sudeste e Centro-Oeste – com destaque para o Distrito Federal, na primeira colocação. Já os piores são os nove Estados nordestinos — não há um Estado sequer do Nordeste com IDH melhor que o de qualquer outra parte do Brasil, segundo o relatório **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente – A experiência brasileira recente**, lançado por três agências da ONU: CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e PNUD. [...] Maranhão, Piauí e Paraíba não deixaram de ser o segundo, terceiro e quarto piores, respectivamente. Entre todos os índices que compõem o IDH, Alagoas só não tem a pior posição no quesito renda — o IDH-Renda do Maranhão é menor" (MALI, 2008).

elétrica, do carvão mineral e, dentre outros, da produção de insumos siderúrgicos, o que tornou essa atividade muito cara aos países ricos. Nesse contexto, a Amazônia ganhou uma importância especial no cenário mundial, tornando-se um novo polo produtor de determinadas matérias-primas estratégicas às grandes indústrias mundiais.

Iniciativas parecidas com a de Carajás foram estimuladas em vários outros países do "terceiro mundo", como o México e outros da Ásia, com o mesmo propósito de beneficiamento de matéria-prima. Um dos maiores responsáveis financeiros por essa tarefa foi o Banco Mundial. Como resultado desse processo de crescimento, nas economias menores, a produção de aço quase dobrou entre 1978 e 1987 e passou para 19,2% da produção mundial. Na mesma época, a produção brasileira passou de 2,6% para 5% do montante global (IDESP, 1988, p. 13).

O interesse internacional desempenhou um papel fundamental no direcionamento dos rumos do Projeto Grande Carajás. O fator exportação de matéria-prima foi tido pelo governo como primordial, visto que deveria gerar divisas capazes de atender às carências do Governo. Em síntese, essa necessidade pode ser entendida como a busca do equilíbrio na balança comercial e reduzir, ou mesmo suprimir, o endividamento externo.

No início da década de 1970, o Governo brasileiro e um grupo de empresários japoneses negociaram a implantação de um complexo produtor de alumina e alumínio. Em 1976, Brasil e Japão fizeram um acordo de cooperação do Complexo Alumínio-Alunorte. Esse programa de desenvolvimento regional foi uma das primeiras iniciativas de projeto de grande porte para a Amazônia.

A partir de 1981 foram aprovados 22 projetos mínero-metalúrgicos, dos quais 15 seriam no estado do Maranhão e o restante no estado do Pará. Somados a esses, três projetos para a produção de alumina e alumínio primário e dois projetos voltados à produção de cimento. Surgiram sete núcleos econômicos, dos quais seis no Pará. Com investimento na cifra dos 3,3 bilhões de dólares e boas condições infra-estruturais, foi possível dar os passos necessários à realização da iniciativa (IDESP, 1988, p.2).

Dentre os mais importantes empreendimentos, no início da década de implantação do PGC, destacam-se o de Barcarena e o Complexo Albrás/Alunorte, constituído para ser um

Polo de alumina e alumínio, que concentrou ainda o escoamento de produtos agrícolas do Polo Tucuruí, numa movimentação exportadora no valor de 15 milhões de toneladas (Idem).

O município de Paragominas, pelo seu imenso potencial, foi criado para ser um produtor de alumina e alumínio, além da produção do seu produto principal, a bauxita. Sua capacidade de produção total foi planejada para 16 milhões de toneladas. Tucuruí concentrou suas atividades na produção de ferro-gusa e ferro-esponja, com produção estimada em 3,5 milhões de toneladas do primeiro produto e 12 milhões de toneladas do segundo (Ibidem).

O passo inicial do PGC aconteceu com os empréstimos para a realização da infra-estrutura, bem como para outros setores. O Governo esperava inverter o quadro econômico com a geração de recursos para o pagamento desses empréstimos. Contudo, para que isso ocorresse, o Estado deveria realizar investimentos capazes de atrair grandes aplicações estrangeiras. De forma abreviada, o itinerário dessas ações pode ser descrito da seguinte maneira: primeiro viriam os empréstimos de instituições estrangeiras; depois, a criação de condições estruturais para a realização de negócios, com o intuito de gerar divisas e saldo positivo na balança comercial; por fim, o pagamento dos empréstimos e o investimento social.

O PGC foi um programa que deveria ser capaz de dar funcionamento a essa engrenagem dívida/pagamento. O complexo industrial teve vários incentivos para completar seus ciclos. O Estado brasileiro assumiu o papel de coordenador das ações e para isso, construiu, comprou, vendeu e estimulou. Por esse motivo, a infra-estrutura e os incentivos fiscais foram tão importantes, de maneira que não seria possível a realização do Programa sem tais fatores.

Por meio do Plano de Desenvolvimento para a Amazônia Oriental, da Companhia Vale do Rio Doce e do Conselho Interministerial do PGC, foi elaborada a meta de arrecadar 17 bilhões de dólares por ano, uma década após a implantação do Projeto. Para que isso ocorresse, deveria ser feito o máximo aproveitamento de toda matéria-prima contida na Amazônia, na região de Carajás, para desenvolver a indústria e o comércio e proporcionar o almejado desenvolvimento regional.

Na primeira versão do Plano de Desenvolvimento para a Amazônia Oriental, em julho de 1980, a estimativa dos investimentos foi da ordem de mais de 30 bilhões de dólares, com pouco acima de três bilhões para a infra-estrutura a ser realizada na cidade de São Luís.

Em pouco tempo, percebeu-se que seria necessário dobrar esses valores, pois só a barragem de Tucuruí demandou mais que esse valor inicial para a infra-estrutura.

O Decreto-lei 91.418 - 85 estabelece, em seu item I, a criação de distritos industriais, agrícolas, pecuários e florestais, aproveitando a infra-estrutura do Programa. Pela notável proporção das realizações, a demanda por um bom suporte material seria indispensável, não obstante, seria preciso altas somas de dinheiro para a sua realização.

O Estado brasileiro foi responsável por 75% dos custos com essa indispensável infra-estrutura. Mesmo o Governo declarando que a absorção de recursos externos deveria causar o menor impacto possível na balança de pagamentos, pela dimensão dos investimentos, seria muito remota essa possibilidade. O Decreto-lei 91.418 de julho de 1985 afirma que "é de responsabilidade do Estado a implantação da infra-estrutura mínima de uso coletivo". O termo "mínima" designou em Carajás, uma cifra de aplicações superior a 22 bilhões de dólares empregados no Projeto.

Para esse investimento inclui-se, além de uma ampla massa infra estrutural, a participação de instituições federais como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT, posteriormente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na responsabilidade sobre as questões fundiárias; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que contribuíram com a formação de mão-de-obra; da mesma forma inseriram-se Escolas Técnicas e Universidades.

O governo, desde o início sentiu a necessidade de centralizar as ações do Conselho Interministerial, por isso ele "teria uma Secretaria-Executiva, dirigida por um Secretário-Executivo designado pelo Presidente da República" (SEPLAN - PR, 1985, p.23).

O Decreto que criou a Secretaria de Planejamento da Presidência da República tinha algumas finalidades importantes, dentre as quais: "[...] coordenar, promover e executar, de forma integrada, as medidas necessárias à visibilidade do Projeto Grande Carajás e a concessão de incentivos [...]" (Idem, p. 10).

O Artigo 3° do Decreto 85.383 de 24 de novembro de 1980 previa tratamento especial às empresas que se integrassem ao Projeto. Dentre esses privilégios pode-se destacar: concessão e titulação de terras públicas em pequena ou grande escala; vantagens para a

importação de máquinas e equipamentos; autorização para empréstimos externos, com garantia do Tesouro Nacional. O texto, em seu artigo primeiro diz que

> fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo 8° (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos estados do Pará, Goiás e Maranhão (Ibidem, p.9).

Outro Decreto baixado na mesma época previa, também no seu artigo primeiro, a isenção do Imposto de Renda por um prazo de dez anos, concedida a pessoas ou empresas incluídas no Programa, desde que apresentassem projetos que desenvolvessem atividades nos ramos de serviços de infra-estrutura, especialmente na Ferrovia Serra dos Carajás-São Luís; instalação ou ampliação do sistema portuário; projetos na área de agricultura, pecuária, agroindústria, florestamento e reflorestamento; e, dentre outros, beneficiamento e industrialização de madeira.

Em alguns desses empreendimentos encontra-se a participação de médias e pequenas empresas. O item IV do Artigo 3° do Decreto-lei 1.825 diz que "sempre que possível" deve-se estimular a pequena e média empresas. Na Décima Reunião do Conselho Interministerial colocou-se em perspectiva a aprovação de uma Resolução que destinasse recursos para essas empresas. Apesar disso, a estrutura organizacional do Programa elaborou-se de tal maneira que a atuação das grandes predominou.

A concessão da isenção de impostos teve como elemento condicionante uma contrapartida em investimentos das mesmas em projetos na região de atuação, como demonstra o Secretário-Executivo do Programa, registrado na Ata da Décima Reunião:

> O Dr. Baptista Ferreira explicou que a Resolução dizia respeito, principalmente, aos incentivos concedidos às empreiteiras e prestadoras de serviços que exerçam atividades em obra de infra-estrutura na área do Programa, sendo o principal deles a isenção de Impostos de Renda incidentes sobre os lucros dos contratos; as beneficiárias, entretanto, ficaram obrigadas a aplicar o valor das isenções em projeto, próprio ou de terceiro, integrante do Programa [...] (1985, p. 3).

Dentre as várias firmas que recorreram à isenção fiscal e demais benefícios do PGC, pode-se destacar, como forma de ilustração, algumas que atuaram nos estados do Pará,

Maranhão, com destaque para Imperatriz e Açailândia, e Goiás. Elas atuaram em diferentes ramos de atividade econômica considerados úteis ao Programa.

Uma das que solicitaram aprovação do seu projeto foi a SIMARA - Siderurgia Marabá Ltda. Sua proposta consistiu na instalação de uma usina de ferro-gusa em Marabá, para isso solicitou sua integração ao PGC. Naturalmente ganhou a isenção de impostos sobre os produtos industrializados referentes à compra de máquinas e equipamentos de origem nacional (CONSELHO INTERMINISTERIAL, 1986, p.1).

Esta empresa atuou no ramo siderúrgico com utilização de matéria-prima proveniente de carvão vegetal. Não houve obstáculos para a implantação do empreendimento, tanto no que se refere às condições institucionais de favorecimentos governamentais, como no quesito infra-estrutura. A cidade de Marabá recebeu investimentos em larga escala para que seu território comportasse uma espécie de parque siderúrgico.

A cidade possui energia elétrica em abundância, grande quantidade de água, provinda do rio Itacaiúnas, necessária ao uso industrial, a exemplo do resfriamento de ferro; possui, além da Transamazônica, boas estradas capazes de atender plenamente às necessidades do transporte industrial, além de diversos outros fatores de natureza diversa.

Para o suprimento energético industrial, a cidade de Marabá possui boa quantidade de serrarias que puderam contribuir expressivamente para o fornecimento de madeira proveniente das sobras. Outro componente de grande importância foi a madeira originada dos desmatamentos. A formação ou ampliação de fazendas provocou grandes desmatamentos, responsáveis por significativa produção de carvão vegetal. Acompanhando a frente agropecuária, encontra-se a frente agrícola, que também devasta milhares de hectares na produção de monocultura.

A mão-de-obra é outro componente que não faltou, pois Marabá é uma cidade que recebeu grandes quantidades de migrantes atraídos pelas oportunidades de trabalho. Muitos desses migrantes voltaram após não conseguir emprego, porém outros permaneceram, de maneira que, ao longo do tempo, a cidade concentrou uma leva permanente de pessoas disponíveis para as atividades industriais, especialmente nas atividades que exigem menos formação técnica, como o trabalho na produção de carvão vegetal para fins industriais . A

SIMARA instalou-se com uma capacidade produtiva de 120 mil toneladas por ano de gusa, com uma demanda anual superior a 80 mil toneladas de carvão vegetal.

Por meio do Parecer 070/85, outro grupo que solicitou e conseguiu se integrar ao PGC foi a Companhia Dendê Norte Paraense Santo Antônio do Tauá - PA, que trabalhava em um projeto de beneficiamento, industrialização e comercialização de dendê. Mesmo não pertencendo aos mais tradicionais ramos empresariais como o da construção ou indústria de gusa, conseguiu diversos benefícios concedidos às outras empresas, especialmente a isenção de impostos por dez anos e incentivo para a compra de máquinas e equipamentos, de fabricação nacional.

Outra empresa a conquistar os benefícios (pelo Parecer 161/84) e que não estava incluída nos ramos mais tradicionais, foi a A.O. Gaspar Indústria e Comércio Ltda, que pretendia ampliar sua produção no âmbito da industrialização de amêndoas de coco babaçu e tucum, além da extração, em menor escala, de outras sementes oleaginosas.

Com experiência de dez anos no mercado na produção de óleo de babaçu, essa empresa não encontrou dificuldade na aprovação do projeto e conseguiu vários benefícios para seu crescimento. O empreendimento já detinha um volume de produção capaz de atender a algumas regiões do país e exportar outra parte da produção, num faturamento anual estimado, no ano de requerimento dos incentivos fiscais do PGC, em quase três milhões de dólares, sem contar a produção de ração animal feita a partir do farelo do coco, que era amplamente vendida no mercado interno.

Alguns critérios de aprovação dos empreendimentos podem ser vistos na conclusão do parecer 161/84 que aprovou o negócio:

> Considerando as características do empreendimento, com bases regionais sólidas e administrada por um grupo idôneo, que vem demonstrando capacidade empresarial, e tendo em conta ainda ser um projeto de ampliação realizado com recursos próprios, com o apoio da SUDAM, propõe-se que o projeto da A.O Gaspar Indústria e Comércio LTDA seja considerado integrante do Programa Grande Carajás [...] (CONSELHO INTERMINISTERIAL. 1986, p. 6).

Dois anos mais tarde, por meio do Processo 625/86 outra requerente foi uma empresa chamada Agropecuária Tratex do Maranhão S.A, com sede Belo Horizonte e que atuava no ramo da construção em geral, com relevo para a construção de estradas, ferrovias, edificações,

barragens, dentre outras atividade similares. No mesmo ano e mesmo ramo da construção civil quem requereu os benefícios foi a Cojan Engenharia S.A.

Já no meio industrial, pode-se exemplificar conquistas com a participação da Viena Siderúrgica do Maranhão S.A, que se instalou em Açailândia. Juntamente com ela, outras empresas também se estabeleceram na região com os incentivos necessários ao seu funcionamento, a exemplo da Itaminas Siderúrgica Carajás Ltda que instalou uma usina em Açailândia e outra em Marabá.

Para finalizar os exemplos, aponta-se a empresa Cimento Araguaia Ltda, uma fábrica de cimento que funcionaria na cidade de Filadélfia, na época, Goiás, à beira do rio Tocantins, que tem como vizinha a cidade maranhense de Porto Franco, localizada a 100 quilômetros de Imperatriz.

Todas as empresas instaladas na região que pudessem dar alguma contribuição direta como as construtoras, ou indiretas como as outras atividades demonstradas, seriam ou teriam boas possibilidades de serem aprovadas pelo Projeto Grande Carajás e terem a concessão de incentivos financeiros ou de outra natureza.

Tem-se empreendimentos importantes no Programa, que atuam em outras linhas de trabalho, a saber, agricultura, pecuária e indústria madeireira, por exemplo. Ainda que com um investimento menor, tiveram ampla participação na movimentação de recursos financeiros no que se refere a gastos e no quesito arrecadação.

O Programa Agrícola iniciou-se com uma área de mais de 10 milhões de hectares, 2/3 do território de todo o Projeto Grande Carajás. Cerca de 40% dessa área foi destinada à produção, segundo planejamento inicial, de 10 milhões de toneladas de arroz; a previsão apontou também para a instalação de 56 usinas designadas à produção de ração animal à base de mandioca; outra produção prevista foi a de quase um milhão de toneladas de borracha natural; deveriam ser instaladas destilarias de cana-de-açúcar e de mandioca reservadas à produção de mais de cinco bilhões de litros de álcool anualmente (PINTO, 1981, p. 60).

A perspectiva do Carajás-Agrícola foi um investimento de pouco mais de oito bilhões de dólares em setores diversos para se adquirir uma receita de mais de seis bilhões de dólares por ano. Este setor deveria ser o investimento de maior receita, em termos relativos,

superior ao empreendimento industrial, que teve investimento de mais de 28 bilhões de dólares para uma receita de pouco mais de nove bilhões.

Outros setores tiveram importância como a empresa de reflorestamento, com previsão de mais de meio bilhão de dólares em receita e 1,3 bilhão em investimentos, e a pecuária com 1,7 bilhão empregado, para uma arrecadação de 0,7 bilhão de dólares de receita (PINTO, 1981).

Sem dúvida, todos esses investimentos foram de grande importância para o funcionamento do Programa, do ponto de vista da macro-economia, para uma resposta ao problema enfrentado, na época, pelo Estado brasileiro, na tentativa de sair de sua perceptível crise econômica e dar novos rumos à economia.

Numa organização de sete Polos Agrícolas e 19 sistemas de produção, ocupando uma área correspondente a quase 17% da Amazônia Legal, o Programa Agrícola pode ser resumido em alguns pontos importantes, da seguinte maneira:

> A "proposta básica" do Programa é discutida como: 1) atividades de ordem técnica e administrativa, a nível do setor produtivo, visando tanto o aumento da produtividade da terra e do trabalho, como a organização da produção, transformação e comércio dos bens agrícolas produzidos; 2) ações governamentais orientadas para o fortalecimento da infra-estrutura de apoio a produção, particularmente no que se refere à adoção de políticas de pesquisa e extensão rural, de créditos, de transportes, de armazenagem, de suprimentos de insumos modernos, de preços [...] política fundiária, de estímulo a implantação agroindustrial, entre outras (GONÇALVES, 1986, p.367).

Dentre os diversos outros setores, houve realce igualmente para os projetos pecuários com área de três milhões de hectares, comportando a instalação de 300 fazendas de 10 mil hectares. Cada fazenda teve um investimento de 5,77 milhões de dólares, para gerar uma receita de 2,3 milhões com o faturamento da venda de carne bovina na ordem de 1.300 toneladas por ano, num faturamento total de 700 milhões de dólares anuais, com 400 mil toneladas de carne (PINTO, 1981, p.61).

A pecuária, na Amazônia sempre teve forte relevo, mesmo antes do PGC, facilitada por vários fatores, dentre os quais a abundância de terras. Essa atividade tem características ocupacionais de grandes áreas para a criação extensiva do gado. Após o Programa, esse

aspecto se manteve, apenas intensificando-se com as grandes quantidades de terras utilizadas por empresas. Para se ter uma ideia, as terras empregadas nos ramos florestais e agropecuários consumiram mais de 12 milhões de hectares.

Outro rápido destaque pode ser dado ao ramo madeireiro, vez que há muito tempo se faz vigorosamente presente na Amazônia. A partir do funcionamento do Projeto, há um forte crescimento do setor, evidenciando-se tanto na produção industrial em si, como no grande fornecimento de matéria-prima às siderúrgicas, ainda que esse fornecimento só atendesse em parte à demanda, pelo grande potencial consumidor de material energético das guserias.

A maior parte das serrarias existentes na Amazônia está situada no bloco dois do Projeto Grande Carajás, com uma quantidade, em meados da década de 1980, equivalente a 321 empresas, das 420 existentes nos três blocos. No primeiro, de pouco potencial florestal, havia apenas, na época, 21 serrarias e no terceiro bloco esse número eleva-se para 78, com perspectiva de amplo crescimento (CVRD, 1989, p.13).

Esse ramo de atividade, juntamente com o setor pecuário, exerce marcante presença no terceiro bloco e contribui para o asfixiamento da atividade agrícola familiar. Dos dois milhões de metros cúbicos de madeira consumida naquela época, 86% foi extraída no segundo bloco, o que corresponde à rija vocação madeireira da região.

Essa considerável quantidade de madeira absorvida pelo setor corresponde, em grande parte, à produção para construção de casas e móveis, mas igualmente para o fornecimento de laminados, que só no ano de 1985 consumiu 180 mil metros cúbicos. Para esse resultado, havia entre 12 e 15 fábricas de grande porte. A aptidão madeireira para o PGC foi estimada em 4,5 bilhões de metros cúbicos (PINTO, 1981, p. 58), com indicação de acentuada capacidade de crescimento para a indústria madeireira.

Utilizando esses exemplos, torna-se fácil perceber o empenho do Governo em realizar grandes investimentos para receber outros em igual proporção. Percebe-se o esforço governamental no sentido de tentar equilibrar suas contas por meio dessas aplicações. Por outro lado, a grande crítica feita ao projeto foi justamente esse paradoxo: o de pagar uma dívida contraindo outras. A perspectiva era a geração de 700 milhões de dólares anuais para o pagamento da dívida (RAMOS, 1987, p. 7).

A pergunta que muito se fez foi a seguinte: Carajás será capaz de pagar a dívida externa? Os críticos diziam que não. "Em primeiro lugar o Brasil está dispendendo mais na compra de bens e serviços no exterior do que vem conseguindo de receita pela venda de seus próprios bens e serviços no mercado mundial" (SÁ, 1982, p. 12).[14]

No início do Programa, o país teve que recorrer a empréstimos externos para sanar um déficit de mais de dois bilhões de dólares, justamente por ter consumido mais bens e serviços do que ofereceu. Isso evidencia outro problema, além do endividamento em si, impõe subserviência política e econômica do país em relação aos credores. Como resultado, impôs-se o modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar para gerir sua economia.

Na concepção dos críticos, não haveria chances de sucesso com a forma escolhida. O Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará - IDESP (1990, p.14) constatou que o perfil de investimento realizado em Marabá, como exemplo, foi inadequado desde o início, pelo fato das atividades siderúrgicas instaladas restringirem-se meramente à produção de ferro-gusa, ferro-ligas e silício metálico. A perspectiva de todas as empresas montadas em Marabá foi de gerar 3.649 empregos diretos e pouco mais de 20 mil indiretos. A partir de uma estrutura industrial de posterior beneficiamento do produto primário, em nível regional, acreditava-se que o resultado poderia ser bem superior. Isso se aplica, de uma maneira geral, a todo o conjunto do Programa.

Por fim, pode ser observado o fator que impede o país de avançar em pesquisas tecnológicas de produção industrial mais desenvolvidas, permanecendo em atividades primárias e de menor valor. Este setor fica a cargo dos países financiadores do Projeto, que compram as matérias-primas a baixo custo em troca da venda de seu produto com maior valor agregado, pelo uso de tecnologias.

---

14 Esse debate em relação ao pagamento da Dívida Externa brasileira foi intenso nos anos 1980. De um lado o governo colocava elementos a favor dos investimentos estrangeiros como saída para os problemas financeiros do país, por outro os críticos achavam que tanto do ponto de vista financeiro quanto político, as perdas tendiam a ser maiores que os benefícios. Dentre os pontos negativos levantava-se que tais investimentos se realizavam num momento conjunturalmente "desfavorável às decisões de longo prazo" (FERREIRA, 1982).

1.3 O PGC e a produção de carvão vegetal

Pela magnitude do Projeto Grande Carajás e o seu direto relacionamento com o elevado consumo energético, não seria recomendável prescindir de um tópico tão importante como a produção de carvão vegetal. Aqui será feito uma espécie de balanço geral, considerando aspectos positivos e negativos, de maneira a esboçar, no conjunto, o que foi esse programa nessa relação produção/consumo.

Para começar, deve-se relembrar que as primeiras tentativas de produção industrial no Brasil começaram ainda no final do século XIX e, como o país nunca foi um grande produtor de carvão mineral, pode-se perceber que logo recorreu ao carvão vegetal, o que torna sua prática relativamente antiga.

Entretanto, para efeito de substancial produção industrial desse carvão, apenas um século mais tarde há evidência de crescimento. Essa ampliação é verificada no conjunto do desenvolvimento da produção industrial, sem ele não haveria produção siderúrgica nas mesmas proporções e vice-versa.

Para se fazer uma análise da expansão industrial brasileira, recorre-se aqui a informações referentes às décadas de 1970 e 1980 por meio da Associação Brasileira de Carvão Vegetal - ABRACAVE (1990). A escolha desse referencial temporal não tem outro objetivo que não o de aproximar o tempo de crescimento dessa indústria ao desenvolvimento do PGC. Foram aprovados diversos projetos siderúrgicos pelos organizadores do Programa.

> Naquela oportunidade, essa comissão aprovou a concessão de financiamentos oficiais e incentivos fiscais a 9 projetos de instalação de altos fornos, alimentados a carvão vegetal, para a produção de ferro-gusa nas localidades seguintes: 2 em Marabá, 4 em Açailândia, 1 em Paraupebas, 1 em Santa Inês e finalmente 1 em São Luís ou Rosário (VALVERDE, 1988, p. 4).

No ano de 1979 o consumo de carvão vegetal chegava a 17 milhões e 300 mil metros cúbicos. Desse valor, mais de 15 milhões de metros cúbicos eram extraídos de florestas nativas e o restante de matas reflorestadas. Nove anos mais tarde a produção total saltou para o dobro, com 36.618.897 metros cúbicos, quase 29 milhões de metros cúbicos provindos de

mata nativa e mais de oito milhões de metros cúbicos de carvão originado de floresta plantada (ABRACAVE, 1990, p.4).

Para a exportação, na mesma época, o valor do faturamento atingiu o montante de mais de dois milhões de dólares, com uma produção pouco acima de 31 mil toneladas. Em 1988 os valores caíram para pouco mais de 1,7 milhão de dólares e menos da metade da quantidade de carvão, um pouco acima das 14 mil toneladas. Esse movimento expressa nitidamente que o próprio parque siderúrgico nacional começou a absorver a matéria-prima, em sua considerável necessidade (Idem, p. 5).

Em relação ao específico consumo brasileiro, chega-se aos seguintes resultados: no final da década de 1970 a utilização alcança mais de 16 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal, atigindo mais de 31 milhões, nove anos depois (Ibidem, p.5). À medida que o PGC se estruturou, a demanda pela matéria-prima foi alargada.

Ao observar a produção brasileira de ferro-gusa na mesma época, percebe-se a razão para esses resultados no fabrico de carvão. A produção nacional de gusa, no final dos anos 1970, atingia quase 12 milhões de toneladas, com um salto para mais de 23 milhões no final da década seguinte. Nesse resultado está incluída a siderurgia a coque.

A produção originada apenas do carvão vegetal apresenta valores menores, ainda que não menos significativamente elevada, em termos de siderurgia nacional. Seu crescimento foi equivalente a mais de três milhões de toneladas, porque saiu de pouco mais de quatro milhões para quase oito milhões de toneladas entre as décadas de 1970 e 1980.

Em 1988 o consumo nacional de carvão vegetal, em metros cúbicos, foi estimado em 36,6 milhões, dos quais 16,4 milhões foram consumidos pelas indústrias independentes de ferro-gusa, mais de 11 milhões por usinas integradas a aço; 3,4 milhões pelas usinas de ferro-ligas; mais de três milhões pelas indústrias cimenteiras e o restante pelos demais segmentos consumidores de carvão (Ibidem, p.1).

Por meio deste movimento crescente é possível estabelecer um ponto de partida, capaz de apresentar um mapa da estruturação dessa produção, que visou atender às crescentes necessidades industriais nacionais. Para acompanhar essa demanda por matéria energética, fez-se necessária a utilização de um conjunto de práticas estratégicas capazes de apresentar resultados positivos, além de atender critérios ambientais, legais, econômicos e sociais.

Algumas estratégias deram certo, outras não, de maneira que a demanda industrial foi suprida, mas nem todos os outros quesitos o foram.

Inicialmente as empresas dedicadas ao reflorestamento ou à compra do carvão vegetal priorizaram áreas próximas às siderúrgicas para evitar gastos com transportes. Contudo, à medida que a procura se expandiu e as florestas mais próximas foram desmatadas, esse critério de coleta teve que se flexibilizar, porque as distâncias maiores tornaram-se cada vez mais comuns.

O passo seguinte foi uma ampliação geográfica no raio inicial de 200 quilômetros pertencentes ao eixo do corredor da Estrada de Ferro Carajás. No final da década de 1980, as distâncias não eram mais um critério decisivo e podiam alcançar três mil quilômetros de afastamento, como no caso mineiro. Nessa época, 80% do carvão consumido pelas indústrias siderúrgicas no País provinham de florestas nativas.

A produção de carvão vegetal no PGC deveria, a priori, ser realizada por meio de três mecanismos: no primeiro momento, apenas por meio da floresta nativa; no segundo, um misto de floresta nativa mais a matéria-prima decorrente do reflorestamento; e no terceiro momento, só o reflorestamento deveria atender completamente às demandas industriais.

O Projeto Grande Carajás elaborou um planejamento para a produção de carvão vegetal.[15] Antes desse Plano havia uma perspectiva de plantio equivalente a 180 mil hectares de florestas anuais, o que daria em oito anos um plantio superior a 1,4 milhão de hectares. Após o documento PGC-agrícola, a estimativa foi a estruturação florestal para o carvoejamento ao longo de toda ferrovia Carajás - Ponta da Madeira, numa faixa de 40 quilômetros às margens da ferrovia. A área total do cultivo corresponderia a 3,6 milhões de hectares (GONÇALVES, 1986, p.396).

Essa postura se deve, pelo menos em grande parte, a exigências jurídicas referentes ao Código Florestal brasileiro de 1965, que exige das empresas siderúrgicas a manutenção de suas próprias florestas para fins de produção de carvão, com o objetivo de provocar menos danos ao conjunto florestal brasileiro.

---

15 Um planejamento para a produção de carvão vegetal surgiu, de fato, só nos anos 1990, em que a Vale elaborou um documento intitulado "Siderurgia a carvão vegetal na região de Carajás [...]" (CVRD, 1990). Esse projeto envolve pesquisas e ações no sentido de reduzir os danos ambientais na Amazônia. Apesar de resultados positivos, o debate sobre a questão continuou, uma vez que a predominância ainda era a destruição das florestas em grande escala.

Segundo a Secretaria Executiva do Conselho Interministerial, após a aprovação de uma série de incentivos fiscais para inúmeros projetos de ferro-gusa e ferro-ligas no PGC, foi realizado um estudo na produção de carvão vegetal, com base no aproveitamento de matérias-primas encontradas na própria região.

O planejamento, ainda que limitado, foi extremamente necessário, primeiro porque sem essa matéria-prima não poderia haver indústrias siderúrgicas nos mesmos moldes tecnológicos; segundo pelas questões ambientais já apresentadas aqui, como o Código Florestal (Lei 477/65) que prevê um prazo de 10 anos para os empreendimentos produzirem suas próprias fontes energéticas (IDESP, 1988, p. 37). Por serem grandes consumidoras de carvão vegetal, a legislação brasileira determina que elas apresentem um plano com cronograma de abastecimento de carvão antes mesmo de seu consumo inicial.

Segundo o Anuário Estatístico da ABRACAVE de 1990, a Associação é a favor do reflorestamento com a finalidade de atender a carência industrial e preservar as florestas nativas. A entidade afirma acreditar que essa postura é vital para o sucesso do setor, que estava entre os maiores produtores de aço bruto no mundo, em fins da década de 1980. Para a ABRACAVE, o plantio de eucalipto é a única forma de reduzir a devastação da floresta nativa no país. Ao reconhecer a gravidade do problema, a Associação assegura estar empenhada em propostas preservacionistas.

Outro documento da mesma entidade denominado "Carvão vegetal - diagnóstico e propostas" (s/d) afirma que a devastação ambiental tem como maior responsável o crescimento agropecuário. Em consequência deste, há desmatamento de milhares de hectares todos os anos para o plantio de capim na criação extensiva de gado. "Os maiores consumidores de carvão vegetal só fazem aproveitar o material lenhoso da expansão agropecuária que fatalmente seria queimado" (n.p.).

No final dos anos 1980, a área desmatada anualmente atingia seis milhões de hectares, com quase dois milhões aproveitados pela indústria siderúrgica, ou seja, 14% do valor total. A perspectiva era o gradual aumento desse aproveitamento de forma a conservar outras áreas. Para isso deveriam-se criar condições de financiamento, transporte, preço, qualificação de trabalhadores para a produção, dentre outros pontos.

Para a ABRACAVE, o setor de carvão vegetal é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias na área de reflorestamento, pois responde por 40% do plantio de eucalipto no país, num montante de 5,5 milhões de hectares reflorestados.

Apesar da contribuição do eucalipto alcançar apenas 20% do consumo de carvão no país, a Associação assegura ser viável, carecendo apenas de um planejamento e um trabalho no âmbito da técnica de aproveitamento. Para justificar sua tese apresentou, em seu Anuário Estatístico (s/d), alguns dados em que ilustra a participação do carvão de eucalipto nos diversos ramos da indústria nacional, a saber, "13% da produção nacional de aço; 21,05% da produção de ferro-gusa; 90% da produção de ferro-ligas; 71,90% de calcinação (carvão vegetal e lenha); e 19,90% da produção de cimento" (n.p.).

Também para a Companhia Vale do Rio Doce (1990, p. 9) somente quando a siderurgia começou a se envolver na produção de carvão, as tecnologias foram melhoradas, o que resultou em mais aproveitamento da lenha. Com essas tecnologias de redução no consumo poder-se-ia chegar a resultados importantes na diminuição da pressão sobre a vegetação nativa da Amazônia. Outro fator seria a redução de custos de produção, à medida que se consome menos lenha, carvão e tempo de trabalho.

Entretanto, há dois pontos a considerar pois, na prática, esses resultados não chegaram à altura de suas perspectivas. Umas das questões que contribuíram para isso está nos custos desses investimentos, pois a compra de grandes quantidades de terras e o investimento para o plantio de florestas requer significativo corpo de investimento. Diante desse cenário, é mais fácil partir para alternativas mais em conta.

O código florestal permite que as indústrias consumam carvão originado de madeira proveniente de reflorestamento, que não precisamente devem ser delas próprias, podendo ser de terceiros. "As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidades de matéria-prima florestal serão obrigadas a manter [...] o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros [...]" (BRASIL, Lei 4.771, 1965. art 20). A aquisição do carvão por essa segunda via apresentou-se como forma mais vantajosa, do ponto de vista financeiro. Por esse motivo, quase sempre houve uma espécie de corrida por esse carvão mais acessível e barato.

Um grande projeto de produção carvoeira vegetal nesse padrão surgiu com a SUDAM, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR. A ideia foi desenvolver áreas de colonização, com a implantação de um programa de desenvolvimento agroindustrial, no qual haveria qualificação dos trabalhadores para a produção da matéria-prima em larga escala.

Ficaria estabelecido, por meio desse projeto, que o Vale do Pindaré e a região do Bico do Papagaio ou tocantina, ponto de confluência entre os estados do Maranhão, Pará e Goiás, atualmente Tocantins, constituiriam-se em áreas de abastecimentos para as indústrias de Açailândia. Da mesma maneira que outras áreas de colonização abasteceriam Marabá e Paraupebas, por estarem próximas a estes centros. Deveria haver uma estruturação de ações no sentido de manter uma organização eficiente, afim de fazer o programa funcionar de forma perene.

O ponto chave desse projeto foi a inserção dos pequenos produtores rurais no fornecimento, em pequena escala individual, de lenha procedente de suas roças. Esse pequeno produtor deveria receber instruções para o melhoramento da técnica e do método de preparo da matéria-prima. O papel das empresas seria assumir os serviços com o transporte da lenha e outros produtos para a carbonização em suas próprias usinas. O financiamento inicial para o pequeno produtor seria de grande importância na garantia de matéria-prima. Outra maneira igualmente importante consistiria em produzir o carvão em sua própria terra em fornos de tijolos de barro, para vendê-lo pronto.

As siderúrgicas utilizam ainda hoje essa estratégia com muito sucesso na obtenção de carvão por pequenos produtores. Inicialmente, por se tratar de uma atividade nova para muitos camponeses, estenderam a tecnologia para vários empreendimentos regionais. O carvão produzido nos fornos de alvenaria chamados "rabo-quente"[16] necessitam de um processo bem elaborado para o bom aproveitamento da lenha.

---

16 Esse tipo de forno ainda hoje predomina na região tocantina, a exemplo do município de Açailândia que tem uma grande produção de carvão vegetal para as siderúrgicas. É um forno fácil de fazer e que envolve um baixo custo, uma vez que seu principal material consiste no uso de tijolos de barro, fácil de encontrar em toda a região. Seu formato é elipsoidal, parecido com metade de uma grande esfera de barro de 3,20 metros de diâmetros por 2,20 metros de altura, com uma capacidade média de 10 st de lenha. Informação disponível em: http://www.plantasdonordeste.org/belgica/belgica/arq_site/Anexo_publica_carvao.pdf. Acesso em 20 mar 2008.

Outra etapa do processo é a estruturação da carvoeira, com a construção dos fornos, o fornecimento de transporte e a embalagem para o produto pronto, ficando a cargo do produtor apenas o fornecimento do carvão. Na maioria das vezes, cabe à empresa buscar nos fornos a matéria-prima, abatendo o valor do transporte no preço do produto.

O produtor deve atender alguns a critérios, dentre os quais a garantia no fornecimento de lenha suficiente para um bom período de produção. Sem essa disponibilidade energética por um prazo razoável, não haveria motivação para as empresas investirem. Outro fator muito importante é que essas carvoarias estejam localizadas em áreas que apresentem boas condições para o transporte do produto, pelo menos na estação menos chuvosa. Juntamente com isso, quanto mais próximas as carvoeiras se encontrem das siderúrgicas, melhor.

Na estação chuvosa, desde o início da estruturação das primeiras carvoarias na Amazônia, a produção do carvão costuma cair. O contrário acontece com as serrarias, que normalmente situam-se à beira do asfalto. A produção em fazendas distantes das BR's só começa a se alicerçar com o fim das chuvas, momento em que as estradas de terra sofrem menos com a erosão e apresentam melhores condições.

Apresentam-se como uma fonte primordial as madeiras disponíveis em serrarias e fazendas que não são aproveitadas para fins industriais. Com esse vantajoso aproveitamento é possível reduzir enormemente problemas de falta de matéria-prima. E essa madeira adquirida em serrarias e fazendas oferece melhores preços, porque não se trata de uma atividade titular, mas secundária.

Antes dessa parceria da venda do carvão às indústrias, muitas serrarias tinham que se preocupar com a limpeza do pátio.[17] Após essa nova atividade, há duas opções disponíveis: transportar essas sobras até os fornos e aumentar a renda do empreendimento ou designar alguém para produzir esse carvão para si, em troca da benfeitoria no pátio.

---

17 O pátio das serrarias são áreas dentro ou próximas aos galpões em que normalmente se colocam madeiras beneficiadas. Habitualmente esses espaços costumam acumular resíduos de madeiras que, se não forem removidos, podem comprometer o espaço físico do estabelecimento e, consequentemente, sua produção. Uma das formas mais comuns de efetuar essa limpeza é a doação ou recolhimento desses resíduos madeireiros para a fabricação de carvão, em benefício direto, ou não, da empresa.

De maneira semelhante acontece com a produção de carvão em fazendas, vez que normalmente o desmatamento nessa área objetiva a plantação de pasto para a criação de gado e a madeira que sobra desse desmatamento costuma ser descartada, muitas vezes queimada com parcial aproveitamento para fins domésticos.

A missão das siderúrgicas é fazer uso de todo esse material desperdiçado, atuando na forma secundária, sem participação direta na derrubada da mata, ou na forma direta quando assume a derrubada sem custos ao dono da terra, em troca da madeira. Nesse sentido, a empresa antecipa um trabalho que seria realizado no futuro, com custos para o dono da terra.

Existem algumas estratégias predominantes, no que se refere à obtenção do carvão para fins industriais: a que adquire o produto por meio da atividade em pequena produção, como foi esboçado aqui; a produção em maior escala, com quantidades mais expressivas de fornos em latifúndios, amplamente superior aos do pequeno produtor; e, por fim, a produção do carvão em terras das próprias siderúrgicas. Esse tipo de produção abarca áreas maiores do que qualquer outro tipo de produção terceirizada, mesmo as maiores produções fazendárias, porque é sempre cultivada em áreas correspondentes a milhares de hectares.

O produtor de carvão, em escala ampliada, atende a três formas de classificação que se dão de acordo com seu grau de rendimento na atividade. Primeiro tem-se o produtor industrial, com maior capacidade produtiva, que são as empresas de reflorestamento; a produção por meios especializados, que são de grande importância para as empresas siderúrgicas; e por último, tem-se o produtor transitório nas fazendas, que também apresenta grandes resultados, mas sempre menor que as outras duas categorias. Isso acontece porque sua atividade principal não é a fabricação do carvão, mas o cultivo de pasto ou produção agrícola. O carvão significa, a priori, o barateamento dos custos da derrubada da mata para outros fins.

Para essa categoria, a madeira representa um problema a ser resolvido, já para o profissional, a atividade é exercida de forma exclusiva. Onde há lenha ele vai à procura, no intuito de adquirir de pequenos, médios ou grandes produtores, atuando como empreiteiro. Nessa relação, sua responsabilidade é a de entregar a terra "limpa" propícia aos cultivos que o fazendeiro desejar.

Apesar de envolver gastos imensamente superiores e também grandes áreas, pode-se afiançar que a elaboração da produção industrial se dá de forma relativamente simplificada, no momento em que acontece em instalações fixas e pouco sofre migrações à procura de matéria-prima. Basicamente, em termos operacionais, sua atividade é reflorestar ou remanejar para fins industriais.

No âmbito da produção em si, mesmo a pequena atividade, em que o volume financeiro e infra-estrutural não apresentam resultados corpulentos, pode ser mais complicada do que inicialmente possa parecer. O processo, na sua totalidade, envolve uma sequência de pequenas etapas que são essenciais ao resultado final. Sem o cumprimento dessa rigorosa metodologia, não é possível haver a produção com a mesma eficácia.

Para que o carvão seja produzido com um bom aproveitamento da lenha, o primeiro passo é o transporte da madeira até o forno, em seguida procede o momento de encher o forno e carbonizar, seguido pelo processo de resfriamento, até o momento final que é o da retirada do produto para o ensacamento.

Cada etapa deve ser feita com cuidado e na medida certa, visto que a falha em qualquer uma dessas etapas pode comprometer o rendimento da quantidade da matéria-prima, podendo ficar muita lenha sem queimar ou carbonizar em excesso. O processo da carbonização é um dos que requerem mais habilidade, porque é nele que os melhores resultados distinguem-se dos piores.

Em termos de suportes tecnológicos, a produção em pequena escala ocorre de maneira mais rústica e requer, em grande parte das vezes, muito trabalho manual, diferente do que acontece nos sistemas de grande produção, que fazem uso de processos mais elaborados, a exemplo da reprodução de subprodutos como o alcatrão. Também necessitam do uso mais intensivo de tecnologias aprimoradas para produção em maior quantidade.

Contrariamente a essas empresas de grande porte, que constantemente empregam máquinas e equipamentos, o sistema em pequena escala faz uso basicamente de um motorista de caminhão ou um tratorista; em casos menos frequentes, um operador de moto-serra, um braçal para colocar a madeira no caminhão e às vezes no forno, e um carbonizador. De acordo

com o lugar de produção, algumas funções podem variar, mas não altera, de forma substancial, sua estrutura.

Percebe-se um claro esforço das indústrias siderúrgicas em conseguir matéria-prima originada da produção de terceiros. Desde o início, buscou-se aproveitar parte de uma madeira que seria desperdiçada. Nesse sentido, há um mérito das siderúrgicas, não obstante, sua atuação costuma ir além desta mera arrecadação.

O primeiro ponto a considerar é a extraordinária necessidade de material energético pelas indústrias siderúrgicas. Percebe-se isso facilmente ao observar a pressão exercida pelas carvoarias na floresta nativa, quando estas atuam numa frente de derrubada para o plantio do pasto.

Há incentivos financeiros a partir da venda da lenha ou do carvão e áreas que não seriam devastadas em determinados momentos, passaram a ser, por causa do carvão, mesmo que o pasto nem sempre seja plantado. Nessa etapa, a coleta da lenha deixa de ser uma atividade secundária para se tornar uma atividade primária e o capim é que vem em segundo plano. Em muitas áreas isso tem acontecido com frequência, o que contribui para o aceleramento do desmatamento de floresta nativa. Com a redução de custos para o fazendeiro na "limpeza da terra", há estímulo para a crescente ampliação da pastagem, ainda que exceda amplamente suas necessidades reais.

No momento em que esse incentivo na redução dos custos acontece, com motivação para uma produção de pasto cada vez mais acima do padrão usual, torna-se claro que a atividade do carvoejamento se constitui como um mecanismo de pressão sobre a floresta natural. Logo, torna-se falsa a afirmativa de que as empresas apenas aproveitam um material que necessariamente seria desperdiçado. Sua demanda real vai além e os resultados mostram bem isso nos constantes desmatamentos.

Só em Marabá, no fim da década de 1980, a demanda de carvão vegetal para as sete siderúrgicas instaladas na região foi superior a 700 mil toneladas, numa área de 17 mil hectares de florestas (IDESP, 1990, p. 15). O carvão é uma matéria-prima utilizada pelas siderúrgicas não apenas como gerador de energia, mas como redutor de oxigênio contido no

ferro. Como exemplo, a COSIPAR no estado do Pará, na mesma época, utilizava 800 quilos de carvão para cada tonelada de ferro-gusa produzida (Idem).

Em termos nacionais, o consumo a partir do ano de 2007 foi estimado em 12 milhões de metros cúbicos de carvão por ano, numa área de 200 mil hectares de terra. No ano de 2005 o consumo de carvão vegetal só nas siderúrgicas do Pólo Carajás chegou a três milhões de toneladas, numa área de 550 mil hectares (LIMA, 2007, n.p.).

A exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no início da década de 1990 foi de que 40% do consumo siderúrgico de carvão vegetal fosse proveniente de reflorestamento e para meados da década, 100% desse consumo deveria ser de florestas plantadas ou aproveitamento de resíduos. Atualmente, é inegável que as siderúrgicas tenham grandes áreas de florestas artificiais, no entanto, continuam adquirindo carvão de fazendas e de pequenos produtores. Nesse processo, os mesmos problemas apontados aqui continuam sem solução.

Desde o início do Projeto Grande Carajás, as questões relacionadas ao desmatamento são muito presentes, despertando constantes preocupações e debates na sociedade civil, especialmente nos grupos relacionados ao meio ambiente e aos trabalhadores do campo, organizados em movimentos.

É fácil compreender essa notável velocidade de desmatamento ao perceber que "cerca de 83% do carvão vegetal consumido pelas siderúrgicas brasileiras em 1984 foi produzido a partir de povoamentos vegetais nativos" (CODEBAR/SUDAM, 1986, p. 9). Esses resultados vêm sempre acompanhados do uso de grandes áreas, pois mesmo com a possibilidade de extrair 27 toneladas de lenha em um hectare de cerrado e 208 toneladas numa floresta densa, o volume necessário é monumental.

Já nos primeiros anos de implantação do Programa, cerca de cinco bilhões de metros cúbicos de madeira no Pará se destinaram aos comércios local, nacional e internacional. Na mesma época ocorreu um desmatamento de mais de três milhões de hectares de florestas, 2,75% de todo o território do estado (QUEIROZ FILHO, 1988, p. 2).

No final dos anos 1980 foram realizados estudos os quais apontaram que em 20 anos a chamada área do Corredor da Estrada de Ferro Carajás estaria completamente devastada, o

que de fato se confirmou. Por conta dessas preocupações, aconteceram uma série de debates sobre a devastação ambiental e alternativas possíveis.

Em 1986, entre 2 e 5 de dezembro, houve um ciclo de debates realizado em Marabá com alguns temas, dentre os principais: produção de carvão na área do Programa, produção de carvão de babaçu e de restos de serrarias, impacto social da produção de carvão vegetal para a siderurgia, condições e perspectivas de integração da mão-de-obra regional na produção de carvão vegetal, sugestão para o aproveitamento integral do babaçu.

O Plano diretor do PGC previa o aproveitamento de 822 mil toneladas de carvão de coco babaçu só no Maranhão, "isso significa cerca de 80% da demanda para 1992" (KOWARICK,1995, p. 230). O babaçu deveria ser uma das saídas para a siderurgia na Amazônia. Por ser um bem renovável, poderia contribuir, assim, para reduzir ou evitar a devastação, em grande escala, das florestas nativas.

> Porém, a economicidade do emprego do babaçu para a produção de carvão vegetal em larga escala depende do equacionamento de vários problemas operacionais, notadamente os relacionados com a coleta e o transporte dos cocos, não sendo, por isto, considerado nesta etapa (apud PINTO, 1981, p. 59).

O potencial produtivo de carvão a partir do babaçu,[18] nos estados do Maranhão, Pará, Goiás e Piauí, era estimado em 12 milhões de toneladas anuais, todavia o seu uso efetivo só começa acontecer nos anos mais recentes. Nesse contexto, surgem novos problemas de ordem ambiental, com a devastação dessas florestas, bem como problemas de ordem social, que envolvem as quebradeiras de coco babaçu.

---

18 Desde cedo, como forma de reduzir a pressão sobre a floresta nativa, alertava-se para o aproveitamento do babaçu, como matéria-prima energética para as indústrias siderúrgicas do PGC. Pelo seu grande potencial, o governo iniciou estudos com o objetivo de aproveitar esse fruto em larga escala, no entanto, sempre encontrou dificuldades estruturais para isso (PINTO, 1981). Ainda em 1986, a discussão em relação a esse aproveitamento energético está em pauta, como se vê no "ciclo de palestras sobre carvão vegetal na área do Programa Grande Carajás", em seu tema 3 (SEPLAN; IPEA; CEDEC, 1986). A partir desse momento, o uso do babaçu ganha cada vez mais força, até seu uso efetivo na década de 1990.

1.4 O PGC e a problemática ambiental

Os problemas relacionados à questão ambiental no Projeto Grande Carajás sempre foram uma realidade presente. Sem dúvida alguma, esse foi um dos maiores problemas a ser equacionado pelos planejadores do desenvolvimento na Amazônia, especialmente a partir da década de 1980. Pelas proporções do Programa, que demandou colossais quantidades de matéria-prima, nunca se conseguiu atender, de forma satisfatória, às exigências ambientais pautadas pelas leis brasileiras e pela sociedade.

Já nos anos de 1956, portanto muito antes do PGC, a Companhia Vale do Rio Doce já demonstrava preocupações ambientais ao comprar uma área florestal de mata atlântica para preservação, no estado do Espírito Santo (CVRD, 1992, p. 560). Ao iniciar o Programa, a empresa expôs publicamente interesse com a qualidade da água e do ar, apesar de ter como base a exploração dos recursos naturais em ampla escala, disponíveis na Amazônia Oriental, numa área compreendida em 895.263 quilômetros quadrados (IDESP, 1990, p. 10).

Logo na aurora dos anos 1980, a CVRD criou um corpo de técnicos e cientistas de Universidades brasileiras para pensar e elaborar propostas em relação aos impactos ambientais causados pelos reflexos do PGC. A partir da formação dessa equipe, surgiu a ideia de criar, no mesmo ano, o Grupo de Estudos e Assessoramento Sobre o Meio Ambiente - GEAMAM,[19] que deveria elaborar praticamente todas as propostas ambientais do Programa.

A portaria n° 54180 que criou o GEAMAM, em seu artigo 1° diz que o Grupo deve ser composto por um Secretário Executivo e até 9 especialistas brasileiros na esfera ambiental. O artigo segundo define suas funções, dentre as quais destacam-se: discutir e propor medidas referentes ao bom uso dos recursos naturais, bem como sua conservação nas áreas que a CVRD atuasse; sugerir medidas preventivas com o objetivo de reduzir impactos negativos ao meio ambiente; fazer recomendações sobre quaisquer projetos técnicos. Como esse grupo de estudos estava submetido à direção da empresa, o artigo quinto, em parágrafo único, assegura

---

19 A criação desse órgão está relacionada, também, a um longo tempo de debate e críticas em relação aos danos causados pelo Projeto Grande Carajás. Isso significou um avanço na postura da Vale em relação ao consumo dos recursos naturais da Amazônia. Mesmo assim, ainda continuavam intactos os principais problemas ambientais provocados direta ou indiretamente pelo PGC.

que a Vale do Rio Doce tem autonomia para adotar ou não as propostas apresentadas pelo Grupo.

Um ano após a criação do GEAMAM, pela Portaria n° 39181 criou-se a CIMA,[20] com função comparada às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAS, nesse caso tratando-se de Comissões Internas de Meio Ambiente. Os principais objetivos dessa entidade seriam identificar os pontos críticos relacionados ao meio ambiente em suas áreas de atuação e estabelecer medidas e normas para corrigir problemas ou previni-los.

A ideia de criação das CIMA's proveio de uma reunião do GEAMAM em Minas Gerais, com o objetivo de coordenar as atividades de conservação ambiental e orientar a realização de atividades na área da CVRD. Sua composição, segundo o artigo quarto da Portaria, seria de 8 membros e um coordenador.

Foram criadas ao todo 15 Comissões pela empresa, com atuação corretiva ou paliativa, conforme a necessidade de cada região. Por meio de uma forte integração inter CIMA's, entre elas e o GEAMAM e entre as duas instituições e a Secretaria do Projeto Grande Carajás, foi possível estimular pesquisas sobre a vegetação e estudar impactos socioeconômicos na área do PGC.

Foi instituída, no mesmo ano de criação dessas comissões, uma Comissão de Ciência e Tecnologia com pelo menos três objetivos em destaque: buscar melhorar o potencial brasileiro para criar e absorver tecnologias; procurar cooperação internacional técnica e científica; e acompanhar os impactos socioambientais do Programa.

Alguns fatores tiveram notável importância para motivar as preocupações em relação ao meio ambiente, a primeira foi o apreciável volume de impactos que o Projeto causaria ao país, grande parte deles irreversível. Outro componente expressivo foi o debate em âmbito internacional sobre o meio ambiente, que já vinha ocorrendo com força em vários países. O marco da participação brasileira nesse debate ocorre na Conferência sobre o Ambiente

---

20 A criação das CIMA, com inspiração nas CIPAs, teve, em essência, a finalidade de atuar especificamente na esfera preventiva em relação aos danos ambientais. No artigo segundo da Portaria de criação dessa entidade, diz que as CIMA's terão como objetivo principal: "identificar pontos críticos relacionados com o meio ambiente em suas áreas de atividades e estabelecer medidas e normas específicas para corrigir pontos falhos e propor ação de natureza preventiva, quando necessário". Apesar das limitações aparentes, a soma do GEAMAM e CIMA's significou algum avanço na concepção e ações ambientais da CVRD.

Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas, que ocorreu na capital da Suécia, Estocolmo, em 1972.

No ano de 1981, um estudo realizado pela FAO apontava que a floresta tropical estava desaparecendo numa velocidade de quase 7,5 milhões de hectares a cada ano. Na mesma época, a perda dessa floresta na América Latina era de 37% e na África, a floresta tropical já havia sido devastada em mais da metade, o mais assolado dos continentes, seguida pela degradação asiática com mais de 40% de destruição de sua floresta húmida (FREITAS, 1986, p. 6-7).

Diante da gravidade global do caso, a CVRD se propôs a criar o que ela chamou de "nova mentalidade" no que se refere ao relacionamento entre homem e natureza, com especial atenção para a Amazônia, na qual seria possível extrair os benefícios à sociedade sem provocar danos graves ao meio ambiente e preservar a harmonia indispensável entre sociedade e meio ambiente.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, por meio da Resolução 001/86 exige a elaboração de um estudo de Impacto Ambiental nas atividades que envolvem qualquer atividade consumidora de carvão vegetal, extração de minério, produção siderúrgica e exploração de madeira para fins industriais.

A CVRD estruturou um aglomerado de propostas que pudessem trazer benefícios à Amazônia em termos ambientais. Uma das primeiras propostas, elaboradas em meados da década de 1980, foi que se fizessem áreas de reservas biológicas em várias localidades diferentes, com especial atenção para a Província Mineral de Carajás, no intento de contribuir com pesquisas científicas capazes de aprimorar técnicas de melhoramento do meio ambiente.

A proposta seguinte foi que se realizasse um levantamento socioeconômico na área envolvida pelo PGC. Por meio disso, visava-se o desenvolvimento de atividades econômicas e, ao mesmo tempo, assegurar a preservação da natureza. Nessa relação trabalho/conservação, exige-se a participação governamental nas esferas Municipal, Estadual e Federal, além da participação direta da sociedade civil.

O documento recomenda ainda que se criem órgãos em nível estadual em diferentes atuações, a saber: fiscalização, pesquisa, fomento, educação, avaliação de impactos ambientais, dentre várias outras medidas.

Desde cedo, a CVRD alertou para os perigos da demanda de carvão vegetal com relação à ameaça da cobertura florestal, amplamente posta em risco também pelas atividades agrícolas em grande escala e pela pecuária extensiva. Com base nesses perigos, a empresa propôs que os Planos de Desenvolvimento Regional só recebessem recursos se tivessem um parecer técnico positivo por uma equipe de reconhecida credibilidade na área.

Nesse parecer técnico especializado deveriam constar impressões e opiniões das populações envolvidas. Para um trabalho com essa amplitude, nas esferas econômica, social e ambiental, exigia-se ampla participação, com a contribuição de diversas instituições governamentais e da sociedade civil.

Um dos projetos ambientais mais importantes da Companhia Vale do Rio Doce refere-se à elaboração de um zoneamento ecológico para reflorestamento da área que compõe a Estrada de Ferro Carajás. Na perspectiva desse zoneamento, estabeleceu-se uma premissa simples, porém indispensável: a diminuição do ritmo de desmatamento e recuperação de algumas áreas desmatadas.

Nessa recuperação florestal, uma das espécies de maior importância foi o eucalipto que, segundo a CVRD, já tinha apresentado resultados positivos em alguns Distritos Experimentais da empresa na região, a exemplo de Pindaré-Mirim, Buriticupu, Açailândia e Marabá. Outras espécies em destaque são as palmáceas, nas quais se incluem o buriti, a pupunha e o babaçu; as culturas agrícolas consorciadas, como o café, a pimenta-do-reino e o guaraná; e as árvores frutíferas, contendo o cupuaçu, a graviola, a goiaba, a acerola, e dentre outras, a jaca. A ideia foi reduzir a devastação das florestas nativas com esses plantios, para tornar a vegetação original mais favorável à criação de Unidades de Conservação, de responsabilidade do Poder Público.

Um dos maiores projetos idealizados pela Vale nas últimas décadas, na categoria ambiental, foi sem dúvida o Programa Polos Florestais.[21] Lançado formalmente no primeiro ano de governo de Fernando Collor de Mello, nunca chegou a ser concluído. Para o

---

21 Apesar do destaque para o eucalipto no projeto polos florestais, como se viu houve o plantio de várias outras espécies compatíveis com a vocação da região. "Com a criação de florestas artificiais pode-se atenuar a pressão sobre as florestas nativas [...] destinadas à criação de parques, reservas e florestas nacionais, estaduais e municipais [...] (CVRD, 1989, p. 30). A medida visava, entre outras coisas, resolver problemas de ordem ambiental e política.

presidente, esse projeto visava promover o desenvolvimento com a necessidade de preservação ambiental.

O Programa contaria com reflorestamento inicial de 10 mil quilômetros quadrados no corredor da Estrada de Ferro Carajás. Como já se observou aqui, esta produção de eucalipto objetivava, com certa prioridade, atender às indústrias de celulose que deveriam ser instaladas na região. Além disso, esperava-se poupar 25 milhões de hectares de mata nativa, somente na Amazônia Oriental.

Segundo a Vale do Rio Doce, os madeireiros e carvoeiros que atuam na Região são os maiores responsáveis pela degradação dos recursos florestais e sua tarefa principal é evitar essas práticas predatórias em sua esfera de atuação. Com reflorestamento, especialmente do eucalipto, e a previsão para instalação de fábricas no ramo de celulose na região, esperava-se ser possível evitar essa degradação. Trata-se de uma linha geral do Projeto Polos Florestais: aplicar mais de um bilhão de dólares para produzir matéria-prima, além de reduzir danos ambientais e sociais na Estrada de Ferro Carajás.

> A região-alvo abrange terras dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, atingindo 94 municípios e que [...] pode ser dividida em três blocos ao longo do eixo Carajás [...] A política de Pólos Florestais - conciliação do desenvolvimento com a preservação ecológica - gerará 30 mil empregos diretos na floresta, 10 mil na atividade industrial e 80 mil indiretos, contribuindo para a fixação do homem no campo (JORNAL DA VALE, 1990, p. 12).

Na Amazônia Oriental, os Polos abarcaram 150 quilômetros de cada margem da Ferrovia Carajás, com especial atenção para o bloco dois, por sofrer os maiores desmatamentos ocasionados com a atuação de serrarias, carvoarias, extensão agropecuária, dentre outros elementos e por apresentar melhores resultados na produtividade florestal, como já haviam demonstrado os experimentos anteriores.

Os ganhos ecológicos, apontados na época, podem ser sintetizados da seguinte maneira: o primeiro seria a redução da pressão sobre a floresta nativa, segundo informações já apresentadas aqui; proteção dos recursos hídricos, com redução do assoreamento dos rios localizados na região; fim das grandes queimadas e a consequente redução de CO2 na atmosfera; geração de empregos na região e contribuição para a fixação do homem no seu

lugar de origem, aumento da renda e da qualidade de vida; redução da agropecuária extensiva; proteção das espécies florestais e animais; arrecadação de impostos que poderiam refletir em investimentos governamentais para o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista político, o Programa pretendia atender ao rigoroso questionamento de organizações e Governos estrangeiros e procurar igualmente dar uma resposta às pressões internas de grupos em defesa da Amazônia.

Pela enorme quantidade de recursos financeiros que demandaram todas as ações desse grande Projeto, recorreu-se a verbas do Governo Federal. Por outro lado, como já foi demonstrado, recorreu-se fundamentalmente ao exterior, segundo a Companhia Vale do Rio Doce, com boas condições de pagamento.

A proposta da empresa foi que outras instituições privadas gerissem os recursos do Programa, como alguns bancos brasileiros. Por meio de uma boa administração desses recursos, seria possível criar parques para a preservação de florestas, incentivar projetos de iniciativa privada para atender pré-requisitos legais; esperava-se criar programas educacionais objetivando maior esclarecimento da sociedade em relação ao meio ambiente; desenvolver projetos com base no turismo ecológico regional; estudos e pesquisas sociais e ambientais envolvendo a sociedade indígena; projetos de origem diversa, desde que atendessem às necessidades ambientais e sociais das populações envolvidas.

A lei 7.511 de 1986 prevê que só se pode explorar madeira na Amazônia por meio de corte seletivo de árvores, de maneira a preservar as espécies mais importantes ou mais ameaçadas pela exploração. A CVRD tinha, no início dos anos 1990, uma área aproximada de 400 mil hectares de floresta intacta, uma reserva ecológica com fins preservacionistas e para estudos técnicos e científicos.

Antes dessa data, a empresa já tinha gasto cerca de 65 milhões de dólares em projetos ambientais. Foram desenvolvidas linhas de pesquisas que visavam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico na região do Projeto Grande Carajás, numa simultânea diminuição de impactos negativos para a natureza (JORNAL DA VALE, 1990).

Para o atendimento desse projeto socioambiental foi estimado um valor de 300 milhões de dólares. Os módulos produtivos seriam divididos em grandes porções de terras, cerca de 20 mil hectares cada, com 30% para preservação. Nessas áreas não se cortariam

árvores com menos de 10 centímetros ou mais de 60 centímetros de raio, bem como árvores que dessem frutos.

Todo o trabalho realizado contaria com um minucioso plano de ação fundamentado em sólidos princípios técnicos. Para o financiamento do programa contou-se com o apoio da Comunidade Econômica Europeia - CEE, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além dos bancos brasileiros como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste Brasileiro - BNB e Banco da Amazônia - BASA.

Como contrapartida desses financiamentos externos, além de ganhos financeiros, exigia-se do país uma postura diferente no uso dos recursos naturais. Para dar sinais positivos, o Governo brasileiro intensificou a fiscalização ambiental, o que resultou na aplicação da maior multa da história do IBAMA, destinada a uma indústria siderúrgica de Marabá. Ficou claro que seria, também, uma resposta à CEE, que chegou a ameaçar não comprar mais ferro-gusa extraído da jazida de Carajás, até que a fiscalização na Amazônia começasse a atuar de forma mais eficiente.

Vários movimentos e organizações nacionais e internacionais de defesa do meio ambiente alertaram o Brasil sobre os futuros efeitos negativos da devastação florestal. Essa pressão se intensificou mais ainda quando o Parlamento europeu incorporou a bandeira, somando-se aos que pressionavam o Governo brasileiro a tomar medidas mais eficazes na preservação e no uso dos recursos naturais.

Internamente, dentre as várias ações na esfera ambiental, o Ministério da Educação, em 1988, promoveu uma importante atividade, o I Encontro Marabaense de Meio Ambiente, em que apresentou várias diretrizes para contribuir na preservação da Amazônia. Dentre as medidas estava a criação de reservas florestais o mais rápido possível e uma avaliação dos impactos ambientais provocados pelo Polo Siderúrgico de Carajás. Incluiu-se também um levantamento do potencial energético, no que se refere aos resíduos de serrarias para atender a carência das indústrias (QUEIROZ FILHO, 1988, p.23).

Sem dúvida houve muitas propostas e projetos interessantes para a Amazônia de Carajás, mesmo assim uma das maiores características desse projeto é a destruição em macro-escala dos recursos naturais. As muitas pressões internas e externas, financiamentos que

exigiram contrapartida ecológica, não foram suficientes para apresentar uma efetiva resposta à sociedade brasileira e internacional, pois não se deve esquecer que um dos maiores estímulos do Programa às empresas estrangeiras, desde o início, foram leis mais tolerantes diante dos danos ambientais, diferentemente dos chamados países de primeiro mundo.

Todos os empreendimentos no Projeto Grande Carajás, de um modo geral, se deram em proporções hercúleas. Atualmente, passam de 200 as carvoarias licenciadas pelo IBAMA e são mais de 500 o número total, incluindo as que não possuem licença. Elas devastam 1.348 hectares de cobertura vegetal por mês só no cerrado envolvido pelo Projeto Carajás (PEDROSA, 2006, n.p.)

O custo do ferro-gusa em Açailândia, na década de 1980, era estimado em metade do valor do mesmo produto em Minas Gerais. Nesse cenário, percebe-se o porquê do enorme interesse das produtoras de gusa na região. Esse preço está associado à acessibilidade da matéria-prima energética. O Programa previa o desmatamento ao longo de sua Ferrovia,[22] numa disposição superior a 600 quilômetros quadrados anuais de floresta para atender a demanda de 10 milhões de toneladas de ferro-gusa e ferro-ligas anualmente, que seriam produzidos até meados da década de 1990 (Idem, n.p.).

A Amazônia vem sofrendo com o desmatamento há décadas, especialmente a partir de 1970 e 1980, com construção ou inauguração de algumas BR's importantes como a Belém-Brasília, a Transamazônica e a Cuiabá-Porto Velho. Esse processo ganhou força, de maneira que, em fins de 1980, 25 milhões de hectares de florestas tinham desaparecido na Amazônia Legal, ou seja, mais de 5% de seu território. Somente no estado do Pará, o desmatamento superou os 7% e no Maranhão, a devastação da Amazônia Legal foi além, excedendo os 9% (CVRD, 1990, p. 12).

Ao fazer uso da classificação dos três blocos no Projeto Grande Carajás, pode-se observar danos ambientais em toda a região, com algumas diferenciações relacionadas às características de cada município. No primeiro bloco, por exemplo, em que há regiões de

---

22 Sem dúvida, a área conhecida por Corredor da Estrada de Ferro Carajás é uma das partes mais devastadas do Projeto Grande Carajás. À beira da ferrovia, praticamente não existe mata nativa, o que há são porções de matas secundárias ou imensas plantações de eucalipto, no sistema de monocultura, que formam os desertos verdes. Isso ocorre quando produtos químicos em grandes quantidades são utilizados no plantio e conservação da mata artificial e exterminam a maioria das espécies animais e insetos.

mangue, a degradação se intensificou à medida que se aproximou das maiores cidades, especialmente São Luís e Rosário.

No segundo bloco, essa perda ambiental se dá nas florestas consumidas por serrarias, carvoarias e fazendas. Este bloco tende a receber maior número de indústrias que demandam a madeira como matéria-prima, devido às condições de acesso e incentivos governamentais, pressionando com o isso o terceiro bloco, com suas terras baratas e abundantes.

Como forma de tentar abreviar os danos ao terceiro bloco foram criadas, na década de 1980, áreas de conservação como a Reserva Biológica do Tapirapé, Província Mineral de Carajás e Área Indígena do Cateté, somando cinco ao todo, numa área de um 1,2 milhão de hectares. Nos três blocos, a área conservada chegava a 39,3% de florestas intactas, 1% no primeiro, 21,2 % no segundo e no terceiro 32,6 % (CVRD, 1989, p. 20-21).

Esse percentual não foi maior pelo fato de todos os empreendimentos em Carajás terem base no uso exaustivo de carvão vegetal, necessariamente extraído da floresta amazônica. Com base numa produção de 2,8 milhões de toneladas de gusa por ano, a demanda foi de 2,3 milhões de toneladas de carvão, em volume superior a 33 milhões de metros cúbicos de lenha e área compreendida em mil quilômetros quadrados de desmatamento (IJP, 1989, p. 24). Só no ano de 1987 as queimadas atingiram um nível de devastação estimado em 200 mil quilômetros quadrados, consumo superior a área de alguns estados brasileiros, ou mesmo de muitos países do globo.

> A Lei n° 6.9381 de 31 de agosto de 1981 define poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta e indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energias em desacordo com padrões ambientais estabelecidos (IJP, 1985, p. 7).

A partir dessa definição, todos os impactos negativos apresentados aqui, definidos como degradação, estão contidos no termo poluição. Para o Instituto de Pesquisas da Amazônia - IPEA, representado na pessoa do biólogo Philip Fernside, o Brasil viola as próprias leis que criou, afirmando que o PGC não possuía um relatório de impactos ambientais rigorosamente elaborado como a legislação exigia.

Segundo o biólogo, os contratos de financiamento da Estrada de Ferro Carajás e as entidades estrangeiras como a CEE exigiam a preservação dessa área, justamente uma das mais afetadas pelo desmatamento. Com a aprovação de 21 usinas siderúrgicas produtoras de ferro-gusa e ferro-ligas a serem implantadas, houve previsão de desmatamento na ordem de 250 mil quilômetros quadrados. Para o sustento dessas usinas, milhões de toneladas de carvão foram extraidas dessas florestas (MPF, 1988, p. 1-2).

Por ser um bem coletivo, como diz o Código Florestal em seu artigo primeiro, a floresta não deve ser destruída. Quando esses problemas com a poluição começaram a agravar as condições de vida das populações, principalmente as menos favorecidas, estabeleceu-se um debate mais intenso, com relevo para as cidades de Marabá e Açailândia, as mais poluídas dos dois estados.

Dentre os incentivos iniciais concedidos às indústrias siderúrgicas, foi estabelecido que nenhuma delas faria reflorestamento, extraindo da floresta nativa ou das serrarias e fazendas suas matérias-primas. Somente após seis anos é que elas começariam a ser exigidas no quesito reflorestamento. E num limite máximo de 10 anos elas deveriam ter suas próprias fontes energéticas, se a Secretaria Executiva do PGC não ampliasse esse limite para beneficiar as empresas. Na época, havia uma demanda de mais de quatro milhões de toneladas de carvão vegetal por ano, comprometendo uma quantidade de lenha superior a 19 milhões de toneladas numa área acima de 230 mil hectares (Idem, p. 2-3).

Com base na discrepância entre as providências tomadas e o consumo de matéria-prima pelas empresas consumidoras de carvão, foi movida uma ação do Ministério Público Federal em 1988, que condena o excesso de regalias oferecidas às empresas. A medida visava imediatamente reduzir a devastação florestal Amazônica, especialmente após Carajás.

A ação contou com o apoio de dezenas de organizações sociais atuantes na Amazônia, dentre elas as mais destacadas foram a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Centro de Trabalho Indigenista - CTI e a Comissão Pastoral da Terra - CPT, além de vários sindicatos e Organizações não Governamentais.

Essa ação judicial teve vários objetivos, sobressaindo-se: revisão de processos administrativos de projetos que utilizavam o carvão vegetal; requisição de laudo técnico

conclusivo, e que considere toda a demanda de carvão declarada nos projetos siderúrgicos e estabeleça tamanho da área utilizada, bem como a quantidade de lenha extraída; laudo técnico que aponte danos ao meio ambiente por parte dos empreendimentos siderúrgicos, entre outras medidas importantes na redução do desmatamento.

Por meio de pressões como esta e muitas outras que ocorreram em todo percurso do Projeto Grande Carajás até os dias de hoje, muitas ações foram repensadas. Atualmente pode-se reconhecer que diversos triunfos aconteceram em relação à preservação da floresta, no entanto, o desmatamento continua sendo um dos principais problemas para a Amazônia Brasileira. Em consequência disso, o debate continua com a força de novas pessoas e novas instituições. A maioria delas entende que muito ainda deve ser melhorado.

1.5 Consequências sociais do PGC

Pela abrangência e pela diversificação de setores que esse Programa abarcou, seria impossível não haver fortes reflexos sociais em sua forma positiva e negativa. Com base nesse ponto de partida e nos aspectos levantados, serão estabelecidas determinadas conexões com outros elementos, no intuito de explicar algumas consequências do Programa para as populações pobres da Amazônia Oriental.

A proposta do Projeto Grande Carajás foi articular a exploração dos recursos da Amazônia ao bem-estar das populações regionais. Por meio de diferentes projetos, o Governo esperava adquirir boas somas em capital, que deveriam retornar às populações locais na forma de investimentos e serviços essenciais, no âmbito da saúde, educação, saneamento básico, dentre uma série de outros benefícios.

Pode-se assegurar a inquestionável magnitude dos investimentos e suas significativas contribuições à economia do país, contudo, isso não impediu o Projeto de transferir uma seqüência de fatores negativos às populações mais tradicionais, que têm um habitus pautado na relação de simbiose com a natureza, em que as relações de mercado exerciam menos influência.

No momento em que o Projeto Grande Carajás surge na Amazônia, começa a interferir no universo da cultura tradicional, oferecendo uma nova proposta de trabalho e de

vida. Muitos aceitaram e tiveram fácil adaptação, outros não conseguiram completamente, enquanto houve um outro grupo que foi incapaz de se adequar a essas mudanças em seu universo econômico, social e cultural.

Para os menos adaptados, restou a exclusão em escala mais ampliada, muitos perderam a terra e passaram a depender unicamente do emprego. Esse trabalhador ou trabalhadora teve que reaprender a viver de maneira consideravelmente diferente da forma que sua cultura o ensinara. A vida de maior pobreza e seguidas migrações criou um novo habitus nas gerações posteriores, em que o homem se distancia cada vez mais do conhecimento profundo da agricultura, ao mesmo tempo em que não tem condições de um aperfeiçoamento técnico que pudesse lhe garantir emprego com estabilidade suficiente para sustentar a família com a mesma tranquilidade.

Para esse grupo de excluídos, em especial, a palavra Carajás faz jus a seu significado indígena, "o inimigo". Era assim que os Tupi chamavam alguns povos do interior e eram assim também chamados alguns grupos situados nos vales do Tocantins e Xingu por seus rivais de lingua Tupi (FERRAZ, 1982, p.51).

Desde o princípio, as diretrizes do PGC apontam claramente para uma economia de mercado, na qual o Governo postou-se como um mero "investidor". Nessa perspectiva, os recursos externos têm rija influência não apenas no que se refere às diretrizes econômicas, mas em toda concepção social e política do Programa.

Do ponto de vista formal, os incentivos fiscais concedidos objetivaram apoiar empreendimentos que apresentassem vantagens do ponto de vista econômico e social, de maneira a fortalecer a economia regional, em favor de suas populações. Tais benefícios, muitas vezes, foram difíceis de conciliar às necessidades dos empreendimentos, por conta de algumas discrepâncias socioeconômicas.

Ao abarcar quase 900 mil quilômetros quadrados de terras, num complexo de grandes obras infra-estruturais e agropecuárias, o PGC absorveu imensas áreas habitadas por índios e camponeses. Em consequência, estes sofreram as várias influências positivas e negativas, com distintas transformações de natureza social.

As migrações correspondem a uma parte dos aspectos negativos, ao superlotar as principais cidades envolvidas no Projeto, como Marabá, Tucuruí, Imperatriz e Açailândia. A

expectativa inicial de Carajás foi a geração de um milhão de empregos. Para vários analistas do Programa, como o jornalista Lúcio Flávio Pinto (1982, p. 46), a quantidade de pessoas atraídas para essas cidades foi sempre muito superior ao número de empregos oferecidos, nesse caso atraindo milhões de desempregados para áreas urbanas do Pará, Maranhão e Goiás. Por não ter havido um planejamento para receber essa massa migratória, muitas vezes houve problemas de ordem social relacionados a isso. Um levantamento realizado pela Secretaria de Saúde do Pará constatou que 90% dos migrantes chegados em Tucuruí não conseguiam emprego nas obras da hidrelétrica, o que representa um espantoso índice de desemprego.

Dentre os vários projetos que somaram na criação de empregos, a produção de carvão em pequena escala ganhou certo destaque. Apesar disso, a produção em grande escala sempre predominou com os pecuaristas, as serrarias e os reflorestamentos. Esse padrão de produção trouxe consigo uma série de problemas às populações camponesas regionais, que podem ser exemplificados por meio de dois fatores: um deles é a concentração da terra em grandes quantidades, vez que a atividade de grande produção carvoeira coloca o latifúndio na condição de "produtivo" e difícil de ser desapropriado. O outro é a devastação em escala ampliada, podendo atingir até mesmo as reservas legais, à medida em que a fiscalização é falha e a tolerância legal brasileira, muitas vezes, não impõe punições severas o suficiente.

Para trabalhadores rurais do Pará, a atividade carvoeira tende a ocasionar mais prejuízos que benefícios aos pequenos produtores, por uma série de problemas. Eles apresentaram, num encontro, um conjunto de justificativas e propostas contra a atividade carvoeira. Uma das propostas pensadas no encontro de trabalhadores rurais de 1987, afirmava que o tempo dedicado à produção de carvão tenderia a tirar da atividade agrícola e provocar várias consequências negativas no decorrer do tempo.

Para esses trabalhadores, eles só deveriam se envolver na atividade carvoeira mediante boas vantagens socioeconômicas e para isso o Governo deveria se engajar no fortalecimento da agricultura, para que essa não fosse ameaçada pela produção carvoeira.

Outro ponto importante, na concepção dos agricultores, é que a venda da madeira tenderia a enfraquecer a luta pela Reforma Agrária. Os grupos que fazem oposição aos trabalhadores rurais poderiam afirmar que a terra conquistada não seria destinada à produção de alimentos, como prega umas das principais bandeiras de luta pela distribuição de terra.

No mesmo ano de 1987, houve no Pará o "Primeiro Seminário Sobre Carvão Vegetal" que levantou pontos semelhantes aos dos agricultores. Se por um lado a parceria entre siderúrgicas e pequenos produtores poderia gerar renda aos trabalhadores, por outro sustentou-se que sem o apoio para a produção de alimentos, os trabalhadores tenderiam a abandonar a produção de alimentos no decorrer do tempo, tornando-se meros produtores de carvão, o que ocasionaria uma perda.

Com isso, pelo menos mais outros dois problemas tenderiam a agravar-se. Um deles seria a visível queda na produção de alimentos e o consequente aumento dos preços. Nesse caso, entre os maiores prejudicados estariam as famílias mais pobres na Amazônia. O segundo é a intensificação dos conflitos não apenas pela terra, mas por lenha destinada à produção do carvão. Sem citar o grande problema do desmatamento indiscriminado.

Uma possível saída para isso poderia ser a criação de um projeto que fortalecesse a agricultura de forma que a produção de carvão fosse atividade secundária. Nessa perspectiva, a renda adquirida com a venda do produto contribuiria imensamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores da região, no momento em que a produção de alimentos não seria comprometida com outra atividade.

Logo a seguir à implantação do PGC, três grupos sociais se destacaram na região. Um deles é composto por grandes empresários e possuidores de extensas quantidades de terra. Na maioria das vezes vêm de fora da região ou do país e sua tarefa é ganhar dinheiro e voltar o mais breve possível para seu lugar de origem.

Outro grupo é formado por uma classe média, composta por médicos, advogados, engenheiros, pequenos empresários, proprietários de terras, entre outros. Esses tendem a permanecer na região quando encontram maneiras de ganhar dinheiro. Esse grupo é composto por pessoas de fora e da região que costumam atuar próximo às obras de infra-estrutura.

Por fim, tem-se o grupo predominante, em termos quantitativos, composto por migrantes ou nativos, constituindo 3/4 da população, que vivem com menor qualidade de vida. Perderam ou nunca tiveram terra própria e ganham os salários mais baixos, por conta, também, da pouca qualificação técnica. Costumam trabalhar na construção ou manutenção da ferrovia, rodovias, na hidrelétrica e nas diversas outras atividades de infra-estrutura, especialmente nas cidades maiores como São Luís, Imperatriz e Marabá.

Muitas vezes, quando possuem terra, desenvolvem a atividade da pequena produção sem acompanhamento técnico ou financeiro, até esgotar a terra, que tende a motivar sua venda. Após isso, seu destino é buscar refúgio nas periferias das cidades, na esperança de conseguir emprego. Pertencem a esse grupo muitos povos indígenas que sofrem especialmente a pressão de garimpeiros e madeireiros.

Nesse contexto de predominância rural na Amazônia, o problema fundiário ganha evidente relevo, pois a terra constitui-se numa das maiores alternativas às populações pobres da região. A terra representa mais que uma mera sobrevivência biológica e trata-se, igualmente, de uma questão cultural para os nativos.

Na Amazônia, após Carajás, a forma de ocupar a terra acontece especialmente de três maneiras. No primeiro bloco tem-se a ocupação mais antiga que se deu ainda com o crescimento inicial de São Luís e expandiu-se em direção à cidade de Santa Inês. Esse trajeto significa que, à medida que as terras próximas à Capital estão indisponíveis, também, por seus altos preços, há um afastamento em direção a outras cidades.

No segundo bloco há um movimento de continuação do trajeto na direção da Amazônia, que chega até Marabá. Especialmente com a participação da Ferrovia e da BR 222, essa região teve um grande crescimento. Em consequência disso, tornou-se uma área marcada por grilagem de terras e muitos conflitos entre posseiros e fazendeiros. Todos esses problemas já existiam antes do PGC, sua presença apenas intensificou os conflitos.

Na região compreendida entre as cidades de Marabá e a Serra dos Carajás, que teve seu maior surto de ocupação nas décadas de 1960 e 1970, a partir da construção da Transamazônica, a região tem servido de válvula de escape na redução de vários conflitos agrários. Por deter as maiores quantidades de terras disponíveis tem atraído posseiros, fazendeiros e empresários. Sua população é basicamente rural, com indicação para quase 80% vivendo no campo ao final da década do Projeto Carajás, enquanto no bloco dois esse número chegava a pouco acima de 66% e o bloco um, pouco acima de 35% (CVRD, 1989, p. 15).

A Resolução 05 de 25 de novembro de 1981 afirma que a maior parte das terras de Carajás pertence à União e estava submetida à jurisdição do GETAT. Com isso o Estado teve facilidade para realizar doações de terras a empresas que desenvolvessem projetos na região.

Em 1986, o Senado Federal concedeu, por meio da Resolução 331/86, o direito de uso sobre uma extensão territorial superior a 400 mil hectares sob a condição de algumas obrigações ambientais e sociais, dentre as quais a preservação da fauna e da flora Amazônicas, conservação dos recursos hídricos, produção de alimentos para atender às populações locais, amparo aos povos indígenas, entre outras.

Porções de terras doadas com finalidade semelhante foram consideradas áreas de reservas, por não destinarem-se a atividades meramente econômicas, como também sociais e ambientais, praticadas por empresas públicas como a CVRD ou de capital misto. Além de finalidades como exploração mineral, infra-estrutura como a construção de barragens e de pesquisas científicas, incluem-se nessas áreas, espaço para treinamento militar.

A Companhia Vale do Rio Doce possuía, nos anos 1980, além dessa grande porção doada pelo Senado, outras áreas, contabilizando, segundo alguns, um território superior a 800 mil hectares e segundo outros, superior a um milhão de hectares (IDESP. 1989b, p. 18). A concentração de várias porções de terras como essas contribuiu para o fechamento da fronteira agrícola por parte do Governo, bem como as migrações espontâneas.

Além das terras reservadas, há que se relembrar que o Projeto Grande Carajás previa para a pecuária uma porção superior a três milhões de hectares e mais de 10 milhões de hectares para a agricultura em grande escala. Certamente que porções tão vastas provocaram distúrbios sociais, visto que faltou terra para muitas famílias agricultoras na Amazônia. No Maranhão, em meados da década de 1980, a área ocupada por pastagens, naturais e artificiais, aproximava-se das áreas de florestas nativas.

No mesmo estado, os 14 maiores proprietários de terra controlam 1,6 milhão de hectares. Mas de 60% dos estabelecimentos não são explorados por seus donos diretamente. Essa realidade contribui para que o estado seja "o maior exportador de braços para o trabalho escravo" (PEDROSA, 2006, n.p.).

Em relação ao estado do Pará, somente a partir de 1996 que muitas áreas ocupadas por camponeses passaram a ser reconhecidas pelo Governo. Essa data coincidiu com o Massacre de Eldorado dos Carajás: o fuzilamento de vários trabalhadores rurais pela polícia,

que escandalizou o país e o mundo. Após isso, o Governo se sentiu pressionado a fazer algumas concessões aos trabalhadores.[23]

Longe de ser uma história terminada, o Projeto Grande Carajás continua acontecendo na Amazônia, com benefícios para uns e prejuízos para outros. Isso tem despertado, ao longo do tempo, o interesse de movimentos sociais que propõem alternativas de cunho social voltadas à maioria da população que tem sofrido mais a exclusão que os benefícios desse mega projeto, muito mais favorável às minorias detentoras de capitais financeiro e simbólico.

---

23 A política de terras do PGC que distribuiu milhares de hectares de terras a empresas nos estados do Maranhão, Pará e Goiás, assim como a camponeses, nunca resolveu o problema dos conflitos agrários e suas consequências sociais. Por conta disso, a maioria dos analistas percebem que os prejuízos são imensamente maiores que os benefícios, quando se trata das populações mais desfavorecidas.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BABAÇU E O PAPEL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NO MARANHÃO

Muito antes de surgir o Movimento de Quebradeiras de coco no Maranhão, um processo relativamente longo de acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais somaram-se numa espécie de movimento em cadeia. O sentido dessas mudanças é encontrado nos avanços de alguns projetos econômicos e políticos, bem como no retrocesso de outros, de maneira que tais acontecimentos estimularam mudanças nas formas de trabalho, em que alguns grupos de trabalhadoras extrativistas tornaram-se reféns de empresários e fazendeiros.

O babaçu, inquestionavelmente, oferece uma gama de possibilidades econômicas que serviu para motivar a condução de práticas econômicas específicas, especialmente pelo empresariado local, na tentativa de fazer dessa matéria-prima um produto capaz de sustentar a economia do estado. Tal universo de possibilidades revela-se tão ou mais importante para outro segmento social, as chamadas quebradeiras de coco. Para elas, o babaçu não está inserido apenas no contexto econômico, responsável pela sobrevivências das quebradeiras em si, como também insere-se na própria sobrevivência cultural extrativista das comunidades tradicionais espalhadas pelos cocais do Maranhão e de outros estados.

A palmeira de babaçu pertence ao gênero Orbignya Phalerata Martius. Orbigny é o nome de um paleontólogo francês que estudou a palmeira na época que esteve na América do Sul, entre os anos 1826 e 1834 (BARBIERI, 2004, p.15-16). Por esse motivo, foi homenageado, emprestando o nome científico à palmeira de babaçu.

Muito antes do nome científico ou mesmo popular, como se conhece atualmente, havia outra denominação atribuída por algumas tribos indígenas da Amazônia. Esses índios utilizavam o "uauaçu" para retirar as palhas para a cobertura de suas moradas e, da mesma forma, utilizavam o fruto ou a folha para diversas finalidades artesanais, alimentícias e como remédios, da mesma forma que ainda hoje continua sendo frequentemente utilizado nas regiões com maior ocorrência de babaçuais, especialmente no Maranhão.

Portanto, antes de ser utilizado para fins industriais, o babaçu tem uma longa história de uso doméstico pelos povos nativos, que souberam fazer do fruto um importante meio de sobrevivência econômica, social e cultural. Apenas a partir do século XX, o babaçu começa a desempenhar papel econômico em grande escala, ao tornar-se, por décadas, um dos principais produtos de exportação maranhense.

Quando os escravos africanos vieram para o Brasil, aprenderam as técnicas de transformação da palha em artesanatos, bem como a transformação do fruto em derivados alimentícios (BARBIERI, 2004, p. 26). [24] Ao fim da escravidão, os negros não tinham muitos meios de sobrevivência. Despossuídos de terra, não tinham, de maneira geral, profissão para serem assalariados nas cidades. Uma das alternativas encontradas foi o emprego braçal em qualquer forma de serviço e também a venda de produtos artesanais. Dentre tais produtos, encontrou-se artesanato da palha do babaçu, assim como de seu fruto, mediante a extração de óleo comestível, vendidos nas feiras locais ou nas residências das pessoas.

Esse uso intenso do coco babaçu, ao longo do tempo, só foi possível pelo enorme potencial desse fruto, que permite uma infinidade de usos em diferentes propósitos, sejam eles na elaboração de produtos utilitários, farmacêuticos ou alimentícios. Graças a isso foi possível a sobrevivência de muitas famílias desprovidas de renda, de terra ou de qualquer outro suporte socioeconômico que facilitasse a sobrevivência.

O coco babaçu pode ser encontrado em várias localidades da América do Sul, com incidência maior na Bolívia e Colômbia, assim como na América do Norte (México). No Brasil pode ser encontrado, dentre outras regiões, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Piauí, e, especialmente no Maranhão.[25]

---

24 Ainda nos dias atuais é muito comum o uso da palha do babaçu para a cobertura de casas no estado do Maranhão. Isso se dá, em primeiro plano, pela falta de condições financeiras da maioria dessas pessoas para a aquisição de telhas industrializadas, todavia, há um processo cultural que acompanha essa necessidade. Percebe-se isso no momento em que muitas pessoas preferem adquirir eletrodomésticos e móveis ao invés de alterar a cobertura de suas casas de palha. Da mesma forma pode-se perceber o uso de muitos produtos do babaçu em substituição a produtos industrializados comestíveis.

25 É no estado do Maranhão que há a maior ocorrência fruto e, mais que isso, é nesse estado que se percebe uma forte cultura extrativista, em que a participação na renda familiar é muito mais forte que em qualquer outro lugar. Não por coincidência, é aí que nasce um foco de organização que conquistou espaços internacionais. De forma mais secundária, isso aconteceu no Tocantins, Piauí e Pará. Já em relação às outras regiões do país, o extrativismo do babaçu, de maneira geral, tem uma importância tangencial na renda e na cultura desses grupos.

Figura 5 – Mapa das áreas de ocorrência de babaçu nos estados brasileiros
Fonte: AMARAL FILHO, 1990.

A palmeira pode alcançar 15 metros ou mais de altura, capaz de produzir até seis cachos de coco, com até 500 frutos em cada um deles, renovados a cada ano.[26] O ciclo de vida da palmeira pode chegar aos 100 anos (COSTA, 1983, p. 53). Por ser renovável, permite a elaboração de projetos a longo prazo, de natureza sustentável. O potencial produtivo desse fruto é inquestionável, prova disso é sua capacidade de garantir a sobrevivência de centenas de milhares de pessoas, há várias gerações, distribuídas pelos cocais do país, da mesma forma que foi capaz de manter uma estrutura industrial e comercial no Maranhão por décadas.

As florestas de babaçu são de fácil manejo e adaptação, e podem ocupar o lugar de florestas primárias devastadas. "O babaçu é uma planta típica da região de transição entre o

26 Segundo quebradeiras de coco da Estrada do Arroz, em Imperatriz, o babaçu do Maranhão é diferente dos outros estados, como Piauí, Tocantins e Pará. Para elas, o fruto maranhense tem amêndoas maiores, com maior potencial para a extração do leite e do óleo, além de possuir uma camada mais espessa de mesocarpo (parte entre a casca e o endocarpo). Embora isso possa estar relacionado a busca de uma identidade em relação ao babaçu, ao "possuírem o que há de melhor", há uma aparente diferença do fruto em determinadas regiões.

cerrado, a mata amazônica e o semi-árido nordestino, ocorrendo principalmente em zonas de várzea, vales de rios e, eventualmente, pequenas colinas" (BEZERRA, 1999, p. 40). Pode oferecer alternativa à devastação florestal como o faz no período de entressafra da agricultura. A atividade extrativista pode ocorrer em consonância com diversos outros ramos, dentre os quais a pecuária em pequena escala, sem que com isso provoque algum choque prejudicial à qualquer uma delas, pelo contrário, fortalece ambas. Uma das grandes vantagens do extrativismo do babaçu é agregar valor às outras atividades em escala familiar.

Por estar nessa zona de transição geográfica, a palmeira de babaçu está quase sempre associada a outros tipos de vegetação, a exemplo de cerrado, caatinga, mata aluvial ou a capoeira, vegetação secundária que ocupa o lugar de uma mata primária.[27] Especialmente no Maranhão, as florestas de babaçu encontram-se com mais intensidade nas regiões de cerrado, cocais e baixada (ALMEIDA; SHIRAISHI NETO; MARTINS, 2005, p. 41).

O potencial da floresta de babaçu nos principais estados brasileiros é estimado em mais de 18 milhões de hectares, dos quais mais de 10 milhões estão localizados em território maranhense. Não por coincidência, é nesse estado que se encontra o mais expressivo número de trabalhadoras extrativistas. Estima-se que mais de 400 mil pessoas vivem do extrativismo do babaçu e desse volume, mais de 300 mil no estado Maranhão, a maioria mulheres, que costumam trabalhar acompanhadas dos filhos.[28] Isso leva dona Naíde, uma quebradeira de coco de quase 90 anos de idade, a dizer que toda mulher que nasce no Maranhão já foi, é ou será quebradeira de coco (DUARTE , 2008b, n.p.).

> Quebra coco nega, eu não.
> Quebra coco nega, eu tô quebrando.

---

27 Uma característica importante do extrativismo do babaçu é sua relação com outra atividade, especialmente a agrícola. Ainda que seja habitual, no Maranhão, o sustento de famílias exclusivamente por meio do extrativismo babaçueiro, o que predomina é a busca das duas ações em conjunto. Para uns, o trabalho agrícola constitui-se, de maneira geral, como a atividade principal, para outros o babaçu é titular. O mais plausível é que elas se complementem com pesos iguais ou diferentes, dependendo das circunstâncias regionais e familiares.

28 A atividade de quebra do coco babaçu é uma tarefa predominantemente feminina, com pouca participação masculina, de forma exclusiva. Por esse motivo as mães começam a levar as crianças para os cocais nos primeiros anos de vida. Os meninos costumam acompanhar esse trabalho até o momento de poderem acompanhar os pais na lavoura, que normalmente acontece a partir dos dez ou doze anos de idade; as meninas aprendem a quebrar o coco com idade de dez anos, em média e, à medida que vão crescendo, suas tarefas e responsabilidades aumentam, até que se tornam quebradeiras de coco profissionais.

A palmeira de sabida botou o coco nas alturas,
Ela pensa que eu não sei, quando o coco tá maduro. (DUARTE , 2008, n.p.)

O fruto é completamente aproveitável e pode proporcionar muitas vantagens para quem vive do extrativismo, de forma familiar ou industrial. O aproveitamento do babaçu, com algumas variações, pode ser descrito da seguinte maneira: 60% de endocarpo, a parte mais dura do coco que guarda as amêndoas; 20% de mesocarpo, uma massa que cobre o endocarpo e fica abaixo da casca, denominada epicarpo; essa casca compõe 13% do fruto, com 3% de fibras; por fim, os 7% restantes pertencem às amêndoas (COSTA, 1983, p. 55).

No caso da amêndoa, ela divide-se da seguinte maneira: 60%, óleo; torta, 30%; e 10% de borra quando é processada industrialmente. (ALMEIDA, 1995, p. 132). Isso significa um notável potencial de aproveitamento e permite uma série de possibilidades em produtos, não apenas alimentícios, como vários outros na área de higiene e limpeza. Apesar disso, estudos mostram que apenas 4% do potencial babaçueiro do nordeste é aproveitdo (ALMEIDA, 1995, p. 135).

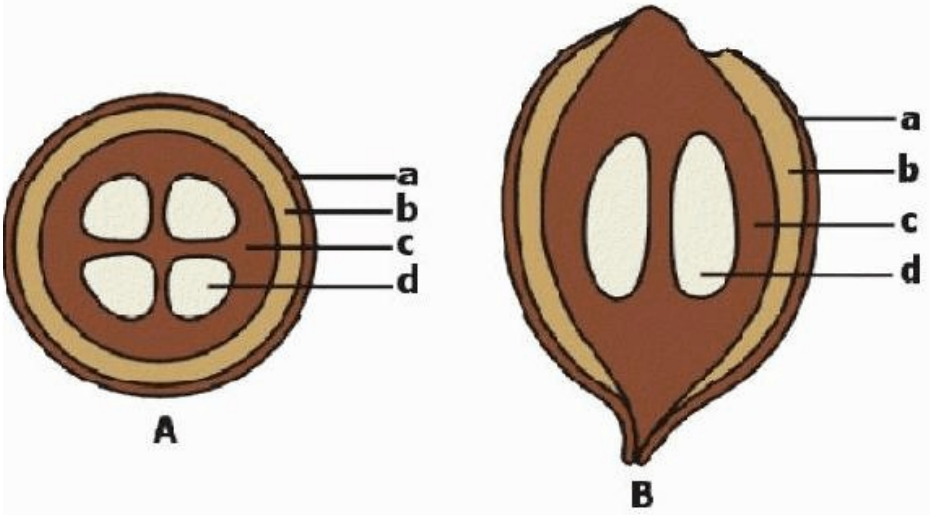


Figura 1 - Esquema da composição física do coco babaçu

Corte: transversal (A) e longitudinal (B).

Componentes: epicarpo (a), mesocarpo (b), endocarpo (c) e amêndoa (d)

Fonte: EMMERICH, 1987, apud TEIXEIRA 2002.

Foto ilustrativa do babaçu para dar noção de seu tamanho e aspecto. Disponível em: http://www.badaueonline.com.br/dados/imagens/coco%20babacu.jpg. Acesso em 10 de maio de 2009.

2.1 Ascensão e declínio da indústria babaçueira no Maranhão

Considerado a maior fonte oleífera do mundo, em florestas nativas, o babaçu tem uma história de tentativas, sucessos e fracassos no ramo industrial maranhense. Ao longo do século XX conquistou espaços no mercado nacional e internacional e, por motivos diversos, perdeu grande parte desse espaço conquistado.

Logo no início do século, o empresariado maranhense descobriu que era perfeitamente possível a implantação de um conjunto industrial para o aproveitamento dessa matéria-prima, pois ela demonstrou ser muito rica em óleo para fins industriais, óleos láuricos, com ampla aceitação no mercado nacional e internacional.

Mais de um quarto do território maranhense é coberto por florestas de babaçu, com a incorporação de bilhões de palmeiras em milhões de hectares. Isso colocou o estado na condição de um locus propício para se pensar em um conjunto de indústrias que pudessem aproveitar parte dessa infindável fonte natural.

Nos primeiros tempos da indústria no Maranhão, a produção de amêndoas atingia quase 16 mil toneladas diante de uma produção nacional de menos de 24 mil toneladas. Isso significa que, na década de 1930, tal produção correspondia a mais de 67% do volume nacional. Nas décadas posteriores esse número subiu até alcançar mais de 90% em meados da década de 1990 (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 43).

Seu reconhecimento como produto importante para a indústria maranhense pode ser verificado em um decreto de 1938 que instituiu a data 13 de abril para ser o Dia do Babaçu. Também percebe-se algum reconhecimento no início da década de 1950, com a lei 838 que proíbe a derrubada da palmeira de babaçu (ALMEIDA, 1995, p. 104, 59).

Nas primeiras décadas dos século XX, o babaçu começa a ser conhecido no exterior, quando o Maranhão torna-se um exportador do fruto. Inaugura-se uma fase importante para a economia estadual do babaçu, por outro lado, a exportação in natura não foi capaz de apresentar resultados significativos para a economia, pela falta de valor agregado ao produto. Seus benefícios concentraram-se nos grupos exportadores, com pouca geração de riqueza para a sociedade estadual.

Um dos problemas apontados para a economia maranhense do babaçu está no fato de se constituir, predominantemente, como exportadora de matéria-prima, com pouco valor agregado, boa parte das próprias amêndoas ou do óleo para a fabricação de outros produtos industriais. Nesse caso, as maiores vantagens são oferecidas aos que compram essas matérias primas e transformam em outros produtos com maior valor agregado.

Isso significa que, mesmo possuindo um número relativamente alto de empresas que trabalhavam o processamento do babaçu, não alcançaram os mesmos resultados no aspecto qualitativo. Os níveis tecnológicos quase sempre mantiveram-se baixos, o que impossibilitou um crescimento constante e sólido. Essa falta de amadurecimento tecnológico caracterizou a indústria babaçueira no estado.

Desde as primeiras décadas do extrativismo industrial no Maranhão, houve tentativas de fabricar uma máquina capaz de quebrar o coco, na tentativa de substituir o trabalho manual das mulheres. Tal máquina, até os dias atuais, não conseguiu substituir o trabalho da

quebradeira de coco.[29] Um dos principais impecílios, do ponto de vista técnico, está na assimetria do fruto, como ele aloja suas sementes, de maneira que cada fruto deve receber um corte específico para a retirada das sementes intactas. No caso da máquina, além das amêndoas não serem extraídas de forma integral, misturam-se a outros fragmentos do coco, pois no padrão de corte da máquina, ela apenas tritura o fruto.

Todavia, a questão fundamental não consiste neste problema: os maiores entraves apontados por quem analisa o processo de decadência econômica do babaçu, não se relacionam às questões da quebra em si, mas ao fornecimento regular da matéria-prima. Este sofre um conjunto de variações motivadas por causas estruturais diversas.

Para alguns, a produção do babaçu, no modelo praticado pelas trabalhadoras extrativistas, oferecia custo elevado e dificuldade em abastecer uma produção constante em grande escala; além disso, as zonas produtoras estavam localmente distantes e desarticuladas entre si. Somando-se a isso, houve falta de investimento em estradas e transportes, contribuindo, com outros fatores, para a oferta irregular das amêndoas de babaçu.

Outro aditivo importante para se entender a dinâmica industrial do babaçu no Maranhão encontra-se no componente fundiário, que se reflete diretamente no acesso das populações extrativistas às florestas babaçueiras. A concentração da terra nesse estado caracteriza seu modelo fundiário. Concentrado o fruto em fazendas de particulares, as quebradeiras, muitas vezes, devem ter autorização para coletar e quebrar o coco, quando não, devem pagar ou entrar clandestinamente em determinadas áreas. Qualquer uma dessas modalidades pressupõe instabilidade na coleta e no fornecimento da matéria-prima.

Nos melhores anos da economia do babaçu, houve alguns incentivos fiscais para a produção industrial. Estímulos provindos da SUDAM e da SUDENE colocaram o Maranhão na condição de maior produtor de óleo de babaçu do país, com finalidades diversas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970.

Contudo, apesar de registros em que o estado oferece suporte à indústria babaçueira, desde o início da atividade, percebe-se, por outro lado, a explícita insatisfação da Associação

---

29 Várias tentativas de elaboração de uma máquina de quebrar coco já foram feitas, mas a maioria não conseguiu apresentar resultados satisfatórios. Apesar disso, há algumas que conseguem retirar as amêndoas do fruto, embora com alguns problemas, o que dificulta o aproveitamento da semente, por estar misturada aos fragmentos da casca do coco, sem contar o fato de não permitir o aproveitamento das outras partes, a exemplo do mesocarpo e do carvão.

Comercial do Maranhão ante a postura do governo em relação a incentivos tributários. Em um conjunto de propostas elaborado no início da década de 1960, o empresariado maranhense reclama da tributação e alega ser injusta ao setor.

> Longe de haver estímulos para a industrialização, no Estado, do nosso principal gênero de exportação, o que há é embaraço pelo fisco a iniciativa de tal natureza [...]. O comerciante, comprador de amêndoas no interior do Estado, e o exportador de babaçu, na capital, necessitam também, de auxílios do poder público para poderem, satisfatoriamente, promover o escoamento das safras, criando condições para dar valor econômico à amêndoa do babaçu (ALMEIDA, 1995, p. 113-116).

Percebe-se aqui uma clara insatisfação do setor em relação à postura do governo diante da falta de incentivo à produção em alguns momentos da trajetória dessa indústria. Verdade ou não, esse fator apenas soma-se a um conjunto mais amplo de problemas responsáveis por ocasionar o encolhimento da economia.

Além dos pontos destacados aqui, pode-se acrescentar pelo menos mais um: a falta de investimento tecnológico. A falta de pesquisas nas últimas três décadas impediu um projeto de melhoramento do babaçu para atender às necessidades de um mercado mais amplo e mais exigente em nível nacional e internacional. Somente no final da década de 1980 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA criou o Programa Nacional de Pesquisas do Babaçu (BEZERRA, 1999, p. 44). Entretanto, já havia uma série de outros problemas estruturais suficientes para impedir o sucesso dessa medida.

Quem desempenhou bem essa incumbência foram os produtores de óleo de palmiste, pois tomaram o lugar do babaçu no mercado mundial e nacional, tanto no setor de alimentos como nos outros ramos. Desde o início de sua produção na Ásia, há uma preocupação no sentido de investir em pesquisas de melhoramento. Como resultado desse processo, as produções da Malásia e Indonésia conquistaram mercados do mundo inteiro, sem concorrentes ameaçadores. Diferentemente do que aconteceu no Maranhão, onde não houve crescimento, no sentido mais amplo, por conta de vários fatores, alguns já apresentados aqui.

Enquanto as terras maranhenses foram livres, não sobrevieram maiores problemas com o fornecimento de matéria-prima. Eles chegam em um ponto alto no final da década de

1960 e início dos anos 1970, após a privatização de boa parte das terras e o crescimento da pecuária no estado. Nesse momento há uma redução na atividade extrativista.

Com a fissura provocada na economia babaçueira, o óleo de soja ganhou crescente espaço no mercado nacional e, praticamente, suprimiu o derivado do coco. O mercado industrial do óleo comestível de babaçu tem se restringido cada vez mais a algumas localidades dentro ou próximas ao Maranhão. O setor de láuricos teve um pouco mais de sucesso interno e, mesmo, em alguns países. Os mais destacados consumidores nacionais desse óleo são algumas indústrias de médio e grande porte, no ramo de higiene e limpeza, além de empresas europeias no setor de cosméticos.

Ainda assim, o Brasil apresenta resultados marginais diante da produção internacional de óleos láuricos. Na verdade, o país tornou-se importador desse produto, comprando dos grandes produtores asiáticos. Para se ter uma ideia mais clara dessa situação, basta perceber que no fim da década de 1990 e início da atual, a produção mundial atingiu quase seis milhões de toneladas. "O óleo de coco representa 54% da produção mundial, seguida pelo óleo de palma, que detém 46% deste mercado. A produção dos demais óleos láuricos, dentre os quais o de babaçu, é marginal neste contexto" (PENSA, 2000, p. 26).

O declínio da economia babaçueira começou com sua força maior no fim da década de 1980 até que nos anos 1990, o azeite de dendê ou óleo de palmiste derrotou completamente o babaçu no mercado nacional e internacional (BEZERRA, 1999, p. 44).

Para tentar resolver, ou pelo menos amenizar o problema, no início da década de 1990 reuniu-se um grupo de representantes de diferentes instituições dos governos estadual e federal, além de pesquisadores, para tentar encontrar respostas ao problema posto (ALMEIDA, 1995, p. 170). Dentre as medidas que surgiram, incluíram-se pesquisas na área de produção, além de reforma agrária. Com isso, acreditavam ser possível provocar transformações importantes no setor. Apesar desse esforço, as reais mudanças não foram substancializadas, os pontos mais importantes das propostas não foram efetivados. A economia empresarial maranhense ainda continua sua busca por projetos e ações que possam alterar, para melhor, suas relações e trazer assim novos tempos e novas perspectivas.

Foi nesse cenário de enfraquecimento do setor industrial do óleo de babaçu que novas possibilidades para seu uso emergiram e ganharam força. O babaçu ressurge como uma

fonte de energia a ser utilizado nas siderúrgicas do Projeto Grande Carajás. Nesse cenário, a organização do trabalho para a produção de matéria-prima energética se dá, em grande parte dos casos, no modelo da pequena e média produção.

Essa oportunidade surge não apenas no cenário da crise econômica do babaçu como também diante de uma crise de matéria-prima para o abastecimento das siderúrgicas que já haviam consumido milhões de metros cúbicos de florestas na Amazônia e enfrentavam diversos outros problemas, dentre eles, com a legislação ambiental. Por ser renovável, pareceu viável a conciliação entre as duas crises, dessa maneira o babaçu encaixou-se como o centro de muitas atenções novamente.

Apesar disso, por uma série de justificativas estruturais, a exemplo da dificuldade no suprimento regular da matéria-prima, o PGC não otimizou esse recurso florestal de maneira a apresentar resultados positivos numa redução significativa de destruição das florestas amazônicas, assim como não apresentou uma alternativa econômica e ecológica para as quebradeiras de coco envolvidas no processo.

Na verdade, alguns problemas de ordem ecológica e social agravaram-se no momento em que o babaçu começou a ser utilizado como ingrediente para as siderúrgicas e isso ocorreu por vários motivos, dentre os quais a falta de um planejamento para o uso desse recurso, bem como na falta de um controle em relação às atividades nas diversas zonas carvoeiras. Houve uma corrida ao fabrico do carvão vegetal do babaçu que provocou um desmatamento desenfreado em vários pontos da Amazônia Oriental extrativista.

Nesse momento, diversos segmentos sociais, especialmente as quebradeiras de coco, reivindicaram uma postura diferente por parte das indústrias siderúrgicas.[30] Com base na lógica de aproveitamento integral do babaçu, as quebradeiras condenam a prática da queima predatória sem o aproveitamento de outros subprodutos.

Empreendimentos no ramo da pecuária, mineração, papel e celulose são responsáveis pela destruição de boa parte das florestas de babaçu, especialmente no Maranhão. A cada

---

30 Desde cedo houve proposta para o uso do babaçu como matéria-prima energética para as siderúrgicas, a maioria delas, especialmente ligadas aos movimentos sociais, pensavam numa alternativa sustentável. No entanto, quando a indústria começa a fazer uso do babaçu para esse fim, as quebradeiras de coco percebem que da maneira que se iniciou esse processo, traria prejuízos às famílias que vivem do extrativismo tradicional. A partir desse momento começa a mobilização das mulheres no sentido de defenderem os babaçuais.

tonelada de coco queimada para carvão industrial, desperdiça-se mais de 100 quilos de óleo e mais de meia tonelada de mesocarpo.

No entendimento das organizações de quebradeiras de coco, o fabrico do carvão como atividade titular desperdiça as maiores riquezas do fruto. Além do mais, os problemas ambientais já apontados somam-se a outras questões sociais, por exemplo, maior dificuldade de acesso aos babaçuais, agravada por parte de fazendeiros.

As quebradeiras de coco, enquanto grupo organizado, não apenas apontaram uma série de problemas com a então atividade emergente da produção de carvão para o abastecimento das indústrias siderúrgicas, como também sistematizaram um conjunto de propostas e ações capaz de contrapor as formas estabelecidas.

O movimento das mulheres propôs a criação de leis preservacionistas em benefício das florestas de babaçu e criou uma maneira alternativa de fabricar e vender produtos do babaçu no mercado nacional e internacional. Nesse contexto, elas assumem o papel de lideranças na economia babaçueira nas zonas de ocorrência desse fruto. As ações se dão de forma amplamente diferente do que se davam na forma empresarial tradicional. Elas têm por base a preservação das florestas e o aproveitamento integral do fruto, inclusive com a fabricação do carvão, a partir da casca ou do coco inaproveitável.

Está provada a eficiência do babaçu, bilhões de palmeiras existentes nos cocais maranhenses são capazes de oferecer mais de 60 subprodutos e podem ser utilizados das mais diversas feições. Pode servir como produção de matéria-prima energética para as siderúrgicas de Carajás, sem que haja devastação generalizada da floresta. Para que isso ocorra, basta haver um sistemático planejamento de ações. O babaçu ainda pode voltar a produzir matéria-prima para a indústria nacional de alimentos, assim como para outros setores, dessa maneira a economia babaçueira poderia ser reaquecida e gerar milhares de empregos nessas regiões carentes. Um planejamento poderia ajudar a aperfeiçoar a produção industrial dentro de uma visão preservacionista.

As possibilidades são variadas, mesmo assim os resultados dependerão de vários fatores de ordem econômica, social e política. Enquanto isso não se resolve, as próprias quebradeiras de coco organizadas vão tentando apresentar projetos alternativos. Apesar do

entrave da indústria, as populações tradicionais continuam a utilizar o fruto da mais variada forma possível, dando claros sinais de que, sem o babaçu, a vida seria mais difícil.

O nascimento da indústria maranhense do babaçu remota há cerca de um século. Nasce no bojo do declínio de outro setor, antes próspero, mas que já havia passado por seus melhores momentos e não conseguia mas atender, da mesma forma, às necessidades da economia estadual. O babaçu, como produto industrial surge aí, na condição de substituto de uma atividade então decadente: a produção algodoeira e a indústria têxtil.[31]

"Os grandes proprietários, após a abolição da escravatura, voltaram-se basicamente para uma pecuária extensiva [...] e, a partir de 1911, da comercialização do babaçu [...]" (ALMEIDA, 1995, p. 27). Na crise enfrentada pelo estado, tentou-se encontrar outro produto capaz de alimentar a economia regional. Pela abundância florestal e pelas possibilidades industriais vislumbradas, o babaçu é tomado como a possível saída para o problema que a economia do Maranhão enfrentava.

Não demorou muito para que o novo produto começasse a dar sinais de sucesso como fuga econômica. Sem um grande aparato estrutural, as primeiras ações se realizam mais no âmbito comercial que industrial. Somente à medida que os resultados econômicos foram emergindo é que começaram a aparecer investimentos cada vez mais volumosos, com o interesse em coordenar o crescimento da atividade, de maneira a converter essa indústria em um dos mais importantes movimentos econômicos do estado.

Logo no início da segunda metade do século XIX, já há registro de exportação do coco babaçu para a Inglaterra. Essa negociação, que foi um teste, aconteceu com o fruto inteiro, não havendo aproveitamento, uma vez que faltava tecnologia apropriada para o beneficiamento do babaçu (AMARAL FILHO, 1990, p. 63).[32]

---

31 Marize Helena de Campos (2008, p. 8) chama a atenção para o cuidado ao falar em decadência para a indústria algodoeira, pois não se trata de um fim no sentido mais literal do termo. "É preciso não perder de vista que, o fato das lavouras algodoeiras terem declinado vertiginosamente suas cotas de produção não significa que a mesma tenha cessado". O produto perdeu seu status de principal produto maranhense, mas ainda continuou por um tempo significativo abastecendo o consumo interno.

32 "Em 1867, a firma Ribeiro e Hoyer [...] enviou daqui para Liverpool um grande carregamento de coco babaçu em casca, com o fim de interessar o mercado inglês na importação desse produto. Aconteceu, porém, que, naquela época, não sendo o coco ainda conhecido do comércio saxonio e não havendo máquina que pudesse extrair as amêndoas de seu rijo envoltório ou endocarpo, foi todo o carregamento lançado ao mar, como coisa desinteressante"

A partir de 1911 já havia uma estrutura mais sólida para a exportação do babaçu, especialmente para a França, Bélgica e Noruega (AYRES JÚNIOR, 2009, n.p.). Esse período inaugura uma fase em que o babaçu começa a ganhar um espaço cada vez vigoroso nos mercados nacional e estrangeiro.

Nesse período em que o babaçu dava acenos de prosperidade, algumas empresas estrangeiras perceberam a viabilidade de trazerem suas instalações para o Brasil, pois com isso poderiam ser financeiramente mais favorecidas. No entanto, um conjunto de fatores que envolve um estudo mais aprofundado dos processos econômicos, contribuiu para que a maior parte dessas empresas saíssem do país antes do encerramento da década de 1930 (SHIRAISHI NETO et al., 2003, p.35). Essa época inicial é apontada como um período em que o estado pouco se envolveu no apoio aos empreendimentos industriais, mesmo os que estavam em ascensão, a exemplo do babaçu. Portanto, nos primeiros momentos essa indústria sobreviveu mais por estímulos da própria demanda em si do que por uma política de Estado favorável.

O óleo de babaçu demonstrou ter grandes utilidades industriais e por isso foi bem aceito por indústrias brasileiras e estrangeiras. À medida que o interesse por essa matéria-prima crescia, o Maranhão transformava-se num grande produtor de amêndoas para exportação e transformação nas indústrias do país. Como fruto dessa relação, a economia do babaçu ganhava mais densidade na condição de beneficiadora da amêndoa por meio da extração oleífera.

Nesse contexto, muitas firmas instaladas no centro-sul do país, que compravam amêndoas nos cocais maranhenses, transferiram-se para as próprias regiões babaçueiras, como fizeram algumas empresas estrangeiras. Esse estado tornou-se o maior produtor de óleo de babaçu do país e ganhou destaque internacional com um projeto de exportação intensiva. (BARBIERI, 2004, p. 28).

Um dos efeitos mais positivos da transferência das indústrias para a região dos babaçuais foi a redução no custo dos transportes e a preservação da qualidade das sementes de babaçu, na medida em que reduziu-se o tempo entre a extração e o uso da amêndoa, o que contribuía para o não apodrecimento do coco extraído.

(AMARAL FILHO 1990 apud FUSETTI, 1994). Só mais tarde, o babaçu teve sucesso nas exportações.

A década de 1930 apresentou-se como um marco no sucesso da economia do babaçu. Nesse momento, existia um mercado relativamente forte, do mesmo modo que havia um conjunto industrial capaz de absorver essa demanda. Só a necessidade do mercado internacional garantia o sustento da produção nacional. Dentre as motivações de ordem interna, somaram-se ao sucesso dessas exportações outros elementos externos, como a interrupção das exportações de coco das Filipinas, ocupada pelo exército japonês.

Com isso pode-se deduzir que os mesmos motivos de ordem externa, responsáveis pelo impulso dado à economia do babaçu, contribuíram, várias décadas depois, para o seu encolhimento, quando esses produtores internacionais de óleos láuricos consolidaram seus mercados internos e externos.

Todavia, até que isso ocorresse, o Maranhão ainda provaria um período de prosperidade comercial e industrial no ramo babaçueiro. Por décadas essa indústria mostrou-se capaz de representar o estado como um dos grandes produtores nacionais de óleos láuricos e comestíveis, atendendo a uma gama de setores responsável pela fabricação de produtos alimentícios e não alimentícios.

No final da década de 1930, o governo maranhense promoveu algumas medidas que pudessem fortalecer a economia do estado. Dentre as mais importantes, estava a construção de uma ferrovia que interligasse a capital do Maranhão à do Piauí, além de abrir mais de quatro mil quilômetros de estradas para dar acesso a algumas regiões importantes do estado (CAMPOS, 2008, p. 16). Essa medida tanto foi importante para tentar reaquecer o comércio de produtos agrícolas, como serviu para o escoamento dos produtos extrativistas, especialmente o babaçu.

A medida não teve, em sua forma mais ampla, o objetivo alcançado, que era amenizar a crise econômica enfrentada pelo estado, mesmo assim obteve importância significativa no que diz respeito a uma contribuição na estrutura do transporte em nível estadual. De certa forma, esse aperfeiçoamento das vias de acesso trouxe alguma contribuição, se não para o algodão, então em decadência, para o babaçu, produto em ascensão na economia estadual.

Ainda no final dos anos 1930, o governo concedeu isenção de impostos a algumas empresas, especialmente as do ramo babaçueiro. “A partir de 1935 o Estado redefine sua ação.

Estabelece acordos comerciais a nível internacional, adotando uma política de cotas, e busca disciplinar o acesso aos babaçuais [...] Inaugura-se um período intervencionista [...]" (ALMEIDA, 1995, p. 15-16). A partir de meados dessa década, as exportações brasileiras do óleo de babaçu concentraram-se no atendimento do mercado norte-americano.

Até o início da década de 1950, praticamente toda produção foi canalizada para atender a esse mercado, principalmente quando Brasil e Estados Unidos assinaram os "Acordos de Washington", que determinaram ao Brasil o fornecimento de produtos prioritariamente aos Estados Unidos (SHIRAISHI NETO et al., 2003, p. 35). Dos vários produtos que entraram no acordo, o babaçu estava entre os de grande importância.

O cenário internacional, por um tempo significativo, foi favorável à economia do babaçu. Se na época da Primeira Guerra Mundial esse produto recebeu estímulos para exportar seus derivados, na Segunda Guerra isso ocorreu em escala bem mais ampliada, contribuindo de forma decisiva para que a economia babaçueira ganhasse destaque nacional.

Ao perceber o sucesso dos empreendimentos maranhenses, o Estado passou a aproximar-se cada vez mais, no sentido de promover ações que pudessem manter ou aperfeiçoar projetos em andamento. Com as exportações para o exterior, foi possível obter-se boas margens de lucro, com isso o governo passou a coordenar parte dessas ações econômicas por meio do Conselho Nacional de Economia - CNE, a partir do início da década de 1950. No final da década, o governo criou, por meio de um decreto, o Grupo de Estudos do Babaçu "com a finalidade de propor medidas visando o desenvolvimento da produção do babaçu em curto prazo" (BARBIERI, 2004, p. 34).

Além dessas duas importantes instituições, o estado contou ainda com o Instituto Estadual do Babaçu a partir de 1960. As ações do governo estadual prosseguiram ampliando-se com medidas em benefícios do setor, até pelo menos a década de 1980. Com essas ações, é facilmente perceptível que a atuação governamental nessa fase se faz presente, ainda que não tenha sido capaz de atender às exigências do setor, tal como ele almejava.

A década de 1950 é muito importante para a indústria babaçueira, por marcar um tempo de crescimento e conquista de espaços. Por outro lado, também marca uma época de certo retraimento econômico para o comércio do coco babaçu. Ao final da guerra, as economias envolvidas no conflito começaram um processo de reestruturação. Menos de dez

anos mais tarde essa situação estava praticamente resolvida. Com o fim da exclusividade da venda de óleo de babaçu para os Estados Unidos e com a reorganização da produção asiática, as exportações brasileiras diminuíram e provocaram mudanças de comportamento.

> À medida que o complexo industrial brasileiro no sul e a produção de outros óleos láuricos [...] consumidos no exterior recuperou-se da escassez dos anos de guerra, o consumo interno de óleo de babaçu pelos produtores de sabão e cosméticos suplantou o comércio de exportação. (MAY, 1990, p. 59).

Esse período marca uma retomada do mercado interno, provocada pelas mudanças no cenário mundial. De alguma forma, isso significa o embrião do declínio para o setor babaçueiro. Ainda que os efeitos negativos mais impactantes para essa economia aconteçam na década de 1980, a redução dessas exportações pressupõe, em dada medida, algum enfraquecimento.

As empresas brasileiras assumiram a tarefa de aproveitar a matéria-prima do coco babaçu e continuar mantendo o produto entre os mais importantes da economia maranhense e nacional. Certamente há uma grande variedade de empreendimentos capazes de sustentar essa economia, como de fato muitos o fizeram por anos ininterruptos. Contudo, por meio de um conjunto de ações políticas, econômicas e sociais no âmbito nacional e internacional, o babaçu foi perdendo espaço para outros produtos semelhantes como o óleo de palmiste no mercado internacional e o óleo de soja, no mercado nacional.

Nas décadas de 1970 e 1980, os incentivos fiscais atraíram novas empresas, especialmente processadoras de óleo de babaçu para o Maranhão. Com isso, o número dessas empresas, nesse momento, ultrapassou a marca dos 30 empreendimentos, com uma produção superior a 200 mil toneladas anuais (BARBIERI, 2004, p. 10-11). Isso demonstra que, até então, o setor ainda estava funcionando relativamente bem e dava sinais positivos para a economia do estado.

Por outro lado, na mesma década de 1970, esse ramo industrial e comercial sofreu os primeiros grandes impactos provocados pelos efeitos de uma crise mundial. Mudanças ocasionadas pela crise do petróleo interferiram nos preços de produtos importados, a exemplo de óleos vegetais provenientes da Ásia. Além de oleaginosas do continente asiático, em nível

nacional, problemas ocorreram com a "[...]incorporação de outras oleaginosas mananciais que relativizaram a importância do babaçu na indústria local, como o dendê, o coco-da-bahia, a mamona, a semente de algodão e a soja" (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 57).

Desses produtos, o maior destaque nacional foi a soja, que ganhou força na década de 1980. Esse empreendimento recebeu fortes incentivos para sua instalação no sul do Maranhão e foi capaz de articular uma sólida produção em grande escala. Tal projeto favoreceu o fabrico de um óleo mais barato e de boa qualidade.

Essa época coincide com o fim das exportações de óleo para os Estados Unidos, o que se deu de forma definitiva no final da década de 1970. Com isso, houve uma significativa queda nos investimentos industriais para o babaçu. Além desse importante elemento, no período da crise do petróleo as ações governamentais concentraram seus esforços na produção energética a partir da cana-de-açúcar. O coco babaçu não despertou o mesmo interesse para a produção de combustíveis e caiu, pausadamente, na marginalidade econômica e social no cenário brasileiro.

Dentre os fatores que somaram-se aos problemas apontados, inclui-se a implantação de projetos voltados para a produção de carvão vegetal e a produção de celulose, desenvolvidos pelo Projeto Grande Carajás. Nesse momento, os esforços da economia regional estavam prioritariamente centrados nas atividades relacionadas à extração de minério, projetos agropecuários, de infra-estrutura, dentre outros.

A partir da atuação do PGC, com as grandes plantações de soja e, igualmente expressivas plantações de eucaliptos, houve um intenso processo de devastação das florestas de babaçu em grande parte do Maranhão. Boa fração dos empreendimentos voltaram-se para as atividades com maiores incentivos fiscais, nas quais as indústrias do ramo de babaçu só tiveram participação tangencial.

Com esse fracasso econômico, os babaçuais começaram a dar lugar, em escala mais ampliada, ao pasto para a criação de gado. Em determinado momento, a fazenda torna-se uma das presenças mais intensas entre os empreendimentos econômicos no Maranhão e isso acarretou fortes tensões para a cultura extrativista tradicional.

Com todos esses componentes de ordem endógena e exógena, o processo de produção do óleo de babaçu tornou-se mais oneroso diante do óleo de soja e do óleo de

palmiste da Malásia. Não tendo condições de competir com eles, o subproduto do babaçu permaneceu cada vez mais restrito a algumas regiões do mercado interno.

No início da década de 1990 os grupos empresariais do ramo babaçueiro sofreram seu mais duro golpe com a abertura da economia para os mercados estrangeiros (PENSA, 2000, p. 17). A matéria- prima asiática tornou-se um produto sem competição no mercado nacional e trouxe todas as consequências negativas, próprias a essa situação.

Especificamente nesse momento, houve um contexto favorável para a inversão de alguns papéis, especialmente no sentido de conduzir parte dessa economia. Ela abriu espaços para setores alternativos de produção e mercado, assumidos pelas próprias quebradeiras de coco, numa perspectiva inédita na história extrativista de algumas regiões do país, especialmente no estado do Maranhão.

2.2 As quebradeiras de coco no Mearim: primeiros tempos

A microrregião do Médio Mearim, situada na região central do estado do Maranhão, conforme o mapa da página 89[33], merece certa atenção neste trabalho porque tem uma configuração social peculiar, consolidada ao longo do tempo nas bases de um modelo sociocultural que, de alguma forma, serviu de suporte para a formação e crescimento do movimento das quebradeiras de coco em alguns estados.

Essa região concentra a maior densidade de babaçuais do Maranhão e do mundo, da mesma maneira que já foi concentradora dos maiores problemas fundiários do país. Essa relação criou uma configuração social consistentemente pautada no trabalho extrativista, seja de caráter empresarial ou tradicional, dependendo do contexto social. Dentro dessa perspectiva, nasceram grupos de quebradeiras de coco que reivindicaram livre acesso aos palmeirais, tal como ocorria nos primeiros tempos de ocupação da região.

De maneira geral, a história da ocupação dessa região configura-se, pelo menos em parte, como um momento de dissipação das grandes propriedades, no final do século XIX, em pequenas posses (CAMPOS, 2008, p.11). Posteriormente, com base na realidade atual, boa parte dessas terras voltam a um processo de concentração em grandes propriedades rurais.

---

33 Essa microrregião também pode ser denominada apenas região do Mearim. Mapa disponível em: www.scielo.brimgrevistascspv23n1216f1.gif.

Figura 1

Mapa do Estado do Maranhão, Brasil. A: regiões geográficas; B: vegetação; C: bacias hidrográficas.

1: floresta estacional perenifólia densa; 2: floresta estacional perenifólia aberta; 3: dunas, restinga, mangue e cerrado; 4: floresta estacional perenifólia aberta com babaçu; 5: cerrados e caatingas; 6: floresta estacional perenifólia aberta com babaçu e manchas de cerrado; 7: cerrados meridionais; 8: campo aluvial flúvio-marinho. Clima: I. quente-úmido; II. semi-úmido e III. semi-árido.

Pode-se observar também que a região vivenciou crescimento da indústria extrativista do babaçu, em que parte da população, desde o início, teve considerável participação no fornecimento de matéria-prima para as firmas processadoras, até que veio o período de encolhimento e os subseqüentes prejuízos para as populações dos cocais. Um dos maiores reflexos foi a diminuição da renda, vez que o crescimento negativo da indústria do babaçu reduziu a demanda pelo produto.

É justamente nesse cenário de restrição ao acesso à terra para o trabalho familiar e de retraimento da economia babaçueira nos padrões empresariais que as quebradeiras de coco babaçu emergem, pela primeira vez, como movimento social para a reivindicação dos palmeirais como patrimônio das próprias quebradeiras.

Em um cenário de devastação florestal ocorrido em escala inédita, motivada especialmente por ações do Projeto Grande Carajás e sua demanda crescente por matéria-prima energética para as indústrias siderúrgicas, as mulheres acrescentam um outro componente em sua pauta de reivindicações: a problemática ambiental. O PGC criou ou agravou situações em sua área de abrangência e, nesse sentido, contribuiu para a criação de um novo movimento social, para acolher as novas demandas.

Povoada ainda no período colonial e favorecida pelo crescimento da lavoura do algodão e do arroz, a região do Mearim tem um marco importante para se entender a sua

formação social: o fim da escravidão no país, em fins do século XIX. Com a libertação dos escravos, muitas fazendas de grande porte dissiparam-se por não agregarem condições de sobrevivência sem a mão-de-obra escrava (Idem, p. 5).

Uma das saídas encontradas se deu com o fracionamento de muitas dessas terras em pequenas porções, ocupadas por camponeses e ex-escravos, mediante pagamento de taxas pelo uso da terra. Tal forma de uso foi uma das mais praticadas por diversos fazendeiros para obter renda de uma terra que não oferecia mais vantagens econômicas diante do novo cenário nacional e regional.

No Maranhão, a partir desse momento, ampliou-se a pequena propriedade, em especial nessa região dos cocais. Escravos libertos e migrantes nordestinos foram responsáveis pela pequena produção familiar que caracterizou a região por muitos anos, como modelo social predominante até que, nas décadas finais do século XX, esse quadro deu claros sinais de inversão.

Logo a partir da chegada de migrantes e ex-escravos, a região já se mostrou uma grande produtora agrícola na esfera regional, exportando parte de sua produção para outras localidades do estado e para a capital. Nesse processo, a extração do babaçu também ganhou destaque no comércio regional (ANTUNES, 2006, p. 124).

Apesar de ter se iniciado um pouco antes, é nas primeiras décadas do século XX que a ocupação da região ganhou maior relevo. Nessa época ocorreram secas nas regiões menos chuvosas do Nordeste e milhares de fugitivos chegaram no Maranhão, parte significativa nas regiões florestais de babaçu.

Nesses primeiros momentos de ocupação no século XX havia grande volume de terras devolutas e isso permitia o livre acesso ao coco babaçu. Esse componente favoreceu a consolidação do habitus extrativista da região e deu evidência ao lugar como o maior produtor de amêndoas de babaçu. Não por acaso, nessa área concentrou-se o maior contingente de quebradeiras de coco no Brasil, estimulado pelo potencial florestal e pelo livre acesso.

> O Maranhão é visto no início do século XX como o "novo El Dorado". A região do Mearim começa a receber seus ocupantes nas três primeiras décadas do século, quando o fluxo de imigração é ainda pequeno e tem como destino os vales dos grandes rios (Parnaíba, Itapecuru, Mearim e

> Pindaré). O processo migratório tem seu pico entre as décadas de 1950 e 1960, se expandindo até 1970. (Idem).

A chegada desses migrantes, especialmente a partir da década de 1930, contribuiu para a criação de várias povoações e cidades, principalmente no Médio Mearim maranhense. Portanto, boa parte da formação social dessa região se deve a esses nordestinos retirantes, em consequência, o seu perfil econômico, social e cultural será configurado de acordo com a cultura desses agentes.

A maior parte dos que vieram não possuíam terra própria e tiveram que arrendar ou ocupar áreas devolutas. Outra pequena parte trouxe algum recurso financeiro, suficiente para adquirir terra em pequena escala e investir na produção agrícola, capaz de abastecer o comércio local e regional.

O que havia em comum entre os dois grupos, proprietários e não proprietários, era a aptidão para o trabalho agrícola e de criação no modelo familiar e para o extrativismo do babaçu. Essa localidade foi, por muito tempo, uma das maiores produtoras regionais de alguns gêneros agrícolas, a exemplo do arroz, feijão, milho e mandioca, além do fato de possuir a maior extração de coco babaçu.

Se até a década de 1950 o Mearim se constituiu como um lugar acolhedor dos que não dispunham de muitas oportunidades de sobrevivência, oferecendo terra fértil, clima propício ao desenvolvimento da agricultura, rios abundantes e florestas babaçueiras sem fim, a partir do final da década de 1960 a situação começou a se agravar, após a inauguração de um período longo de exclusão e conflitos sociais.

Pode-se atribuir à Lei de Terras do Maranhão, conhecida no estado por Lei Sarney, instituída no ano de 1969, um dos maiores problemas a enfrentar pela sociedade camponesa e extrativista do Maranhão, em relação à concentração da terra e consequente devastação dos babaçuais.[34] Tal realidade pressupôs uma brusca mudança de paradigmas em nível econômico,

---

34 "Seu principal objetivo foi beneficiar grupos poderosos recém chegados ao estado do Maranhão [...] para isso, contaram com o apoio de incentivos fiscais e empréstimos a juros baixos. Por outro lado, uma grande quantidade de trabalhadores rurais não se beneficiou com um apoio necessário à realização de suas atividades econômicas". (SANTOS, 2008, p. 32). A maioria dos estudos em relação a Lei Sarney aponta para um divisor de águas na vida dos camponeses e quebradeiras de coco no estado, isso pelo fato de sua concepção estar pautada na grande propriedade, com pouca ou nenhuma atenção aos pequenos proprietários.

social e cultural no uso da terra, meio de sobrevivência para as milhares de pessoas dessas populações locais.

De maneira sintética, pode-se afirmar que a Lei de Terras consistiu em vender uma parte das terras devolutas do estado a grandes empresas agropecuárias interessadas na produção em grande escala de produtos agrícolas e pecuários, assim como a empreendimentos nos setores relacionados aos ramos madeireiro e mineralógico. Algumas ações governamentais atraíram essas empresas, especialmente a oferta dessas terras a preços reduzidos, incentivos fiscais e um conjunto de medidas infra-estruturais, como abertura de estradas estaduais e eletrificação rural (ROCHA, 1995, p. 4), sem mencionar o favorecimento da Belém-Brasília, fonte de valorização das terras da região.

Muitas pessoas e empresas foram atraídas para o Maranhão, dispostas a ocupar as "terras desocupadas", vendidas ou doadas aos milhares de hectares. Surgiu um intenso ponto de tensão com parte das populações locais, pois uma fração já habitava essas terras há vários anos ou décadas, sem o reconhecimento do Estado. A maior parcela chegou à região por um processo migratório espontâneo, sem a tutela direta do governo. A falta de trabalho para muitas famílias extrativistas, juntamente com a falta de suporte político e financeiro para a economia empresarial do babaçu, ocasionaram mudanças sociais significativas.

Vários problemas de ordem social e ambiental decorreram disso e um expressivo processo de grilagem ocorreu a partir desse momento. Esse processo de redução do acesso à terra ocorre num momento em que o Mearim já havia recebido um contingente bastante expressivo de migrantes, desencadeando inevitáveis problemas sociais.

Além do mais, com a implantação de grandes fazendas ou projetos agropecuários, teve início uma devastação em grande escala nas áreas de babaçuais. A derrubada das palmeiras agravou mais ainda a situação de milhares de quebradeiras de coco, o que levou muitas delas a buscar estratégias de preservação do fruto.

Nesse momento de crise econômica e ampliação de fazendas de gado, com sua consequente devastação florestal, as mulheres despertam para um debate político e socioambiental. No bojo dos tradicionais conflitos pela terra, surgem propostas ambientais de não derrubada dos palmeirais. As proposições ambientais foram agregadas a várias outras, relacionadas à sobrevivência econômica e cultural das famílias, que há várias gerações viviam

do extrativismo. Portanto, o elemento cultural apresenta aí peso importante para explicar as reivindicações das quebradeiras.

Nesse processo de luta percebe-se uma transferência de responsabilidades e de valores em que o significado de pertencimento em relação às florestas de babaçu se inverte ou pelo menos se altera. Os babaçuais por muito tempo constituíram-se como uma espécie de patrimônio empresarial, capaz de sustentar a economia do estado, por se tratar do produto mais valioso para a indústria em determinado momento.

No entanto, à medida que apresenta problemas de difícil solução econômica, o babaçu começa a perder importância, e nesse momento as quebradeiras de coco ganham evidência política e econômica. O babaçu passa a ser ressignificado como sustentáculo da cultura centenária do extrativismo tradicional, da preservação do meio ambiente, da conquista do espaço feminino, da sobrevivência das famílias, dentre outros pontos.

O amadurecimento da luta em defesa dos babaçuais está intrinsecamente coadunado à ascensão da mulher enquanto agente político, capaz de protagonizar mudanças importantes na sociedade maranhense. Não por coincidência, surge nesse momento um forte debate sobre a identidade feminina e a identidade da trabalhadora extrativista.

Diante do cenário que se apresentava, o maior problema para as quebradeiras não estava exatamente na obstrução ao fruto, imposta por donos de fazendas, vez que constantemente elas elaboravam formas de burlar essas normas, mas na destruição das florestas. Para esse problema, ao que parecia, restavam poucas ou nenhuma saída.

Tal fato despertou sentimentos em muitas quebradeiras de babaçu, que culminou na formação de grupos organizados, cada vez mais unidos em torno de uma causa comum. Essas organizações conquistaram uma articulação primeiramente local, posteriormente ganharam fronteiras nacionais e internacionais.

2.3 Origem do movimento das quebradeiras de coco no Maranhão

Todas essas mudanças tornavam o babaçu cada vez mais inacessível às trabalhadoras extrativistas. Nesse contexto, as formas de relações sociais e econômicas se alteraram na direção de tornarem-se mais difíceis para as quebradeiras de coco. Surgiram ou

intensificaram-se formas de trabalho e comércio desfavoráveis, venda de amêndoas a baixo preço, quebra de meia ou terça, dentre outras formas de submissão socioeconômica.[35]

> Na década de 1970, iniciou-se o processo de cercamentos. O incentivo à pecuária, respaldado pelo governo do estado, agravou a situação de trabalhadores rurais; áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por capim. Esse período é constituído pela memória das (os) trabalhadoras (es) como a passagem do "tempo do coco liberto" ao "tempo do coco preso" (BARBOSA, 2008, p. 5).

Em um intenso processo de luta pela terra, foi surgindo a discussão pela defesa da floresta de babaçu contra a cerca e contra a devastação. A evidência do babaçu, enquanto produto das quebradeiras de coco, aos poucos ganhou força, na medida em que a própria trabalhadora conquistou expressão política e simbólica diante do universo dos conflitos sociais, no sentido de expressar capacidade de pensar e elaborar projetos para os problemas então vigentes na comunidade.

Nos primeiros momentos do fechamento das cercas, que proíbem o acesso aos babaçuais, a forma mais comum de contrapor a essas medidas se dava na desobediência da ordem, entrando sem o consentimento do fazendeiro na terra para quebrar o coco. Claro que isso sempre teve, e tem, suas pesadas consequências, por estarem submetidas aos diversos

tipos de pressão, com o frequente uso da violência física e psicológica, causador de efeitos inibidores profundos.

Percebe-se ainda nessa fase a tentativa do convencimento das quebradeiras para que fazendeiros ou empreiteiros não derrubassem as palmeiras, alegando ser indispensável para o sustento de muitas famílias na região. A derrubada agravaria as condições de sobrevivência da maioria dessas famílias. "O coco deixa de ser livre e passa a ser preso, enclausurado dentro das cercas e o acesso a ele, base das estratégias produtivas das famílias agroextrativistas, passa

---

35 Existem regiões no estado do Maranhão em que o acesso e a quebra do coco babaçu se dá de forma livre. No entanto, há outros lugares em que há uma série de condicionamentos às quebradeiras na aquisição do fruto. Em muitos desses casos, as trabalhadoras extrativistas são obrigadas a dividir parte dessa produção e uma das formas comuns, nesses casos, é a divisão de um terço ou metade para o dono ou responsável pela terra.

a ser negado e a ser alvo de uma troca em termos desfavoráveis para as mulheres [...]" (ANTUNES, 2006, p. 126).

A predisposição das mulheres ao diálogo, mesmo diante dos mais agudos conflitos, pode ter motivações diversas, um dos mais evidentes é o fato de elas não disporem de força física capaz de intimidar seus opositores. Além disso, o uso da força física nesses conflitos sempre implicou numa série de consequências em relação a perseguições e fugas, mais difícil para as mulheres que para seus maridos. Uma das maiores dificuldades para as mulheres, mais que para os homens, está no fato de ela estar, com mais intensidade, "presa" ao lar, aos filhos e ao esposo. Numa situação de maior gravidade, em que tivesse que fugir e passar muito tempo escondida no mato, certamente poderia desestabilizar a família.

Nessa época, e mesmo hoje, os valores familiares se constituem como uma estrutura em que o esposo pode trabalhar fora de casa, enquanto a mulher deve estar, a priori, dentro da residência, no cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas. Em uma perspectiva tradicional, a tarefa feminina consiste no acompanhamento do esposo e suas tarefas fora do lar não são aceitáveis, nem por homens nem por mulheres.

O fato de mulheres se envolverem na política e interferir nos assuntos relacionados aos conflitos da terra, por si só, já provocava espanto e antipatia em muitas pessoas nessas comunidades, que aprenderam a se conformar com a ordem social tal como ela se apresentava. A rebeldia diante das autoridades ou pessoas com maior poder aquisitivo representava, para muitas pessoas, um ato de ferimento ao caráter. Nesse sentido, as quebradeiras de coco já inserem-se na contramão das boas maneiras, pois se "o lugar da mulher é na cozinha", não haveria necessidade estarem nas cercas das fazendas, tentando convencer fazendeiros a não derrubar as palmeiras de babaçu.

A situação de impossibilidade das mulheres em determinadas ações diretas contra fazendeiros e pistoleiros foi ressignificada no sentido de atribuir valor ao que seria uma limitação e passa a ser olhado na ótica de uma vantagem das mulheres em relação aos homens. "Os homens pegavam nas armas mais pesadas, as mulheres eram pra pensar" (SENA, 2009, n.p.). É assim que uma quebradeira de coco retrata o começo da organização do movimento de resistência ao latifúndio e à devastação florestal no início da década de 1980, na região do Mearim.

Com o agravamento dos problemas fundiários locais, novas posturas foram tomadas por parte de grileiros e fazendeiros, no sentido de fazerem uso da violência física em tom mais intenso. Houve momentos em que as pressões psicológicas e ameaças não surtiam os mesmos efeitos diante da necessidade dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco, em fazer uso da terra ou das florestas.

Por outro lado, novas posturas foram tomadas pelos que estavam excluídos desse acesso. No entendimento dessas pessoas, elas tinham mais direito à terra que muitos fazendeiros recém-chegados. O fato de viverem e trabalharem na área por muitos anos pressupunha um direito adquirido, inviolável, que jamais deveria ser avariado por nenhum fazendeiro ou grileiro.

Estima-se que nos anos 1980 havia cerca de meio milhão de migrantes no Maranhão, especialmente os fugidos das secas e das difíceis condições de sobrevivência em outras regiões nordestinas. Grande parte desse contingente escolheu os cocais para uma nova vida (MAY, 1990, p. 62). O aumento desse contingente, no decorrer do tempo, diante do contexto da grilagem e privação da terra, criou uma situação favorável ao desencadeamento de vários conflitos sociais, o que tornou a região dos cocais uma das mais violentas do país.

A organização de uma resistência se articulou de maneira a evidenciar gradativamente uma imprescindível participação feminina. Essa importância consolida-se com o passar do tempo, mediante ações realizadas pelas mulheres pois, nos primeiros momentos dos conflitos agrários nessa região, elas eram percebidas, em grande parte das vezes, como agentes secundários. Os homens estavam diante dos maiores riscos, eram eles, na maioria dos casos, os ameaçados de morte.

Muitas vezes eles passavam dias ou semanas escondidos no mato para se protegerem dos pistoleiros e, nessa ausência, a mulher foi assumindo a tarefa de chefia da casa. Nesse caso, eram elas quem conversavam com a polícia, com pistoleiros, com lideranças políticas que apoiavam a causa dos trabalhadores rurais.

Instituições como a Igreja católica e sindicatos contribuíam com ajuda no fornecimento de cesta básica, acolhimento de famílias que perdiam casas, dentre vários outros auxílios dessa natureza. Juntamente com isso, organizavam debates, palestras, discussões sobre os problemas políticos e econômicos do país e da região (PIMENTA, 2006, p. 151). Um

dos objetivos mais importantes consistia em despertar as pessoas para o conflito da concentração fundiária e suas consequências socioeconômicas.

As mulheres já desempenhavam a tarefa de entregar recados, deixar almoço ou jantar no mato, representar o esposo, quando necessário, em situações diversas, cuidar dos filhos e da casa, mas aos poucos foram adentrando em outras esferas de participação. Os cursos de formação política, como denominavam as entidades, incluíam-se entre as novas participações. À medida que participavam e debatiam, começaram a despertar para novas posturas, em que poderiam desempenhar um papel mais relevante naquele processo.

Foram aos poucos deixando de participar de reuniões como meras substitutas, para um protagonismo mais evidente. Essa participação foi ganhando corpo, até alcançar um ponto de atuação notável e autônomo, culminado num movimento de grandes proporções.

Nesse sentido, as propostas que antes giravam em torno da reforma agrária, com evidência na agricultura, redefinem-se com as quebradeiras de coco, ao incluir outro ponto de relevo nas discussões: o acesso aos babaçuais, ainda que a terra não fosse dividida pela reforma agrária, como reivindicava a proposta dos trabalhadores.

Enquanto grupo orgânico, a mobilização das mulheres permeava, nos primeiros tempos, reivindicações ligadas às necessidades do cotidiano: melhorias na saúde, educação, acesso à terra, entre outras. Nesse projeto foi incorporada a fabricação de roupas e sabão, a partir do óleo de babaçu, e muitos outros produtos fabricados e comercializados localmente. À medida em que esses produtos ganhavam espaço, a própria organização das mulheres consolidava-se como instituição representativa das quebradeiras de coco.

Paralelo a isso, as quebradeiras solidificavam seu espaço institucional e a proposta do "babaçu livre" ganhava relevância para não mais sair da pauta dos movimentos liderados por quebradeiras de coco. Enquanto os trabalhadores concentram suas propostas na divisão da terra e seus respectivos investimentos, as quebradeiras assumiram essa bandeira, somando com ela a defesa implacável das florestas de babaçu, mesmo que para isso fossem obrigadas, num primeiro momento, a abrir mão da terra, bem essencial à vida dos camponeses e trabalhadoras extrativistas do Maranhão.

Não devaste o palmeiral/ Deixe o coco dá raiz,

> Eu vivo quebrando coco/ Do coco eu sou feliz,
> Se você é fazendeiro/ Ou um grande industrial,
> Segue sua cabroeira/ Eu não sou o seu rival,
> Mas deixe nossas palmeiras/ Botar coco em seu quintal,
> Eu não sei toda essa história/ Nem quando terá fim,
> Eu só quero quebrar coco/ Eu não quero o seu capim,
> Já não basta o mal da seca/ Vem a cerca contra mim.
> Você é dono do pasto/ Do açude ou do curral,
> Mas não é dono do coco/ Nem também do coqueiral,
> Você corta boi e corte/ Mas não corta o palmeiral (BARBOSA, 2007, p. 683).

A primeira organização de mulheres no Mearim foi criada no final dos anos 1980, a qual aglutinou algumas organizações comunitárias que congregavam especialmente trabalhadoras rurais. Havia vários clubes de mães na região, que posteriormente contribuíram para a formação de uma organização maior, denominada Associação Maranhense das Trabalhadoras Rurais - AMTR (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 118).

As mulheres criaram ainda o Grupo de Estudos do Babaçu, com o objetivo de elaborar propostas que pudessem oferecer, dentre outras medidas, melhores alternativas para o aproveitamento do fruto. A própria AMTR apresentou projeto referente a trabalhos com papel reciclado e fabricação de sabonetes, que funciona até a atualidade, com a venda de sabonetes para o mercado europeu.

Também no final dos anos 1980 foi fundada uma entidade que se tornou a mais importante organização em defesa dos trabalhadores rurais e trabalhadoras extrativistas no Maranhão, a Associação em Áreas de Assentamentos do Maranhão - ASSEMA. Essa entidade atua em diversas cidades pelo interior do estado, presta assistência a vários municípios, dentre eles Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luís Gonzaga, Peritoró, Pedreiras, Lima Campos e Esperantenópolis e mais 17 localidades (BARBIERI, 2004, p. 60). A entidade é constituída por 60 associados individuais e 16 coletivos que incluem sindicatos, escola, associações e cooperativas.

A ASSEMA compreende 28 organizações em 43 comunidades, num conjunto de cerca de 2500 pessoas. Atua em diferentes áreas com prestação de assistência técnica, financeira, administrativa e jurídica a várias entidades, além de atuar na área educacional, política e cultural (BARBIERI, 2004).

Em síntese, essa instituição tornou-se de vital importância para a organização das diversas entidades ligadas à agricultura familiar, ao extrativismo, à produção artesanal, dentre outras formas de organização comunitária. Outro segmento de atuação da entidade refere-se à área de propaganda e comercialização, além da parte produtiva em diversas cooperativas da região. Sem dúvida essa associação é uma das maiores conquistas de agricultores e quebradeiras de coco no Maranhão.

Em 1991, outra entidade de significativa importância apareceu no cenário regional: a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Lago do Junco - COOPALJ, uma organização administrada por quebradeiras de coco. Esta concentrou suas ações na extração do óleo de babaçu, diferentemente do que fez a AMTR, especialista na produção de sabonetes. Assim como sua entidade parceira, também conquistou o mercado internacional com a venda de seu principal produto para uma empresa europeia de cosméticos, a Body Shop. A cooperativa do município de Lima Campos, por sua vez, trabalhou em outro subproduto do babaçu para ser o seu carro chefe: a farinha de mesocarpo (Idem).

Essas organizações se firmaram de maneira que cada empreendimento procurou diversificar a produção, a fim de haver complementaridade na produção regional. Todo o trabalho é organizado com base nos princípios do cooperativismo e associacionismo, em que há distribuição equitativa dos benefícios provenientes do trabalho coletivo.

As cooperativas agregadas à ASSEMA, na região dos cocais, buscam comprar parte da matéria-prima das quebradeiras de coco ou agricultores por um preço mais vantajoso que o oferecido pelo mercado convencional, além de dividir lucros entre os cooperados. Uma das maiores conquistas de cooperativas como essas se deu com a criação de cantinas comunitárias, as quais oferecem os produtos mais consumidos pelas populações locais, a exemplo do café, açúcar, sabão, dentre outros de utilidade doméstica. Esses produtos podem ser trocados por amêndoas de coco babaçu, processadas na cooperativa, da mesma forma que podem receber outras matérias primas utilizadas no empreendimento.

Esses são apenas alguns exemplos praticados por organizações de quebradeiras de coco ou com participação delas em algumas regiões maranhenses. Os exemplos podem somar-se a vários outros, exigindo um trabalho mais cuidadoso para fazer um inventário mais alargado. Isso demonstra que as organizações de mulheres no Maranhão amadureceram

substancialmente, pois provaram, com medidas práticas, ser a vida nessa região possível de melhoras, traduzidas em mais conforto e dignidade.

A partir das várias associações, cooperativas, clubes de mães, dentre outras instituições que envolvem a participação das quebradeiras de coco, elas conquistaram um lugar importante na sociedade, em que sua voz pode ser ouvida com mais credibilidade que antes. Por meio desses espaços econômicos, sociais, políticos e culturais, criaram lugares de fala, espaços dialógicos com políticos, para a reivindicação de melhorias para as trabalhadoras extrativistas e para a sociedade em seu conjunto.

As quebradeiras foram capazes de coordenar estudos técnicos envolvendo o babaçu, a partir de parcerias com universidades ou instituições especializadas. Além desses estudos, tiveram acesso a pesquisas na área política, cultural e sociológica, capazes de oferecer suporte em diversos planejamentos e projetos.

Em uma fase mais recente do movimento das quebradeiras de coco, as conquistas têm se ampliado no sentido de consolidar sua organização em nível interestadual e até mesmo nacional. Além do mais, elas passam de um estágio de reivindicações políticas em nível local para a proposição de leis nacionais como a "Lei Babaçu Livre". Essa "concepção", mais que uma lei, inicialmente municipal, posteriormente tornou-se uma proposta em tramitação no Congresso Nacional, de livre acesso aos babaçuais em qualquer lugar do país em que haja o fruto, conforme já se mencionou aqui.

Elas procuraram canais políticos em nível nacional, pediram apoio diretamente ao Presidente da República, senadores e deputados federais. Em nível estadual mantêm o diálogo com os deputados que apoiam a bandeira em defesa do babaçu. Localmente, já conseguiram eleger quebradeiras de coco vereadoras. São elas Maria Alaídes de Sousa, eleita no município de Lago do Junco e Nice Machado Aires, no município de Penalva, ambas pelo Partido dos Trabalhadores. Através do trabalho dessas mulheres, a lei de livre acesso ao babaçu, em nível municipal, deixou de ser apenas um sonho para se tornar, pelo menos em parte, uma realidade nesse estado.

Em 1997, em Lago do Junco, foi criada a lei, que passou por algumas formulações e aperfeiçoamentos, antes de se fazer cumprir no município.[36] Outras localidades conheceram o projeto e houve ampliação do sonho para muitas outras quebradeiras de coco babaçu. Mesmo havendo constantemente desobediência em relação à lei, um passo importante foi dado e cada vez mais consolida-se nos cocais maranhenses e fora deles. À medida que essa lei se expande no estado, sua proposta nacional torna-se cada vez mais próxima de ser efetivada para atender às necessidades de um número maior de quebradeiras.

2.4 A organização interestadual das quebradeiras de coco

Fruto de um processo histórico específico que se deu nas regiões babaçueiras, as quebradeiras de coco foram capazes de desenvolver níveis de organização que se efetivaram como um divisor de águas na organização de movimentos sociais no estado e no país. Atualmente não se deve falar em babaçu, em qualquer parte do país, especialmente no Maranhão e estados vizinhos, sem levar em conta a categoria das quebradeiras enquanto movimento social.

O termo quebradeira de coco tem deixado, no decorrer do tempo, de representar apenas uma mulher ou grupos de mulheres que vivem da quebra do fruto para a sobrevivência e passa a designar organização sociopolítica, capaz de provocar tensões no interior dos campos político, econômico e social. Se à medida que "Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica [...]" (BOURDIEU. 2005, p. 152), essa produção de sentido pode se inverter com a conquista de espaços ou capitais, das diversas formas.

Qualquer discussão ocorrida no âmbito da conquista da terra, acesso às florestas de babaçu, organização na produção, mercado, meio ambiente e o que mais houver no campo

---

36 Somente cinco anos após essa primeira tentativa, criaram uma lei mais consistente, substituindo a nº 005/97 pela de nº 01/2002, com mais clareza nas propostas em relação aos babaçuais. Seus primeiros artigos dizem o seguinte: "Art. 1º As palmeiras de babaçu existentes no Município de Lago do Junco, Estado do Maranhão, são de livre acesso e uso comum das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias, que as exploram em regime de economia familiar e comunitária. Art. 2º No Município de Lago do Junco é terminantemente proibido a realização de qualquer ato que venha causar danos diretos ou indiretos às palmeiras de babaçu, como derrubada, corte do cacho, queimada, uso de agrotóxicos, cultivos de plantações que tragam algum prejuízo ao seu desenvolvimento, entre outras ações". Sem dúvida esse é o grande passo para as quebradeiras de coco no Maranhão no que se refere às conquistas jurídicas.

extrativista, passa, de alguma forma, pelas preocupações e projetos do movimento das quebradeiras de coco babaçu.

Tal como já se indicou neste trabalho, a região dos cocais maranhenses sofreu intensos problemas de ordem social em suas múltiplas facetas. Para tentar explicar a origem de muitos desses conflitos no estado, escolheram-se aqui algumas causas consideradas de maior importância. Pode-se começar com mudanças jurídicas ocorridas em nível estadual, como um momento importante para a intensificação dos atritos sociais e sua consequente motivação para a formação de grupos de resistência política. Quando se fala em mudanças jurídicas, refere-se especialmente à Lei de Terras do estado, que favoreceu a venda de mais de um milhão de hectares de terras a empresas e fazendeiros, nos anos de a 1972 a 1975 (PENSA, USP, 2000, p. 61). Nesse pano de fundo, cria-se uma situação inédita no Maranhão, em termos de desconforto para as populações extrativistas e camponesas.

Desde as primeiras décadas do século XX, com chegada dos migrantes nordestinos, consolida-se um habitus na relação do trabalho com a terra, pressupondo acesso a ela como meio de elaboração do trabalho em escala familiar. Portanto, a liberdade da terra, ou pelo menos o fácil acesso a ela, constitui-se como uma necessidade imperativa em algumas regiões do estado que criou essa forma de trabalho.

Com o passar do tempo, o número de pessoas aumentou consideravelmente. Uma das consequências disso foi a agregação de valor à terra e o acréscimo da dificuldade em relação ao acesso a esse bem, até o instante em que a Lei de Terras provocou, definitivamente, uma fissura, com privação brusca da terra aos camponeses. "O Maranhão é um dos estados do Brasil com maior índice de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. Esses conflitos foram, e continuam sendo, em sua maioria, causados por processos de privatização de terras e grilagem" (BARBOSA, 2007, p. 681).

A Lei de Terras chocou-se com a própria Constituição Estadual, em seu artigo 196, parágrafo único, que assegura o acesso aos babaçuais no âmbito da economia familiar nas terras devolutas do estado. O choque se caracterizou quando tais terras públicas foram repassadas a grupos empresariais de grande porte.

Nesse cenário, as populações mais antigas são expulsas de suas áreas para dar lugar a projetos de plantação de pastagens e criação de gado; posteriormente, plantação de eucalipto

para a produção de celulose, dentre outros empreendimentos (MAY, 1990, p. 63). Percebe-se que esses investimentos já estão situados na esfera de necessidades do Projeto Grande Carajás, pois apesar de seu início oficial ter se dado no limiar da década de 1980, muitos anos antes já se tinha o conhecimento de minério na Amazônia e a pretensão de desenvolvimento de projetos nesse nível, conforme já se indicou neste trabalho.

Logo, ainda que a Lei de Terras de 1969 não tenha uma relação direta com o PGC, na condição de uma "medida preparatória", certamente os problemas iniciados por ela na década de 1970, serão agravados, sem dúvida alguma, com as medidas fundiárias do Projeto Grande Carajás em benefício de empresas.

Os milhões de hectares de terras vendidos ou doados na forma de incentivos fiscais, assim como as outras formas de incentivos econômico-financeiros que condicionaram o crescimento de alguns setores e o retraimento de outros; a migração em massa para as áreas de influência do projeto; o crescimento do PIB regional; a degradação ambiental em profundidade jamais vista; e uma enorme variedade de ações econômicas, sociais e políticas, contribuíram para o surgimento ou agravamento de problemas sociais diversos.

O PGC conseguiu, por um lado, solucionar alguns problemas de ordem econômico-social e, por outro, abrir novas lacunas de forma que, nas regiões babaçueiras do estado, seus reflexos atingem a região na perspectiva mais negativa. Dentre os vários motivos que conduziram a isso, está o fato de ter agravado um problema fundamental: o da terra.

Foi nesse contexto que toda a organização de trabalhadores rurais e quebradeiras de coco se estruturou para reagir ao modelo social. A forma de resistir, de propor, de ceder, e assim por diante, encontra no problema da terra um ponto de partida ou de chegada. As maiores conquistas das organizações que lutaram contra projetos governamentais estiveram na esfera da conquista desse bem.

De igual forma, o movimento das quebradeiras de coco do Maranhão e dos principais estados produtores de babaçu também não se desvinculou de uma discussão sobre o problema fundiário, mesmo que o teor de suas propostas tenha mudado um pouco no sentido do acesso à terra como um bem para produzir os meios de sobrevivência.

No âmago dessas transformações provocadas ou intensificadas pelas ações do Projeto Grande Carajás, na década de 1980, as florestas de babaçu sofreram pressões, de um lado

provocadas pelo crescimento das pastagens e, por outro, pela ampliação da produção de óleo de palmiste da Malásia. Contudo, no momento em que as quebradeiras de coco sofriam perdas de espaço para os fazendeiros de gado ou grupos empresariais, elas conseguiram, no Médio Mearim, a conquista de assentamentos. Mesmo sem um acompanhamento significativo de investimentos públicos nesses novos assentamentos, foi possível consolidar algumas organizações comunitárias, a exemplo dos citados clubes de mães e associações de agricultores e quebradeiras de coco.

Se nos primeiros momentos de organização das quebradeiras, elas deixaram, em dada medida, a condição de simples donas de casa para interferirem diretamente nas discussões políticas em âmbito local e regional, numa segunda ocasião, suas ações e projetos ganharam consistência, não apenas na esfera da produção e comércio, relacionados ao babaçu, como também ampliaram cada vez mais suas propostas de mudança para a sociedade.

As organizações de quebradeiras de coco, aos poucos, sairam de seus lugares de origem para agregar zonas mais externas, mais difusas. Isto se dá também pelo fato de suas propostas serem cada vez mais universais, a exemplo da busca de projetos em defesa da reforma agrária, preservação ambiental, geração de renda, dentre outros.

No ano de 1990 várias quebradeiras de coco do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins realizaram "a feira das quebradeiras", na cidade de Imperatriz. Além de apresentar os vários subprodutos artesanais e alimentícios, com o objetivo de potencializar uma discussão de aproveitamento integral do fruto, a feira teve "o objetivo de promover e divulgar a profissão de quebradeira de coco".

Este foi um dos mais importantes trabalhos desse grupo de mulheres que se tornaria o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco - MIQCB. Dentre os desafios a enfrentar, a organização teria o papel de tentar reverter representações identitárias negativas. Ainda nos dias atuais é um trabalho que vem sendo realizado com certo vigor pelas militantes, porque há, ainda, muitas mulheres que se envergonham de se identificar como quebradeiras, muitas vezes preferem o título de trabalhadoras rurais ou donas de casa.

Neste trabalho, o termo identidade é entendido como um conjunto de valores internalizados, capazes de expressar determinadas visões de mundo, desejos, práticas e significados, compartilhados por outras pessoas no grupo social. A identidade pode surgir de

processos sociais, em que o indivíduo absorve percepções inconscientes do mundo, ou pode ser fruto de processos políticos em que as pessoas intencionalmente assumam determinadas posturas ou preferências.

Partindo da relação entre identidade e poder, Castells (1999, p. 24) define três tipos de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto. Em tal perspectiva a identidade está inevitavelmente associada ao conflito, logo, "a identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença" (SILVA, 2007, p. 40).

Fazendo uma análise de discursos de sérvios e croatas, Stuartt Hall percebe que uma das maiores características de uma formação identitária é o fator distintivo. "Ser sérvio é acima de tudo não ser croata". Na identidade construída pelas quebradeiras de coco percebe-se algo semelhante, no momento em que elas se distanciam das práticas empresariais convencionais e, em certos momentos, dos trabalhadores rurais. Ainda que estejam na mesma luta que eles, o fato de serem mulheres estimulou algumas práticas e projetos específicos, diferenciando substancialmente, em muitos momentos, os dois grupos.

Claro que a identidade não é algo límpido, não é fácil delimitar suas fronteiras, especialmente pela multiplicidade de seu caráter. Uma mesma pessoa ou grupo pode ter várias identidades diferentes e até mesmo vigorosamente conflitantes. Quando isso acontece "[...]algumas diferenças podem ser obscurecidas [...] a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de gênero" (SILVA, 2007, p. 14).

No exemplo do movimento das quebradeiras de coco, dependendo do propósito, elas podem se diferenciar dos trabalhadores rurais ou podem assumir uma postura de afinidade, quando tomam por base o problema da falta de terra, com isso demonstram que uma disposição identitária perdura uma vida inteira ou apenas um momento. A organização das quebradeiras de coco agrega identidades variadas, a exemplo de professoras, lavradoras e até mesmo carvoeiras. Esse conjunto de propostas, projetos e identidades tem sido capaz de transformar valores e a própria sociedade.

Pode-se afiançar que a maior força do movimento das quebradeiras de coco está na expressão de sua força simbólica, alterando percepções políticas, ambientais e culturais em nível local, nacional e, mesmo, internacional. "As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um

grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio". (CHARTIER, 2002, p. 17).

As quebradeiras de coco não abrem mão de se fazerem ouvidas por meio do convencimento. Mesmo nos momentos de maior enfrentamento direto contra fazendeiros e pistoleiros, faziam uso do diálogo como estratégia para impedir a derrubada das palmeiras. O convencimento se dava no sentido de "esclarecer" aos agressores a importância coletiva da floresta, o que não acontecia nas organizações lideradas por homens.

Para Roger Chartier (2002, p. 22) "[...]a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão". Um dos primeiros passos para o movimento extrativista do babaçu foi justamente desprender-se desse "constrangimento" ou submissão diante do universo masculino. Após quebrar essas regras, percebe-se um poder representativo inverso, que diz respeito à capacidade feminina de diálogo, de resolver problemas.

No decorrer do tempo, foram criando significados que deram sentido às práticas femininas enquanto movimento social. Dentre os vários significados criados, há uma ideia de que as mulheres são mais capazes do que os homens para conduzir a luta pela preservação dos babaçuais. Dentre os fatores que justificam isso, uma questão de afinidade ao trabalho e a prática cultural do extrativismo.

Por meio de encontros políticos, feiras, cursos de artesanato, medicina alternativa, fabricação de alimentos a partir do coco babaçu, as mulheres têm demonstrado que são capazes de oferecer propostas capazes de alterar, para melhor, o mundo em que vivem. Isso tem se imposto não apenas pelos resultados práticos dessas ações, como também por meio dos resultados de suas representações, de seus significados.

Em seus estudos, Chartier percebe que o rei, no antigo regime francês foi substituindo sua força armada por uma força simbólica ou representativa. Por intermédio de imagens e símbolos, foi possível estabelecer obediência e submissão. "De fato, é do crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo" (CHARTIER, 2002b, p. 172).

Norteado por princípios semelhantes, assim como o poder real foi se exercendo por meios simbólicos, o poder do movimento das quebradeiras de coco é suficientemente legítimo

para representar a busca para novas soluções aos problemas enfrentados nos âmbitos ambiental, social e cultural.

O trabalho de valorização identitária tem como base alguns fatores históricos pertencentes à superação dos vários problemas de ordem política, cultural, social e econômica. Dessa maneira, a quebradeira de coco representa a mulher que saiu do anonimato do lar para enfrentar os problemas políticos de seu universo. Ela é a pessoa que luta contra o fim da devastação das florestas, especialmente de babaçu, porque tem consciência ambiental; é também quem se tornou capaz de criar projetos alternativos para a melhoria de vida de muitas pessoas; é a mulher que conquistou espaço no universo masculino das decisões políticas; é acima de tudo uma pessoa que adquiriu respeito. Esses são alguns elementos em que o movimento das trabalhadoras extrativistas busca firmar sua base representativa para a construção de uma identidade positivada.

Em 1991, com a segunda edição da feira do babaçu, foi realizado o I Encontro Interestadual da Quebradeiras, no qual se inaugurou, institucionalmente, uma ação em proporções regionais e, mesmo, nacionais. O encontro, realizado em São Luís no Maranhão, aglutinou representantes do Médio Mearim, bem como da região de Imperatriz e da baixada ocidental maranhense; contou com a participação de representantes do município de Esperantina no Piauí; representantes do Bico do Papagaio no Tocantins; e mulheres de Palestina, município paraense (PENSA, USP, 2000, p. 70).

Desde então, os quatro estados possuidores das maiores quantidades de florestas de babaçu elaboram suas propostas e ações na perspectiva de contemplar as quebradeiras dessas quatro localidades, estimadas em cerca de 400 mil mulheres, sendo 300 mil no Maranhão. Reivindicações como reforma agrária, preservação florestal, acesso ao babaçu, dentre outras são unificadas pelo movimento para ganhar mais força.

> O MIQCB é composto por redes de sociabilidades complexas que incluem associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que lutam pela preservação e livre acesso aos babaçuais, pela garantia de terras, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo e para a agricultura familiar e pela equidade de gênero e étnico-racial. (BARBOSA, 2008, p. 8).

Em 1992, foram criadas pelo governo federal quatro reservas extrativistas, três no Maranhão e uma no estado do Tocantins.[37] Essa conquista contribuiu para o movimento das quebradeiras de coco elaborar projetos sustentáveis na área de agricultura e criação em pequena escala, além do principal: extrativismo do babaçu com aproveitamento integral, a partir de variados subprodutos, destinados ao consumo e ao mercado, seja ele na esfera local, nacional ou internacional.

O decreto de criação das reservas extrativistas não garantiu a resolução dos problemas em relação à produção e comercialização do babaçu. A mais conhecida está no Maranhão, a reserva do Ciriaco, no município de Cidelândia, a cerca de 70 quilômetros de Imperatriz, seguida da outra no Tocantins, município de Carrasco Bonito. Mata Grande, pelo menos até o ano de 2008, ainda esperava resolver problemas de ordem burocrática, para de fato ser efetivada. Frexal, apesar de ser registrada como reserva extrativista, tem características diferentes, por estar em uma área quilombola. Apesar dos diversos problemas, a criação dessas reservas significou um avanço na consolidação de alguns projetos das quebradeiras de coco (LORIO, 2001, p. 3).

A pauta de necessidades das quebradeiras é grande e abarca diferentes esferas de reivindicações: licença maternidade, aposentadoria para o trabalhador rural e trabalhadora extrativista, criação de assentamentos agroextrativistas e uma série de outras propostas que possam melhorar a vida nos cocais maranhenses e demais estados.

Em síntese, o movimento interestadual dessas mulheres identifica-se com as propostas mais importantes na esfera de reivindicações sociais e políticas para os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco, justamente por esse motivo "[...] está presente na organização de associações, cooperativas, cantinas comunitárias, fábrica de sabonetes e do mesocarpo [...]" (ALMEIDA, 2000, p. 176).

---

37 Das quatro Reservas Extrativistas, três delas começaram a ser efetivadas, apesar das dificuldades específicas de cada uma. Já na de Mata Grande, no município de Davinópolis, vizinho a Imperatriz, não houve a mesma agilidade nos processo de concretização. Desde o início da década de 1990, há conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais e quebradeiras de coco. Os primeiros são contra a existência da reserva, em oposição aos trabalhadores e trabalhadoras que a defendem. Apesar de não ter havido mortes em decorrência desse conflito, ameaças e intimidações são comuns. Mesmo com o atraso na efetivação dessa reserva, por conta da justiça, nos últimos dois anos o processo de concretização da reserva de Mata Grande tem avançado muito e praticamente está em sua fase final de execução.

Nesta situação, tanto a quebradeira de coco como o próprio babaçu em seu uso tradicional, já não fazem mais parte de uma representação inexpressiva. O coco demonstra ter inquestionável viabilidade econômica nos circuitos alternativos, com seus subprodutos, ao ganhar espaço no mercado nacional e internacional. Desta vez, essa conquista se dá de forma diferente do que aconteceu com o setor empresarial tradicional. O mercado conquistado por intermédio do movimento social representa uma alternativa ao mercado convencional. O que elas conquistaram paga melhores preços e dá mais valor a produtos que tenham por princípio a conservação das florestas e o bem estar das populações extrativistas em geral.

Nesse momento de crescimento, a organização das quebradeiras de coco conquistou espaço em alguns meios de comunicações, especialmente jornais, revistas e televisão, além de tornar-se foco de estudos, pesquisas técnicas e científicas em diferentes áreas, coordenadas ou não pelas próprias mulheres. Este elemento constituiu-se como um dos mais importantes na vida do movimento das mulheres pois, a partir daí, as organizações e as próprias trabalhadoras extrativistas ficaram amplamente conhecidas no país e em várias partes do mundo. Uma prova disso foi a conquista de apoio financeiro da União Européia ao MIQCB (ALMEIDA, 2000).

À proporção que o movimento conquista espaços políticos, elabora projetos que dão certo nas diversas esferas do social. Dentre os mais importantes, inclui-se o fortalecimento da identidade das quebradeiras como protagonistas de transformações importantes nas esferas econômica, social e cultural. Com isso, buscam a conquista de direitos iguais, por meio da mudança de concepção em relação à mulher.

Outro momento importante na existência do MIQCB se deu com a aprovação da lei de acesso livre ao babaçu, como já se mencionou, na Câmara de Vereadores de Lago do Junco pela vereadora quebradeira de coco. A lei afirmava o acesso às palmeiras, independentemente de sua localização. Por outro lado, ela serviu mais como um símbolo de conquista, do que de fato uma realidade substancial de acesso à floresta. Cinco anos se passaram, até que a lei aperfeiçoasse seu texto e sua ação fosse mais efetiva. Nesse momento nasceu a "Lei Babaçu Livre" no primeiro município maranhense.

Desde o primeiro momento de criação da lei, a experiência tem se disseminado para várias outras localidades; o que parecia improvável para maioria das pessoas tornava-se uma realidade cada vez mais comum. "[...] a Lei Babaçu Livre foi aprovada em 11 municípios da

área de atuação do MIQCB: seis do Maranhão, dois do Pará, dois do Tocantins e um do Piauí [...]" (ANTUNES, 2006, p. 139).

No Maranhão, além de Lago do Junco, a lei estendeu-se aos municípios de Lago dos Rodrigues, Esperantenópolis, São Luís Gonzaga, Capinzal e, posteriormente foi incluído Peritoró (BARBOSA, 2007, p. 685). Isso sem mencionar Imperatriz que aprovou a lei 1.084/2003, constituída de cinco artigos, que dá liberdade às quebradeiras de coco para coletar em qualquer área e proíbe, sob pena de pagamento de multa, qualquer dano causado à floresta de babaçu.[38] Mesmo restando um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito ao cumprimento real da medida, não resta dúvida de que é um fato histórico de grande importância para todas as quebradeiras de coco da região.

Em nível nacional tem sido mais difícil a luta pelo babaçu livre.[39] Uma lei em tramitação no Congresso Nacional polariza a discussão entre os deputados que são contra, por entenderem a propriedade privada como um direito inviolável, e os que são a favor, por entenderem outros direitos sociais como situados acima do primeiro. Para o advogado Joaquim Shiraishi Neto (In: ALMEIDA, 2000, p. 46-47) a discussão do babaçu livre pressupõe uma nova concepção de direito que leva em conta os bens florestais como um direito de todos.

A cada encontro interestadual esse ponto é rediscutido, pois a falta de terra ou do acesso ao coco babaçu ainda hoje provocam muitos problemas considerados graves pelas quebradeiras. No segundo encontro realizado em 1993, em Teresina, PI, e no terceiro, realizado em São Luís, MA, em 1995, esse ponto foi retomado com prioridade. No encontro realizado na capital do Piauí as quebradeiras fizeram um abaixo assinado contendo várias

---

38 A Lei Babaçu Livre de Imperatriz teve como inspiração a do município de Lago do Junco, seus dois primeiros artigos são semelhantes nas propostas, assim como em relação as punições. Desde muito antes, as quebradeiras de coco de Imperatriz, assim como as dos outros municípios que conseguiram o benefício antes, lutavam pela aprovação dessa lei no município, no entanto, só conseguiram quando surgiu um mandato de prefeito do Partido dos Trabalhadores a partir de 2001. Dois anos depois, o vereador Valdinar Barros, também do PT, criou o projeto de lei que originou uma das maiores conquistas para as quebradeiras de coco de Imperatriz.

39 Um dos maiores entraves à aprovação dessa lei em nível nacional está na influência de grandes proprietários que não são simpáticos à abertura "livre" de propriedades às quebradeiras de coco. Uma minoria de deputados e senadores se manifestaram em favor das quebradeiras de coco. A maior parte, quando não se declara contra, não toma uma posição definida, de maneira que ainda é um esforço de poucos, mesmo assim tem havido avanços.

propostas como a desapropriação de áreas de conflitos na região dos babaçuais, o fim da derrubada das palmeiras, fim da violência contra trabalhadores rurais, dentre outras.

No IV Encontro realizado em Imperatriz, MA, em 2001, não apenas retomaram o tema da lei e de outros problemas abordados anteriormente, como fizeram um balanço de dez anos de existência do movimento (SHIRAISHI NETO et al., 2003, p. 48). Na avaliação do grupo há uma reflexão entre os ganhos e as perdas, não apenas em relação à terra como também em relação a outros fatores importantes, a exemplo da violência e exclusão da mulher.

Algumas pesquisas mostram que menos de 15% das quebradeiras de coco são proprietárias de terras, mais de 37% assentadas, acima de 33% sem terra e 10% parceiras; apontando ainda que 41% do coco está inacessível, por donos de terras, às quebradeiras de coco (MIQCB, 2004b, p. 10-11).

Outras pesquisas mostram um quadro mais pessimista, apontando para o fato de 82% das quebradeiras trabalharem em terras alheias (ALMEIDA, 2000, p.44). Nesse caso pressupõe-se para a maioria, que "elas estão sujeitas às mais diversas modalidades de contrato, como é o caso da "meia". Os fazendeiros ainda obrigam quebradeiras a vender a amêndoa por preço irrisório ou trocá-las por mercadorias" (O Progresso, 2001, p. 05).

Esse é apenas um dos variados problemas ocasionados pela falta de terra ou pelas dificuldades do seu acesso. Os casos mais graves estão relacionados à violência física praticada por capatazes e vaqueiros. Da mesma forma, registram-se casos de violência sexual e ameaças de mortes (ARAÚJO; CARVALHO; MAGALHÃES, 2008, n.p.).

No município de Imperatriz, no povoado São Félix, localizado na Estrada do Arroz[40], aconteceu uma sessão itinerante da Câmara Municipal no ano de 2001, em que algumas mulheres reclamaram da prática de fazendeiros ao preferirem deixar os cocos apodrecerem a permitir o acesso. Para realizarem o impedimento, contratavam vigias com o intuito de obstruírem a entrada das quebradeiras de coco. Essa realidade de falta de acesso aos babaçuais é comum ainda nos dias atuais no mesmo povoado. Além desse, outros motivos impedem a

[40] Estrada do Arroz é o nome que se deu para a via de acesso entre os municípios de Imperatriz e Cidelândia, pois os povoados situados à margem dessa estrada foram grandes produtores de arroz nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

quebra livre do coco. Da mesma forma acontece nos demais povoados vizinhos, dentre eles, Coquelândia, Olho d'Água dos Martins e Matança.

Diante do quadro diversificado a que muitas quebradeiras de coco estão subjugadas, por falta de alternativas econômicas, os projetos realizados pelo MIQCB ainda não conseguem alcançar a maioria das trabalhadoras, as quase meio milhão, nos quatro estados. Nesse sentido, a realidade preponderante é de assujeitamento de diversas formas.

Há casos registrados em Olho d'Água das Cunhãs, no Maranhão, em que mulheres e crianças foram submetidas ao sistema de barracão[41], no qual o dono arrenda uma terra de fazendeiro e contrata pessoas para quebrar o coco. Apenas parte das amêndoas fica com as trabalhadoras; a metade que lhes pertence, são obrigadas a vender, por baixo preço, ao contratante (ARAÚJO; CARVALHO; MAGALHÃES, 2008, n.p.).

São comuns no estado situações semelhantes a essa, nas quais falta autonomia às quebradeiras e que por isso são obrigadas a enfrentar diversos formas de constrangimento: entrar escondidas em fazendas, comprar coco para quebrar, sofrer violência física e psicológica, ou mesmo, caso de queima de casas e ameaças de morte.

Um dos casos mais notáveis no Maranhão em que uma quebradeira de coco perdeu sua casa, é o exemplo de Maria da Luz de Oliveira, no município de Timbiras, ocorrido em 2004. Ela teve sua casa queimada por ter vendido amêndoas, na ausência do comprador "oficial", a outro comprador.[42] Ela morava na terra do fazendeiro que mandou queimar sua casa e, por isso, era obrigada a quebrar coco exclusivamente para ele. Tais práticas de agressão, assim como outras parecidas, já foram comuns e ainda acontecem com certa frequência nos cocais maranhenses, como forma de manter a exclusividade na compra da matéria-prima. (ARAÚJO; CARVALHO; MAGALHÃES, 2008, n.p.).

---

41 Como o próprio nome sugere, é construído um barracão, normalmente coberto de palha, no qual agrega um grupo de mulheres, cerca de quinze, para a quebra coletiva do coco. Nesse caso, os benefícios não são distribuídos conjuntamente entre as quebradeiras de coco, mas concentrados em favor do dono do barracão, que também detém a terra, seja como dono ou responsável, da mesma maneira que detém o monopólio da compra da matéria-prima produzida por mulheres e crianças que estejam sob seu domínio.

42 Esse é um caso dos mais extremos, a maioria não chega a esse nível. Por outro lado, é muito comum a situação de falta de autonomia de trabalho de muitas quebradeiras de coco. Um dos reflexos disso é uma renda deplorável, a partir da quebra do coco, uma vez que os valores de seus subprodutos já são baixos e quando as mulheres não têm direito a essa renda de forma integral, a situação de pobreza se intensifica nessas áreas.

> Não se admite que ainda tenha quebradeira que no final do dia tenha que dá parte de sua produção, que pague aluguel de solta,[43] passando por debaixo de arame. Quebra o dia inteiro e no final da tarde tem que dividir com alguém que se diz rendeiro, além de roçar as solta para poder ter o direito de entrar naquela solta e quebrar o coco [...] E o quê a gente está buscando diante dessa situação? A gente busca melhor preço para o babaçu, reforma agrária: assentamentos extrativistas e reservas (MIQCB, 1999, n.p.).

É assim que Maria Adelina, liderança política no Mearim, resume parte dos problemas enfrentados pelas quebradeiras de coco no final da década de 1990. Mais uma vez, percebe-se que o fulcro dos problemas se encontra na falta de terra, que ocasiona formas diversas de submissão das mulheres. O entrave da falta de acesso é premissa básica para o andamento das lutas e conquistas do movimento das quebradeiras de coco.

Na região de maior influência do Projeto Grande Carajás, especialmente em Imperatriz, os maiores problemas das quebradeiras de coco não estão relacionados à exclusividade da venda da amêndoa do babaçu e sim à queima do coco inteiro para a produção de carvão. A venda do carvão do coco tem gerado, para o movimento, novos problemas sociais e culturais.

Desde o início da implantação do PGC, os problemas com a dizimação de florestas têm sido uma realidade constante. A partir de pressões advindas de organizações nacionais e estrangeiras em defesa do meio ambiente, o governo brasileiro conseguiu reduzir a transformação de florestas em carvão. Mesmo assim, de forma ilegal, milhões de metros cúbicos de carvão são produzidos a cada ano.

Logo no início do Projeto, o babaçu entrou na pauta de discussão para a produção de matéria-prima energética em benefício das siderúrgicas, com a finalidade de reduzir a pressão sobre a floresta nativa. Pelo grande potencial dos babaçuais, especialmente no Maranhão, poderia apresentar uma saída aos danos ambientais provocados pela queima excessiva de madeira. Por muito tempo, o coco babaçu entrou nos planejamentos mas não se efetivou como meio importante no suprimento de material energético.

---

43 Solta é uma porção de terra, normalmente cercada de arame em que se colocam animais para se alimentarem e para se utilizar cotidianamente, sem necessitar de muito tempo para a procura desses animais. Normalmente, no Maranhão, colocam-se animais de carga ou de uso frequente, como jumentos, cavalos e até vacas, dependendo da necessidade do dono e da região.

Como observou-se, especialmente na última década, as indústrias têm reduzido, por foça de lei, a devastação de florestas naturais. A legislação obriga o reflorestamento para a produção de carvão, o aproveitamento de resíduos industriais madeireiros ou qualquer outra forma renovável que não diminua a floresta nativa. Dessa maneira, a compra do carvão de babaçu apresenta-se como alternativa para a indústria siderúrgica. Por outro lado essa entrada aconteceu de forma diferente do que o movimento das quebradeiras aspirava: a fabricação de carvão a partir da casca do coco ou do fruto inaproveitável e não na sua forma integral, com desperdício de todo o resto do fruto.

Só na região de Açailândia, há cinco indústrias siderúrgicas com potencial de consumo em milhões de metros cúbicos a cada ano. Para somar, entre 2003 e 2004 o valor do ferro-gusa no mercado internacional aumentou em 50%, o que causou estímulos à produção de carvão na região. (PROJETO, 2005, p. 8).

Em virtude dessa corrida pelo carvão, muitas quebradeiras de coco tem sido estimuladas ou obrigadas a trabalhar com essa matéria-prima e desprezar a amêndoa, pois esta, cada vez mais, perde valor de mercado diante do carvão para as siderúrgicas. Tal situação contribui, ainda, para o fechamento da cerca à quebradeiras de coco que preferem não queimar o fruto. A própria Lei Babaçu Livre, nessa região, tem sido menos respeitada por conta das motivações econômicas dos donos ou arrendatários de terras.

Em muitos lugares, quebradeiras têm se tornado catadoras a serviço de carvoarias, guserias ou donos de terras, com remunerações cada vez mais insuficientes. Mulheres nessa situação têm sua condição social e econômica desfavorecida diante do trabalho autônomo de extração e quebra do coco. Além da pouca remuneração, não há como aproveitar os diversos subprodutos do babaçu. Existem casos de arrendamento de babaçuais para siderúrgicas de Açailândia que são protegidos por homens armados, autorizados a atirarem em quem entrar para apanhar o fruto (GLASS, 2008, n.p.).

No município de Amarante, localizado a cerca de 150 quilômetros de Imperatriz, há registros de casos em que quebradeiras de coco compram o fruto de donos de terras para produzirem azeite e os demais subprodutos do babaçu. Nesse caso, o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos pode ter suas vantagens econômicas reduzidas diante de uma extração abundante e livre.

Em Imperatriz, a situação com a queima do coco inteiro não é menos preocupante. Apesar de possuir mais de 400 mil hectares de babaçu (PROJETO, 2005, p. 8), a intensidade das devastações coloca em xeque a sobrevivência de parte da floresta. Na Estrada do Arroz, nos vários povoados situados em sua margem, situa-se a maior concentração de babaçu e um dos maiores focos de queima do fruto. Os cinco maiores povoados localizados à margem dessa estrada são: Olho d'Água dos Martins, situado a cerca de 25 quilômetros de Imperatriz; Coquelândia e São Félix, a cerca de 31 quilômetros; e Petrolina, distante 48 quilômetros. Nessas áreas, muitas quebradeiras de coco trocaram a tradicional quebra para a extração da amêndoa e demais produtos pelo fabrico do carvão a partir do coco integral.

A renda adquirida pela venda do carvão, no caso das quebradeiras que trabalham de forma mais autônoma, na maioria das vezes, é mais rápida e mais expressiva que o valor adquirido pelo aproveitamento do coco da forma tradicional. No interior dessas comunidades há divisão entre as quebradeiras que preferem preservar a tradição do trabalho e as que optam pelo retorno financeiro mais imediato.

As associações de quebradeiras de coco nessa região travam um debate no sentido do aproveitamento integral do babaçu ser mais vantajoso que o fabrico do carvão, se houver projetos de geração de renda a partir dos subprodutos do fruto. Além do retorno financeiro, traz o benefício de resguardar a floresta e as práticas tradicionais do extrativismo, enquanto a queima indiscriminada tende a sufocar as florestas e os valores que permeiam o babaçu. Com isso, a médio e longo prazos, podem ocorrer problemas irreversíveis, de ordem econômica, social e cultural para as quebradeiras de coco.

Acompanhando esses problemas incorporados ao babaçu, nas diferentes regiões dos estados que compõem o MIQCB, o movimento em seu V Encontro discutiu muitos desses problemas, como a elaboração de propostas que pudessem resolver ou amenizar parte dessas questões. Nesse encontro, realizado em 2004, elaboraram a "Carta das Quebradeiras" na qual incluíram propostas em benefício das trabalhadoras extrativistas.

> Sabemos que mais de 24 mil km² de florestas vem sendo devastadas anualmente na Amazônia, por empresas agropecuárias, grandes plantações de dendê, madeireiras, usinas de ferro gusa e empreendimentos de mineração, de papel e celulose, com suas florestas homogêneas de eucalipto,

> e projetos de rodovias, violando a legislação ambiental e desorganizando a economia extrativista (MIQCB, 2004, p. 2).

Diante dessa situação, elas propuseram medidas que pudessem abrandar parte dos problemas apresentados. Dentre elas, incluiu-se "a punição dos que cometem crimes ambientais, devastando babaçuais, castanhais e seringais (MIQCB, 2004, p. 6).

O MIQCB ainda se encontra distante dos seus maiores anseios, o caminho a percorrer é vasto, contudo, pode-se afiançar que a cada ano decorrido as quebradeiras de coco dos quatro estados têm amadurecido cada vez mais suas organizações. O movimento cresceu na intensidade dos problemas causados, em especial, pelo Projeto Grande Carajás. Dessa maneira, a luta do movimento tem sido, pelo menos em parte, uma batalha contra o próprio PGC, na parte negativa de suas ações.

Enquanto a organização interestadual das quebradeiras de coco não consegue dar conta de todos os problemas que trabalhadoras extrativistas enfrentam, nas diversas localidades, cada região, cada grupo de mulheres, ou mesmo cada pessoa em particular, busca suas próprias saídas para seus conflitos específicos. É o que se pode dizer de mulheres na comunidade de Petrolina, situada entre os efeitos negativos do PGC e as conquistas do movimento, que buscam assim, reinventar seu mundo à sua maneira.

CAPÍTULO III

A ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DE PETROLINA E OS DESAFIOS DE UM NOVO TEMPO

Esta terceira parte do trabalho enfrenta maiores dificuldades com relação às fontes. Por nunca ter sido estudada, a comunidade de Petrolina não dispõe de produção historiográfica para análises, do ponto de vista formal. Nesse sentido, há alguns problemas, inerentes a maioria dos trabalhos que iniciam uma pesquisa nova. Por outro lado, a entrada nesse desconhecido tem um gosto especial, que é o da descoberta do novo. Este povoado tem mais de meio século de história, com seus múltiplos conflitos internos e, de alguma maneira, assemelha-se a outras comunidades tradicionais na Amazônia.

Por outro lado, um povo, uma comunidade, uma nação ou mesmo uma pessoa, jamais seriam iguais a outros no mundo; se o fossem, certamente o trabalho do historiador não teria o mesmo sentido e importância, de igual forma aconteceria com a maioria das outras áreas do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, apesar de um contexto maranhense e, em especial, amazônico, a motivação deste trabalho é procurar revelar pontos importantes e únicos desse pequeno povoado extrativista situado na amazônia oriental. Certamente há elementos que só pertencem a essa localidade e a esse grupo, nesse específico contexto histórico e social.

A revelação de algumas questões relacionadas a determinados comportamentos, práticas, medos, sonhos, podem trazer em si descobertas mais íntimas de um grupo que é único, mas que não deixará de compartilhar reflexões com outros grupos, mesmo que apenas de forma aproximada. Pois, se a história pode servir para ensinar algo aos homens (KOSELLECK, 2006), aqui, nesse pequeno ponto, pode haver revelações importantes.

Então, essa é a natureza deste capítulo terceiro: a busca de algo que ainda se encontra oculto, do ponto de vista historiográfico. Por estar nessas condições, as dificuldades são grandes, assim como o prazer de quem começa algo novo e importante.

Para tentar amenizar esse problema, o trabalho recorre a duas fontes, em especial os documentos produzidos pela Associação das quebradeiras de coco do povoado, como atas,

ofícios, estatuto e alguns outros, produzidos no decorrer de dez anos de atuação da instituição. A outra parte da documentação firma-se nos depoimentos das mulheres em relação à história de algumas pessoas, da Associação e do próprio povoado. Tanto a primeira categoria de material quanto a segunda não são extensas e apresentam dificuldades para se trabalhar.

Uma das justificativas para isso encontra-se no fato de que, em dez anos, a entidade produziu poucos documentos e de forma assistemática. Nesse caso, um pouco de imaginação torna-se aliado para se tentar encontrar essa costura, esse roteiro, essa continuidade, se é que ela existe. As entrevistas, de alguma forma, entram também nesse universo de dificuldades, uma vez que em alguns momentos há uma separação entre aquilo que o pesquisador vai disposto a ouvir e aquilo que o entrevistado está disposto a revelar. Quando acontece essa "fratura", é necessário repensar alguns significados para se construir novos entendimentos.

É assim, também, que essa comunidade revela-se, cheia de pequenos enigmas, de coisas visíveis e invisíveis ao primeiro olhar. Com base nas entrevistas, nos depoimentos de algumas pessoas, pretende-se traçar um perfil do grupo de quebradeiras de coco e da comunidade.

Se a história oral é detentora de grande importância, diante de um cenário de poucas opções instrumentais, sua relevância torna-se vital. Por meio de algumas ferramentas pertencentes a esta técnica historiográfica, tentar-se-á encontrar informações importantes para responder a algumas indagações feitas à comunidade de Petrolina, enquanto foco de estudo.

Nas últimas duas décadas, a história oral tem sido muito utilizada para se buscar responder determinadas questões, especialmente relacionadas ao tempo presente. Ela começou a ser utilizada, de forma mais ampla, a partir da Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, surge nos anos de 1970, ainda que seu uso, em escala mais ampliada, só aconteça duas décadas mais tarde (MEIHY, 1996, p. 13).

A chegada da história oral no Brasil significou, pelo menos em parte, a aceitação de novas concepções em relação às fontes históricas e em relação à própria verdade na historiografia. Durante muito tempo, em que a filosofia positivista dominou a verdade científica, só se aceitava como matéria-prima documentos escritos e, de preferência, documentos que estivessem na tutela do Estado, os chamados documentos oficiais. Quando a

noção de fonte começou a se ampliar, a história oral teve oportunidade de entrar no rol das novas contribuições.

Pensar a produção do conhecimento histórico implica pensar numa inevitável relação com suas matérias-primas: as fontes. Por muito tempo a delimitação das fontes resumiu-se a documentos escritos. Assim, a história só existia como expressão do Estado, para as classes mais abastadas do poder econômico e político. Em síntese, a história substanciava-se como a expressão das minorias, dos "grandes eventos", dos "grandes homens" e assim por diante. Aos poucos, esse legado foi se quebrando, dando margem a novas percepções sobre o mundo.

Estes elementos podem ser postos como ponto de partida para a compreensão das novas formas de relacionamento, no que se refere à operação dessas fontes. Para os fundadores da Revista dos Annales, o historiador deve ir além do que ditam os documentos, deve questioná-los, problematizá-los (DOSSE, 1992, p. 76).

Essa escola propõe novas formas de relacionamento com as fontes. Novas perspectivas de abordagens dilatam-se a partir dessa otimização diferenciada das fontes, novos métodos evidenciam-se, a saber, o estatístico, o lingüístico, o demográfico, o arqueológico, o método da psicologia, dentre outros. Com isso, o horizonte das abordagens estende-se aos costumes, à população, à paisagem, bem como outras temáticas semelhantes.

Essa elasticidade sofrida pela história em relação ao uso das fontes provoca uma cadeia de transformações operatórias, na qual vários conceitos, se não são quebrados, pelo menos, são reordenados, para atender às necessidades da construção de uma "nova história". A começar pelo que chamamos de fonte e documento.

Para esse alargamento, a noção de "documento" toma outro viés, o de ser um construto e, não mais um dado vítrico, ou um monumento, como prefere Jacques Le Goff (1994, p. 110). Marrou (1974, p. 67) afirmará que, para ser um documento, sua função deve ser fonte de informação útil ao historiador no "conhecimento" do passado humano. Partindo desse ponto, a noção de documento abarca textos, monumentos, observações e uma série de elementos, antes não considerados.

Por outro lado, por mais vasto que seja o universo de relacionamento com as fontes, é importante lembrar que, sem o espírito do historiador, sem sua sensibilidade em captar de simples informações às mais importantes, sem enxergar no vestígio um acontecimento

significativo, de nada valerão as fontes. A habilidade do historiador é imprescindível para uma boa "construção" historiográfica, uma fonte nada diz ao observador ingênuo. Quem dá testemunho disso é Koselleck (2006, p. 188) ao dizer que uma fonte não pode falar pelo historiador, elas até podem impedir-lo de falar, em determinado momento: *"*as fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer*"*.

Um documento é sempre buscado ou "construído", ele pode trazer marcas de um discurso que deve ser relativizado, contestado pelo historiador, pois sua fala autônoma pode trazer à tona a voz de um passado que se impõe de maneira incompatível com as necessidades do presente. Todas as fontes lançam um véu sobre a realidade. Para tentar evitar armadilhas como esta Le Goff (1994, p. 110) chama a atenção:

> Todo documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, saber desmitificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamento destinado a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade [...].

Para ser vestígio com valor histórico é necessário que haja um discurso capaz de dar suporte à análise de vestígio ou documento. As fontes, ainda que às vezes se proponham a falar por conta própria, são apenas suportes para uma releitura do passado (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 42). Pelo fato de o passado não existir mais, a relação de apreensão deste passado é sempre delicada, quando se trata do peso que tem a expressão "conhecer o passado". A priori, ele é impossível de ser compreendido, por outro lado, é possível se extrair alguns "insights", alguns elementos que podem ser tomados pela totalidade. Se tomarmos o passado como uma figura, só poderemos descrevê-lo em parte, por meio da linguagem. Existe uma relação entre o passado e o presente, na qual um constrói o outro mutuamente, como se um fosse espelho do outro.

A singularidade dos eventos históricos, as novas necessidades de uma explicação mais relativista sobre a verdade do passado aproximam a história do gênero literário conservando, ainda, seu estatuto de verdade. Isso implica uma necessária revisão metodológica de uso de artifícios bastante diversificados. Com as influências das novas ciências sociais, a exemplo da psicanálise, os historiadores começam a aceitar a idéia de contar "histórias" (FERREIRA

NETO, 2004, p. 1567), utilizando-se de recursos como os sentimentos e as representações. Isso implica um privilégio de novos objetos, a saber, um indivíduo ou um episódio à margem dos "grandes" acontecimentos. As explicações podem surgir em meio aos "pequenos" eventos.

Uma das conseqüências dessas mudanças é uma busca do não-dito, como fonte construtora do discurso historiográfico. O universo da comunicação humana passa a ser requerido como área de investigação de grande valor. Textos, expressões corporais, tons de voz comportam mensagens importantes acerca de pessoas ou grupos. Essa busca pelas sensibilidades desperta novos olhares, porque se exprimem em atos, ritos, em palavras e imagens. Estes artifícios falam do real e do imaginado, do conhecido e do desconhecido, sem distanciar completamente um elemento do outro.

A ideia de que os indivíduos estão presos aos eventos, ao presente e não expressam uma estrutura foi colocada em xeque, vez que as pessoas fazem parte de um coletivo, de uma cultura e de uma visão comum e isso pode ser notado tanto em suas expressões coletivas, quanto individuais. "Assim, não é mais fator negativo o depoente poder "distorcer" a realidade, ter "falhas" de memória ou "errar" em seu relato [...]" (ALBERTI, 2005, p. 119).

Isso só ocorre porque toda versão individual, apesar das peculiaridades, está marcada pelo coletivo. Com algumas variações específicas, nenhum indivíduo estará sequer distante de sua base coletiva ou do habitus pertencente ao grupo de que ele faz parte. À medida em que se reconhece isso, o indivíduo ganha importância, assim com a própria história oral.

> É no indivíduo que a história oral encontra sua fonte de dados, mas sua referência não se esgota nele, dado que aponta para a sociedade. O indivíduo que conta sua história ou dá seu relato de vida não constitui ele próprio o objeto de estudo, a narrativa constitui a matéria-prima para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo, da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que se insere em sua dinâmica (MEIHY, 1996, p. 36).

Há diversas formas de se operar com a história oral, que podem variar desde uma super valorização, em que se trabalha exclusivamente com essa fonte, a uma maneira em que pouca importância é atribuída a este método. Existe uma terceira forma: a forma híbrida. Por

meio desse método, é possível o uso de outras fontes que podem ser cruzadas com os depoimentos das pessoas, sem perder importância para a pesquisa.

O uso mais intensivo de depoimentos ou de fontes de outra natureza pode depender da necessidade do estudo, dos objetivos desejados, da carência de determinados documentos escritos ou outros motivos. Nesse trabalho, especificamente neste capítulo, a opção é fazer uso das duas formas de fontes, sem hierarquias.

Dentre as buscas que essa pesquisa se propõe, encontra-se um conjunto de transformações ocorridas no habitus extrativista no interior da comunidade de Petrolina, MA. As relações tradicionais do extrativismo vêm sofrendo mudanças, especialmente na última década, com a intensificação da produção de carvão do babaçu para o mercado e uma consequente redução da quebra do coco. Há fatores de ordem interna e externa na comunidade que tem contribuído para isso. Por meio de alguns depoimentos e análise das práticas políticas da Associação, pretende-se entender como um grupo de mulheres percebem e reagem a essas mudanças.

Antes de começar a análise dos conflitos que algumas quebradeiras de coco de Petrolina enfrentam, é necessário efetuar um balanço histórico do próprio povoado, sua formação, crescimento e transformações. Com isso, torna-se mais fácil a compreensão de como essas quebradeiras de coco se reuniram para formar uma associação em defesa das florestas de babaçu e das relações sociais comunitárias.

3.1 A formação do povoado

A comunidade de Petrolina tem uma história de sofrimento, perseverança e conquistas, no que se refere à sua formação, crescimento e conflitos internos. Com mais de meio século de existência, passou por uma ordem de transformações em vários níveis e intensidades. Boa parte dessas transformações proveio de elementos exógenos ao povoado, fruto de mudanças sucedidas no país e no mundo.

A primeira fase da história do povoado se realiza no trabalho de algumas pessoas e famílias oriundas de outras localidades que, por falta de terra própria, instalavam-se temporariamente em áreas mais distantes e disponíveis. O trabalho desses pioneiros ampliou-

se a outros e nas idas e vindas, aos poucos começaram a fixar-se definitivamente. Nesse processo nasceu o povoado de Petrolina.

Rua São Francisco, no setor do povoado chamado Alto do Pote, em Petrolina, MA. Foto: André Micali.

_____Durante muito tempo a comunidade teve basicamente a mesma feição socioeconômica, com base apenas no trabalho na roça e na quebra do coco babaçu, de modo geral, pelas mulheres. A comunidade vivia distante, socialmente, da cidade e as pessoas se restringiam a algumas viagens por ano. Entretanto, com o melhoramento das vias de acesso, esse fluxo se intensificou notavelmente: pessoas, mercadorias e dinheiro circularam de forma mais intensa e provocaram mudanças no sentido de valorizar economicamente as terras locais.

Até então, as quebradeiras de coco babaçu desenvolviam suas atividades livremente, pois quando não eram donas da terra, tinham acesso livre a ela. No entanto, surge um novo contexto com a valorização econômica dessas áreas, nos anos 1970: fazendeiros começaram a comprar ou tomar as terras dos camponeses locais. Nesse contexto, as quebradeiras de coco passaram a necessitar de autorização para quebrar o coco, a qual nem sempre conseguem. As

dificuldades estão não apenas na falta de acesso livre, como anteriormente, mas na crescente devastação da floresta nativa para o plantio de capim e eucalipto. Em decorrência de mudanças como essas, a atividade tradicional do extrativismo local sofreu redução.

Outro divisor de águas na vida das quebradeiras de coco surge quando empresas de ferro gusa instaladas na região incentivaram a compra de carvão para o aquecimento de seus fornos. Com esse incentivo um grande números de famílias têm se dedicado ao fabrico predatório dessa matéria-prima. Isso contribuiu com a crescente devastação nos cocais e para a redução da prática tradicional do extrativismo.

Com o propósito de se contrapor à prática mercadológica do carvão, que contribui para a destruição dos babaçuais e dos laços comunitários, um grupo de quebradeiras no povoado fundou uma associação com o objetivo de promover alternativas econômicas e sociais, a partir de um debate acerca da preservação florestal. Em seu conjunto de ações está contida a construção de um discurso identitário pautado na memória de uma vida saudável, tranquila e mais abundante. Os valores comunitários são exaltados porque refletem um tempo de cooperação mútua no interior do povoado.

Promovem esse debate por meio da associação com outras instituições, a saber, organizações não governamentais, sindicatos e órgãos públicos; internamente dialogam com a Igreja católica, a escola, o clube de mães, dentre outras organizações. Desenvolvem trabalhos com quebradeiras de coco do povoado, com discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Realizam cursos de artesanato, ensinamentos para o aproveitamento integral do coco. Um dos principais objetivos é não perder de vista os valores comunitários e "relembrar" as pessoas da harmonia social e ambiental em que viviam os primeiros moradores de Petrolina.

O povoado de Petrolina localiza-se na zona rural de Imperatriz, oeste do Maranhão, na região do Bico do Papagaio. A formação dessa comunidade inicia-se entre meados da década de 1950 (FRANKLIN, 2008, p. 132) e início dos anos 1960, quando começam a chegar as primeiras famílias. A partir do trabalho desses pioneiros, esses grupos começaram a tomar formato de uma comunidade que, apesar de ter sofrido muitos problemas e crescimento negativo, tornou-se uma das mais importantes povoações da região de Imperatriz.

A área que corresponde ao povoado, antes das primeiras famílias ou pessoas fixarem residência lá, já era conhecida por camponeses que iam fazer suas roças. Tratava-se de camponeses residentes em outros municípios vizinhos que costumavam sair em busca de terras férteis e disponíveis. Por falta de terra própria, normalmente faziam as roças em uma região e moravam em outra.

No tempo de capinar, derrubar, queimar e plantar, as idas e vindas eram constantes; na época da colheita, exigia-se um tempo mais extenso no local, dependendo do tamanho da roça, que poderia abarcar até semanas. Nesta demora da colheita, os camponeses faziam barracos cercados e cobertos de palha da palmeira babaçu (NASCIMENTO, entrevista, 2008).

Era necessária a presença das mulheres acompanhadas de seus filhos, crianças ou adultos. A função dos mais velhos era acompanhar o pai nos trabalhos mais exaustivos da roça; as crianças, via de regra, auxiliavam a mãe em tarefas simples como levar a comida à roça, ajudar na limpeza do barraco, dentre outras tarefas domésticas; as filhas normalmente acompanhavam a mãe nas tarefas domésticas ou na própria colheita, pois essa atividade mobilizava toda a família, por se tratar de um trabalho relativamente leve e ter prazo para ser efetuado. Além disso, terminar o corte do arroz, a colheita do feijão, a quebra do milho e a colheita de uma série de frutos e legumes, significava estarem em casa mais cedo com o conforto da abundância para o ano inteiro. Essa forma de trabalho familiar, desde o início consolidou-se no povoado, de maneira que ainda hoje é prática comum, ainda que com menos força. "Meus meninos estudavam de manhã e quebravam coco à tarde, quando chegava. Quando eles ia estudar de tarde, de manhã pra meio dia tavam quebrando coco... quebrando coco e estudando, nunca um ficou reprovado" (SOUSA, entrevista, 2008).

Se na roça o trabalho da mulher era visto, de maneira geral, como auxiliar, com ênfase no preparo da comida, limpeza e cuidado com as crianças, na cata e quebra do coco, o sentido se invertia. "O meu pai botava roça onde ele queria e minha mãe ia deixar comida lá pra ele e eu ia pra quebrar coco, pra complementar a renda pra ajudar criar nós, sabe?" (CRUZ c, entrevista, 2008).

As meninas tinham significativa participação, aprendiam a quebrar o coco, na maioria das vezes, a partir dos dez anos de idade, como no caso de dona Terezinha e da maioria das mulheres de Petrolina que são quebradeiras. "Haaa! Eu comecei quebrar coco nascendo os

dentes” (SILVA, entrevista, 2008); os meninos até antes de começar o trabalho junto ao pai, acompanhavam a mãe. Quanto ao esposo, sua participação na quebra do coco era quase inexistente, não apenas por causa do mito que diz que o homem que quebra coco a bunda cresce, mas pelo fato de quase sempre estar envolvido na produção agrícola.

A quebra do coco constituía-se como um trabalho paralelo. Próximo ao barraco de moradia provisória as mulheres faziam, na maioria das vezes, pequenos barracos cobertos de palha e abertos nas laterais. O objetivo central era comportar algumas quebradeiras sentadas no chão, protegidas do sol e da chuva.

Enquanto os maridos estavam na roça, as esposas organizavam pequenos grupos para quebrar coco e levavam boas quantidades para casa após o período de cultivo da roça; em casa, torravam as amêndoas para fabricar azeite, dedicado ao consumo alimentar e ao fabrico de sabão caseiro; extraíam o leite do coco cru para alimentação, substituindo o leite de vaca e no tempero de carnes de caça; fabricavam remédios caseiros a partir da casca do fruto (NASCIMENTO, entrevista, 2008). Voltar para casa era mais que voltar com os muitos produtos adquiridos na roça, significava um período de abundância e satisfação.

Fabricava-se o artesanato a partir da palha da palmeira de babaçu, começando pela própria cobertura da casa, na confecção de portas, janelas e mesmo esteiras que poderiam ser utilizadas para dormir; abanos para auxiliar no acendimento do fogo doméstico; “cofos”, bolsas que servem para transportar arroz, feijão, carvão, roupas e tudo aquilo que se queira, dependendo do tamanho. Do caule da palmeira velha retirava-se o adubo, muitas vezes para o plantio de uma pequena horta no quintal ou um "canteiro", espécie de horta suspensa em um jirau para evitar que crianças ou animais domésticos interfiram no crescimento das hortaliças.

Do coco velho fazia-se o carvão para uso doméstico ou para venda em pequena escala. A qualidade do carvão de babaçu é incomparável diante de qualquer outro vegetal, afirmam as quebradeiras de coco (SOUSA, entrevista, 2008). Dentre os vários outros benefícios que o babaçu trazia e traz às famílias, esses são dos mais importantes.

Por tantos subprodutos extraídos, a palmeira de babaçu ganhou o merecido título de "mãe das quebradeiras de coco", título que ela tem não apenas no povoado de Petrolina, mas em várias outras localidades onde existe o fruto. Não por acaso, há um enorme respeito às florestas nativas pelas mulheres que já criaram filhos e netos por meio da quebra do coco.

Com o tempo, essas famílias que vinham e plantavam a roça, quebravam o coco e voltavam, passaram a ter demoras cada vez mais extensas até que as primeiras famílias resolveram ficar de vez, próximo ao local da roça e da quebra do babaçu. O tempo foi passando e outras famílias tomaram a mesma decisão, até que o povoado ganhou um nome: Puruquero que, segundo a maioria dos moradores mais antigos é o apelido do primeiro homem a andar na região quebrando coco e fazendo roça (NASCIMENTO, entrevista, 2008,). Ainda que o nome posteriormente tenha mudado para Petrolina, alguns moradores mais antigos ainda chamam o povoado pelo nome desse homem. Para outras pessoas, o nome do primeiro habitante era Raimundo Gomes (SILVA b, entrevista, 2008), mas talvez pelo fato de sua imagem não estar tão associada ao extrativismo do babaçu, ele não tem o mesmo peso na memória da comunidade.

A notícia de terras abundantes e férteis se espalhou por muito longe e começaram a surgir famílias de outras partes do Maranhão. Um dos motivos mais evidentes foi a falta de terras, muitas vezes ocasionada pela grilagem, uma realidade comum na época em praticamente todo o país (SANTOS, 2007, p. 13). Muitos migrantes sem lar encontraram um local para recomeçar a vida de forma mais sossegada: "nós morava no Pindaré, aí nós viemo pra beira do Anjical[44], acolá, aí meu marido comprou uma casa na Cidelândia e da Cidelândia, nós viemos pra cá" (SILVA e, entrevista, 2008).

Surgiram pessoas originadas de vários lugares para se instalarem em Petrolina, que representava a fartura de terras e de coco babaçu. Não demorou e chegaram famílias dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco; em pouco tempo o povoado se tornou uma das maiores aglomerações populacionais rurais da região de Imperatriz. "Porque o lugar que eu morava era muito difícil as coisas. O difícil de lá é assim: quando aqui é que tão cortando o arroz, lá é que tão plantando. Aí meu esposo achou que aqui era melhor" (SILVA, entrevista, 2008). Em meados dos anos 1960 foi construída uma escola pública para atender às dezenas de crianças do ensino fundamental (SILVA b, entrevista, 2008), que surgiu pela demanda dos

44 Anjical é o nome de um riacho que fica localizado próximo ao povoado Coquelândia, a cerca de dezessete quilômetros de Petrolina. Ele é bem conhecido por ser um lugar em que muitas pessoas vão pescar ou às vezes passar o dia tomando banho, como forma de lazer.

próprios moradores. Isso tornava o lugar atraente, especialmente diante de outros.

> Porque nós fazia roça e teve o tempo de falta de chuva, aí nós botava roça e não colhia os legumes, ficava perdido. Meu pai falou assim: vamos embora daqui, pro rumo das bacabas[45], que lá chove de mais. Realmente quando nós chegamos aqui em julho [de 1984], passou julho, quando deu no mês de agosto, deu uma chuva, chuva que nós se admiramos. Meu pai disse: vamos embora, aqui chove de mais. A vinda nossa de lá pra cá foi isso (CRUZ b, entrevista, 2008).

Para as muitas famílias que viviam no povoado a vida era sossegada e boa, tinha tudo o que necessitavam; da roça e do coco era possível viver bem, apesar das muitas dificuldades, principalmente com a falta de estradas, que inibiam o acesso a outras localidades para adquirir produtos que não se obtinha na roça; remédios farmacêuticos eram alguns deles.

Com a chegada de pessoas, foi feita uma abertura na mata, uma vereda que serviu de acesso dos moradores a outras localidades. Com o passar do tempo, as veredas tornaram-se arrastões[46] que permitiam o acesso de carros. "Nesse tempo, só andava de jeepe, caminhão com arroz. Era ruim, a estrada" (SILVA b, entrevista, 2008). Durante anos, essas veredas transformadas em arrastões serviram para pessoas, animais de carga e caminhões que passavam carregados de produtos agrícolas, especialmente o arroz.

No início dos anos 1970 foi construída uma via de acesso interligando os municípios de Imperatriz a seu adjacente, Cidelândia, num percurso de cerca de sessenta quilômetros (SANTOS, 2008, p. 7). O nome desse caminho ficou conhecido por Estrada do Arroz, pela expressiva produção desse gênero alimentício, ainda que não fosse o único produto da região. Essa via de acesso tem vários povoados em suas margens, Petrolina é o último deles, distando doze quilômetros o município vizinho e quarenta e oito da zona urbana de Imperatriz.

---

45 Essa fruta costuma dar frutos em locais com boa quantidade de água, provavelmente isso foi um elemento que serviu para atrair pessoas que vinham de lugares secos. Apesar disso, Petrolina em si não tem essa denominação de Bacabas, só há um povoado na Estrada do Arroz com esse nome.

46 Arrastões são estradas improvisadas, feitas para carros ou caminhões, com a finalidade de levar ou buscar produtos ou mercadorias como madeiras, arroz, milho, dentre outros, dependendo de cada região.

Retrato da Estrada do Arroz.[47] Foto do autor.

_____A presença dessa estrada, inegavelmente trouxe uma série de vantagens aos povoados, como o de Petrolina. O comércio ampliou-se consideravelmente, o fluxo de pessoas e mercadorias se intensificou sensivelmente, os subprodutos do coco babaçu, o arroz, o milho e o feijão puderam ser vendidos rapidamente na cidade com o intuito de adquirir os produtos industrializados como máquina de plantar arroz e o machado para quebrar o babaçu, dentre outros instrumentos.

Essas melhoras estão no contexto do aquecimento da economia regional motivada, de alguma forma, por ações do Projeto Grande Carajás. No bojo das positividades vieram uma série de mudanças que se delinearam em aspectos negativos para grande parte das famílias mais antigas no povoado. O melhoramento da locomoção contribuiu para o surgimento ou o

---

47 A foto foi tirada na melhor fase da estrada. Quando chega a estação chuvosa, o incômodo da poeira dá lugar ao da lama e dos buracos e em alguns períodos do ano o tráfego é interrompido. Além desses transtornos, a falta de manutenção das pontes de madeira, ao longo do percurso, reforça as dificuldades. Por várias vezes já houve promessas de que essa estrada seria asfaltada, tanto por parte de governos municipais como estaduais, mas até o momento, os moradores dessas localidades enfrentam os mesmos problemas.

crescimento de um mercado interno de produtos agrícolas, industrializados e da própria terra, inflacionando seus preços.

> Era porque os fazendeiros tomaram de conta e não dava pros pobres fazer roça, e aí foi saindo, foi saindo, até que o povo saiu quase tudo, por causa de fazendeiro, não queria aceitar dar terra pra ninguém trabalhar, como mesmo meu filho, saiu daqui porque trabalhava todos os anos... era luta pra dá um pedaço de roça pra ele. E ele botava, se desse dois sacos de arroz, se não desse nada, só dois sacos, um era do dono, outro era dele. E aí ele se injuriou: "mamãe, eu não vou ficar nesse lugar, porque eu não vou só ficar trabalhando pros outros não, mamãe, tô pra morrer de trabalhar pros outros, trabalho mais pros outros do que pra mim". Aí foi embora (VIEIRA, entrevista, 2008).

Assim como o filho de Francisca Maria Vieira, muitas pessoas foram embora do povoado em busca de melhores oportunidades de sobrevivência. A partir desse momento histórico, com a restrição ao acesso à terra e as várias consequências sociais decorrentes disso, o povoado começou a encolher. Sua população diminuiu e a atividade econômica acompanhou esse movimento, de maneira que atualmente o número de casas e de pessoas é menor que em décadas passadas. Em consequência disso, seu passado é mais glorioso que seu presente.

3.2 A memória como elemento político

Todo indivíduo tem lembranças, tem memórias e as memórias constroem o indivíduo socialmente. Memória e lembrança, a princípio, parecem uma mesma manifestação, no entanto, Diehl (2000, p.116) afirma que as lembranças são vivências aleatórias, experiências que se perdem no tempo, por isso, difíceis de serem sistematizadas socialmente. O conteúdo social fica a cargo da memória, por se constituir como experiências consistentes e palpáveis. A memória é possível de ser enquadrada historicamente.

A construção da memória no interior dos indivíduos é objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Para o filósofo Bergson, as percepções do pensamento são essenciais para estimular determinadas memórias, ao mesmo tempo, a memória, uma vez suscitada, altera a forma de representação do próprio presente (BOSI, 2003, p. 9). O passado surge

percebido por uma lente do presente, concomitantemente, o presente sofre suas interferências, numa relação de reciprocidade entre presente e passado ou vice-versa.

Mais importante ainda para nossa abordagem será a análise do sociólogo alemão Halbwachs, pelo fato de não só levar em consideração essa relação de construção da memória na dinâmica do presente com passado e vice-versa, como também colocará outro elemento de suma importância para a compreensão da memória: o grupo. O sociólogo sai das fronteiras da memória em si para perceber os grupos sociais. A memória do indivíduo é analisada por Halbwachs como um elemento agregado à memória do grupo e das instituições da sociedade. Toda memória se condiciona na compreensão interior do grupo.

> As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este as examina e à sua maneira explica suas relações [...] Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior [...] (HALBWACHS, 1990, p. 61).

O sociólogo refere-se a uma sistemática harmonia que há entre o indivíduo e o grupo, tornando-se praticamente impossível perceber as fronteiras das "vibrações", se no próprio indivíduo ou se no grupo ao qual ele pertence e até que ponto essas influências são concebidas pelos agentes no interior do processo (Idem, p. 64).

Para reforçar esse desenho de "construção" da memória, Mastrogregori (IN MALERBA, 2006, p. 7) afirma que o presente determina as condições para se enxergar o passado, por meio de condições sociais, políticas e culturais que balizam o olhar do presente em direção ao passado. Isso acontece porque, segundo Pollak, a busca do passado tem o propósito de encontrar elementos que possam contribuir para a manutenção dos grupos presentes. "O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo" (POLLAK, 1989, p. 11).

Pode-se remeter a outra dimensão de memória, não enfatizada diretamente por Halbwachs, com o objetivo de ampliar o horizonte dessa abordagem: o esquecimento. "A nossa capacidade de lembrar algo é a mesma capacidade de esquecer" (DIEHL, 2000, p. 115). Essas "lembranças proibidas", "indizíveis" ou "vergonhosas", muitas vezes não são sentidas porque passam despercebidas pela sociedade, o que é formalizado é mais fácil perceber. Na

história, os esquecimentos e os silêncios revelam, em dada medida, uma manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426). Com a memória dos indivíduos não seria diferente, partindo da perspectiva de que lembrar não é reviver, e sim refazer.

> Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas e de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado [...] remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (POLLAK, 1989, p. 9).

É nessa perspectiva de memória, uma memória formada pelos grupos, que atende a interesses e necessidades específicos, que esse grupo de mulheres quebradeiras de coco do povoado de Petrolina deve ser percebido. Inserido num conflito social, em que o presente destrói um passado com enorme valor simbólico, elas buscam estratégias de resistências para fazer sobreviver a cultura do babaçu.

A partir desses apontamentos acerca de como pode-se compreender a memória, serão analisados algumas das principais estratégias do grupo de quebradeiras de Petrolina no sentido de manterem a existência de suas práticas tradicionais. Elas constroem um discurso identitário em nome de um tempo de abundância diante de um presente repleto de problemas novos. As memórias buscadas ganham força num tempo cronológico, nos primórdios da formação da comunidade, da mesma maneira, ganham consistência no tempo vivido, representado por uma vida diferente e, em muitos aspectos, melhor.

É interessante perceber que algumas construções identitárias ocorrem de forma inconsciente e de forma "política", ao mesmo tempo. Ao se referir ao termo "política", este trabalho refere-se a um discurso intencional em relação a determinadas posturas discursivas, ainda que haja o reconhecimento de que tal versão sobre os fatos possa não ser completamente verdadeira.

Talvez a parte mais difícil seja identificar essas fronteiras de determinados discursos em relação a uma postura intencional ou não de algumas pessoas ou grupos. Por outro lado, mais importante que perceber os níveis de intencionalidade em relação a esses discursos é reconhecer que, em um processo de construção de identidades, especialmente coletivas, há

vários tipos de manifestações de ordem consciente ou não que possam servir de base para representações do grupo social.

Na experiência de Petrolina, percebe-se a ênfase dada a um determinado aspecto da história da comunidade. A formação desta povoação acontece com a presença de famílias que trabalhavam na produção agrícola familiar e na quebra do coco babaçu. Todavia, nota-se que na exposição de alguns relatos de moradores antigos, a identidade do lugar é associada, em primeiro plano, ao extrativismo e, em seguida, à agricultura.

> Isso aqui foi feito por quebradores de coco, era um moço por nome Puruquero[48], ele se acampava para quebrar coco. A dona Maria também é uma das que vinha se acampar, passava de quinze dias quebrando coco aqui. Ela morava na Lagoa Verde[49], tinha uns barracão grande, os homens ficavam brocando[50] e as mulheres ficavam quebrando coco. Aí elas passavam de semana aqui, aí voltavam pra Lagoa Verde (NASCIMENTO, entrevista, 2008).

Nos relatos desses moradores mais antigos, percebe-se essa forte identificação também em relação à liberdade das terras para a agricultura, que tornava o lugar bom. Isto é percebido na atração de muitas famílias de diversas outras localidades do nordeste e do próprio estado do Maranhão para uma vida melhor em Petrolina.

---

48 Nenhuma das pessoas entrevistadas soube dizer qual o verdadeiro nome desse suposto morador do povoado, da mesma forma que em conversas informais outras pessoas também não têm essa informação. O que se sabe dele é apenas essa informação, de que ele foi o fundador do povoado. O fato de Petrolina ter levando inicialmente seu nome, pode ser um indicativo de que sua atuação na região adquiriu, ao longo do tempo, mais peso na memória coletiva dessa comunidade. Segundo esse entrevistado, há outras localidades que levaram seu nome, "porque a vida dele era essa, de quebrar coco, explorar o babaçu".

49 Lagoa Verde, atualmente é um bairro de Imperatriz, distante quinze quilômetros. Levando em conta que Petrolina está distante quase cinquenta quilômetros da parte urbana da cidade, esse perímetro alarga-se consideravelmente, especialmente para os padrões de distância daquela época. Pode-se dizer que as pessoas vinham de longe em busca de terra para a agricultura e extrativismo nesse povoado.

50 Brocar é o primeiro estágio de preparo do terreno para se fazer a roça. Nos moldes tradicionais da região, essa fase consiste em derrubar a mata primária ou secundária (capoeira), para ser queimada; após isso, faz-se o plantio, que vem seguido de uma capina ou mais, dependendo do local e, por último, a colheita.

> Era bom porque tinha muito babaçu pra gente quebrar, tinha muito mato pra gente botar roça, pra gente plantar o arroz, o milho, o feijão, a batata, a batata nossa, que é a macaxeira. A gente tinha muita, nós só fazia ranchin[51] bom, quando nós acabava de colher a roça, eu já tirava arroz pra cuscuz... aquela mandioca, botava pra porco comer, tirava pra farinha, tapioca, puba, batata, meu filho, arrancava cargas e cargas e botava aí no chão, batata, inhame, macaxeira. Foi muitos anos de fartura [...] (SOUSA, entrevista, 2008).

Nessa pequena memória coletiva, percebe-se uma forte idéia de que no início as coisas eram fartas e a vida, melhor do que hoje em dia, em diversos aspectos. Tanto no do extrativismo quanto em relação à lavoura, a percepção de muitas mulheres aponta para um tempo melhor no passado.

O acesso aos babaçuais livres permitia, por si só, a sobrevivência por meio do fruto. Segundo dona Raimundo da Silva Sousa, seu marido[52], em um fim de semana de quebra de coco, poderia garantir o suprimento da família por uma semana inteira.

> Menino! Ele não gostava de dá diária pra ninguém. Sexta e sábado ele ia pro mato, ele saía na base de seis horas, de cinco pra seis ele tava levantando, aí ele pegava uma farinha, botava dentro dum saco, com um pedaço de rapadura... menino, quando ele chegava em casa, era na base de dezesseis quilos de coco. [...] Dezesseis quilos! Aí, sexta e sábado, ele quebrava coco que dava de fazer o rancho da semana, café, açúcar... o óleo eu tirava do babaçu, o sabão também eu tirava do babaçu. Ele era bom de coco, ele nunca gostou de dá diária pra ninguém. (Idem).

Talvez o símbolo mais importante dessa memória para algumas pessoas em Petrolina esteja materializado numa feira local. Apesar de algumas variações quanto a seu período de existência por parte de alguns moradores, estima-se que foi criada no começo dos

---

51 Rancho ou ranchinho (ranchin), seu diminutivo, designa no vocabulário regional também a alimentação de uma família ou pessoa. Essa expressão vai além de um almoço ou jantar e abarca o conjunto ou o hábito alimentar, o que se come normalmente e não eventualmente.

52 É bastante incomum encontrar homens que quebram coco, principalmente na quantidade indicada por dona Raimunda. O mais comum é encontrar o homem dedicado à agricultura e a mulher ao extrativismo, como atividades que se complementam.

anos 1960 e encerrou-se na primeira medade da década de 1980. Ela está associada aos melhores tempos do povoado, em que havia produção para a sobrevivência e para a venda. A grande feira livre no povoado atraía pessoas de outros municípios, vários subprodutos do babaçu poderiam ser encontrados lá, do artesanato a remédios alternativos; da roça encontrava-se farinha, feijão, milho e uma variedade de outros produtos alimentícios. Encontrava-se de tudo, afirma dona Raimunda da Silva Sousa (Ibidem), uma das moradoras mais antigas do povoado.

Raimunda Maria, presidente da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina em 2008, lembra dessa feira, quando chegou ao povoado, ainda criança, com cerca de nove anos de idade. Em sua lembrança era um lugar movimentado, de muitas pessoas que vinham de vários lugares para comprar, vender ou apenas passear pelo local. "[...] no dia que eu cheguei aqui, eu me perdi, dentro da Petrolina, mais a outra, minha irmã. A gente se perdeu aqui porque era muito grande [...]".

O período de decadência dessa feira marca, na memória das quebradeiras de coco, o decaimento do próprio povoado. Esse período coincide com a intensificação da concentração fundiária no local. Tal concentração das terras atingiu diretamente a produção de alimentos e afetou a qualidade de vida de muitas pessoas. O fim da feira de Petrolina respondeu a esse contexto da falta de terra e a forma de explicação encontrada pelos moradores é basicamente a de que ela acabou e o lugar tornou-se pior para viver.

"Quando eu cheguei aqui em Petrolina, acho que aqui era um lugar que ninguém não via essas pontas de mato, era tudo topado de casa [...]. E uma feira, mas isso era uma feira que era um lugar quente. Acabou-se de uma vez" (VIEIRA, entrevista, 2008).

> O pessoal foi indo embora, o lugar ficou atrasado, sabe? Foi atrasando, atrasando, as lavouras... foi acabando as matas pros homens trabalhar, viu? Aí o pessoal disse: não, eu vou me embora, eu vou pro Pará, vou pra alí, vou pra acolá, vou procurar emprego; aí foi se acabando, se acabando até... que hoje tá a situação do jeito que tá, não tem mais feira (SILVA, entrevista, 2008).

Essa feira significa algo que se perdeu na história do povoado, mas ainda se pode recuperar parte desse momento de glória que foi a comunidade em seus momentos de abundância de babaçu e terra para a agricultura. Uma forma de conseguir isso, para muitas quebradeiras, é por meio de uma Associação fundada por elas no final dos anos 1990, por meio de um espaço de discussão e luta coletivos.

Na perspectiva desses dois tempos, representados pelo antes e pelo agora, o tempo histórico, para elas, praticamente não apresenta substancialidade, elas constroem seus significados e suas ações com base em outros referenciais. A conquista de credibilidade no interior da comunidade é fundamental para a existência de seus esforços. O testemunho dessas mulheres se organiza na descrição de um tempo no qual se vivia de forma comunitária, em harmonia com a floresta, e se adquiria quase tudo da terra, sem grandes impecílios.

3.3 A criação da Celmar e o agravamento dos problemas sociais

A empresa Celmar é o contato mais direto entre o Projeto Grande Carajás e a região. Com base no que já se indicou no capítulo primeiro deste trabalho, o PGC abarcou diversos subprojetos que foram além da extração do minério em si. Tais projetos favoreceram-se do suporte material montado para o projeto de extração mineral.

Em 1971 nasceu um grande projeto florestal criado pelo Governo Federal, com o propósito, entre outras coisas, de instalar fábricas de celulose na região. Para isso foi estimulado o plantio de pinheiro e eucalipto em larga escala, atingindo quantidades superiores a 500 mil hectares de reflorestamento. Apesar dos incentivos fiscais estimados em quase 200 milhões de dólares, o destino desse gigantesco plantio teve outra finalidade: a maior parte desses milhares de hectares foram designados para a produção de carvão industrial. Na região de Imperatriz, o exemplo disso foi o caso da Celmar S.A indústria de celulose e papel[53], que passou a dedicar-se apenas ao negócio da plantação de eucalipto para carvão industrial.

[53] No final da década de 1990 a empresa passou a chamar-se apenas Celmar, a partir de 2003, seu nome mudou para Ferro Gusa Carajás S.A e, em 2008, a empresa foi vendida para a empresa Suzano Papel e Celulose.

Com a criação do Projeto Polos Florestais em 1989 pelo governo Collor, surgiram outros polos na região de Imperatriz, a saber, o polo guseiro, madeireiro e agropecuário, com destaque para grandes plantações de eucalipto na região. Inicialmente, previu-se o plantio de aproximadamente 30 mil hectares de eucaliptos para atender às demandas previstas; posteriormente esse número elevou-se.

A Celmar, chegou à cidade de Imperatriz em 1992 com um projeto "novo" de plantio de eucalipto na região.[54] Esta cidade está situada na micro-região de mesmo nome, que por sua vez faz fronteira com o estado do Tocantins, formando uma região maior, a região tocantina.

Microrregião de Imperatriz, Uma das 21 do estado do Maranhão. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/ma/microregiao_detalhe.php?micro=9>. Acesso em: 04 ago. 2008.

Essa iniciativa econômica, que teve o reflorestamento como principal objetivo, foi elaborada no início da década de 1970, quando o Governo Médici patrocinou o gigantesco plantio de eucalipto e pinheiro com o propósito de atrair fábricas de celulose para a região

54 A Celmar adquiriu milhares de hectares de terras para o plantio de eucalipto destinado à produção de celulose na micro-região (informalmente, apenas região) de Imperatriz. Entretanto, em meados da década de 1990, a empresa foi vendida, mudando seu projeto inicial. Ao tornar-se Ferro Gusa Carajás, focou na produção do carvão vegetal para fins siderúrgicos e quando foi vendida para Suzano Papel e Celulose, retomou o propósito inicial do projeto de celulose.

Amazônica. O governo concedeu dezenas de milhões de dólares em incentivos fiscais às empresas, embora elas nunca tenham sido montadas. Em meados da década de 1980, os plantios foram remanejados para a produção de carvão para atender às necessidades da produção industrial do ferro-gusa situada na área do PGC.

Na microrregião de Imperatriz, a produção do carvão marca fortemente a economia e as relações sociais, especialmente em nível tradicional ou familiar. Uma das principais motivações para esse crescimento está no fato de a cidade de Açailândia, em meados da década de 1990, ter uma produção de ferro-gusa que se estruturou a um preço equivalente à metade do valor da mesma produção no estado de Minas Gerais. Isso é um elemento importante para se perceber a intensidade da produção regional dessa matéria-prima e suas consequências para os diversos grupos sociais.

A partir disso, novas plantações de eucalipto surgiram e significativas quantidades de florestas nativas passaram, mais intensivamente, a ser queimadas para atender às necessidades das indústrias de ferro-gusa, especialmente de Açailândia.

Na região tocantina,[55] as empresas de ferro-gusa recorrem a três formas básicas de aquisição do carvão para o aquecimento de seus fornos: aproveitando os resíduos de serrarias; extração do carvão das matas primárias e secundárias; e extração da matéria-prima de suas plantações de eucaliptos. Em Açailândia, as siderúrgicas contam com grande quantidade de carvão de serrarias, tendo em vista que essa região, juntamente com o estado do Pará, próximo à fronteira com o Maranhão, possui um elevado número de serrarias, que marca a economia da região.

Os governos, desde cedo, demonstraram-se interessados em trazer empresas de celulose para a Amazônia oriental, ainda que esse empreendimento, quando implantado sem um rigoroso acompanhamento ambiental, seja altamente prejudicial ao meio ambiente, pois libera grandes quantidades de resíduos industriais na natureza e provoca graves danos ao meio

---

55 A região tocantina é uma área que abrange parte dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, na fronteira dos três estados, com a influência do rio Tocantins. Mesmo Imperatriz sendo o principal município da micro-região que leva seu nome, as pessoas no cotidiano, pesquisadores, políticos, dentre outras categorias, na maioria das vezes, preferem utilizar, por uma questão de identidade, a definição de região tocantina para localizar o município de Imperatriz e os vários outros próximos.

ambiente e ao homem, pelo uso, em grande quantidade, de agrotóxicos. Sem mencionar as perdas na fauna e na flora, pela predominância da monocultura do eucalipto.

A partir do final dos anos 1980, com a criação do Programa Polos Florestais, objetivou-se realizar um zoneamento ecológico para o reflorestamento da área localizada à margem da Estrada de Ferro Carajás. Nesse zoneamento, já se identificavam algumas áreas propícias ao plantio do eucalipto.

A Celmar surge num contexto bastante favorável à sua implantação na região tocantina, favorecida com infra-estrutura, capital financeiro, capital político e social, disponibilidade de mão-de-obra, entre outros fatores, além da relativa facilidade para a quisição de um alto índice de concentração fundiária.

> A CELMAR encontra, portanto, na região tocantina o cenário ideal à sua definitiva implantação: [...] existência de extensas áreas degradadas, adequadas à implantação do reflorestamento com eucalipto; pesquisas florestais com eucalipto na região, realizada pela CVRD [...]; abundância de água (Rio Tocantins); de energia (hidrelétrica de Tucuruí, no Pará); disponibilidade de mão-de-obra barata; de serviços; transportes rodoviários e ferroviários. (CONCEIÇÃO, 1995, p. 144).

Essa empresa foi composta por um grupo de empresários brasileiros e estrangeiros, com a participação de três sócios: Risipar S.A, com 55% das ações; a CVRD, com 30% e uma empresa japonesa chamada Nissho Iwai Corporation, com 15% do capital financeiro. Meses depois, no final do ano, alguns fatos mudaram a composição da Celmar, quando a Vale do Rio Doce passou a deter 42,5% do investimento total no setor de celulose e a maior acionista, a Risipar, cai de 55% das ações para também 42,5%, enquanto a Iwai Corporation permaneceu com seu percentual inicial (Idem, p. 137).

Essas mudanças significaram uma redução nos investimentos do empreendimento Celmar. Um exemplo disso se deu com a redução do plantio de eucalipto de 80 mil hectares para 65 mil hectares, previsto para o segundo ano posterior à sua criação. O valor conjeturado para investimento foi de quase um bilhão de dólares, a serem empregados num prazo de nove anos. 60% desse investimento viriam de empréstimos a instituições financeiras estrangeiras, em sua maior parte, e nacionais (Ibidem).

Em terras para o plantio de eucalipto a empresa comprou, de fazendeiros e donos de pequenas propriedades, mais de 365 mil hectares. Alguns proprietários venderam pelo interesse no capital para investimento em outros setores; outra parte dos pequenos proprietários se sentiu pressionada a vender, uma vez que suas áreas estavam cercadas por florestas de eucaliptos. Sem fauna, sem flora e sem vizinhos, a vida sociocultural desse pequeno proprietário tornou-se mais difícil, entre outras razões, pela falta de convívio social e a troca de experiências culturais com outras famílias.

Na região de Imperatriz, sem dúvida, um dos fatores que mais tem contribuído para marcar socioeconomicamente o lugar, são as plantações de eucalipto. Ainda que a fábrica de celulose prevista pela Celmar nunca tenha se concretizado, ela contribuiu para alterar, em parte, a fisionomia social desse local, por meio da concentração de terras e danos ambientais.

Tudo caminhava para a consolidação da Celmar na região, pois além da superação das dificuldades jurídicas, políticas, materiais e econômicas, havia um aparente interesse dos grupos empresariais envolvidos. Mesmo assim, no ano de 1997, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, foi-se alterado o percurso de investimentos por meio de redefinições operacionais. Quando o nome da empresa mudou para Ferro Gusa Carajás, mudou também sua postura, no sentido de manter, prioritariamente, as plantações de eucalipto e a compra do carvão para atender às siderúrgicas do Projeto Carajás.

Essa empresa, desde sua chegada à região, enfrentou a oposição de parte da sociedade civil organizada, que já conhecia outros projetos de plantios de eucaliptos em outras regiões do país, tanto para celulose, como para a produção de matéria-prima energética. Entre as principais entidades que se contrapõem à Celmar, depois Ferro Gusa, destacaram-se o MIQCB, o CENTRU, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade[56], antigo Centro Nacional das Populações Tradicionais - CNPT, ligado ao IBAMA e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz - STTR.

---

56 Segundo Euvaldo Pereira da Silva (Entrevista, 2008) o Instituto Chico Mendes nasceu com a prioridade de trabalhar com as Unidades de Conservação de uso sustentável. Portanto, um pouco diferente dos trabalhos com as populações tradicionais, como era a função do CNPT.

Quando da iminência da implantação da fábrica de celulose, essas entidades, juntamente com outras, organizaram protestos, discussões e contrapontos no sentido de inibir sua instalação na região. Para essas organizações, os prejuízos seriam maiores que os supostos benefícios para a região, especialmente com a criação dos empregos, tão escassos.

De fato, a instalação da fábrica de celulose, prevista para ser implantada no município de Cidelândia, não aconteceu. De um ponto de vista mais imediato, pode-se aferir que fatores internos tiveram contribuição importante e, talvez, até decisiva. Nessa proposição, fatores internos significam ações da organização estrutural da própria empresa, sem grandes relações com elementos fora do campo empresarial.

Na percepção do chefe da Reserva Extrativista de Ciriaco, Euvaldo Pereira da Silva, a mobilização popular, organizada por entidades classistas, teve peso significativo para a não instalação da fábrica de celulose, porque muitas pessoas já estavam informadas dos danos ambientais que o empreendimento provocaria. Segundo ele, a própria empresa admitia que iria jogar todos os resíduos industriais no Rio Tocantins e isso contribuiu para a rejeição de parte das populações locais e, em especial, das organizações que já conheciam os efeitos negativos de uma fábrica de celulose para o meio ambiente. "No processo de iniciação do projeto na região, houve muitos protestos da sociedade civil e eu acho que... não tenho certeza, mas eu acho que eles não montaram essa fábrica, com medo dos protestos" (SILVA c, entrevista, 2008).

Maria Denise Barbosa Leal, assessora do CENTRU, tem uma visão diferente no que se refere a essas conjecturas do chefe da Reserva do Ciriaco. Embora ela reconheça a importância da participação popular pensa que, nesse caso da implantação do empreendimento de celulose, as manifestações não tiveram esse poder mobilizador, naquele momento, para inibir o funcionamento da empresa. As inquietações populares não provocaram grandes desconfortos; o que ocasionou tais mudanças no percurso do empreendimento, tem origem no próprio interesse financeiro desse grupo, organizado para a suposta produção da celulose. "Eles desistiram porque em seus estudos, eles não encontraram viabilidade e talvez não fosse o local ideal mesmo. O ponto principal deles não é a celulose, é o ferro-gusa" (LEAL, entrevista, 2008).

A opinião do Sindicato Rural de Imperatriz, na pessoa de Josimar Barros Pereira, Presidente da entidade, é semelhante à apresentada por Denise, como é conhecida. Mas coloca novo elemento para tentar explicar a atuação da empresa na região. Para ele, já havia um projeto, a priori, em relação à produção do carvão vegetal para alimentar as siderúrgicas da região e a implantação da fábrica, com a promessa de geração de dez mil empregos, serviu de armadilha para convencer as populações locais.

Nessa perspectiva, os protestos não tiveram peso significativo para inibir a realização do projeto celulose, mesmo porque instituições importantes, como a Igreja Católica, apoiaram os empresários e contribuíram para o convencimento da população dos benefícios do projeto. "A intenção era plantar eucalipto para plantar carvão [...] foi só isso que eles fizeram, colocaram dez mil empregos para enganar a população e aí, muita gente se acomodou na época. Até a Igreja apoiou, na época" (PEREIRA, entrevista, 2008).

Outra posição, que pode ser considerada a mais crítica em relação à empresa Celmar, vem de Maria da Consolação, a Consola, uma das coordenadoras do MIQCB. Ela afirma também a intenção da empresa em conquistar a opinião pública regional com a promessa de muitos empregos. Nesse caso, a força das organizações populares da região, nesse momento histórico, foi limitada por fatores de outra natureza.

> Porque eles só prometeram pra enganar os trabalhadores. Nos assentamentos de Cidelândia, nas comunidades que ficam perto dos assentamentos, eles começaram a empregar trabalhadores, no tempo do broque, aí depois que passava o tempo, eles ficavam desempregados. Nessa, ficou desempregado, desempregando companheiros que, hoje, na região, nós não tem mais produção de arroz. Porque se embelezaram com os empregos da fábrica. Então, não foi os movimentos, que fez (Consolação, entrevista, 2008).

De alguma maneira, todas essas pessoas e entidades citadas têm um pensamento comum, em relação à empresa e suas práticas conjuntas demonstram isso, no decorrer do tempo. Cada entidade agrega um grupo específico de necessidades e ações que, no todo, comungam de ideais semelhantes, em relação aos fins.

No entanto, há diferenças pontuais nas falas em relação à presença da Celmar na região, com o projeto celulose e, depois, a Ferro Gusa, com a produção do carvão para a indústria. Mas, quando pontua os danos negativos para a região, a maioria dessas entidades ligadas aos movimentos sociais entendem que tanto o carvão, quanto a celulose, da forma que surgem na região, apresentam mais pontos negativos que positivos.

Nesse aspecto, a percepção dos maiores problemas provocados pela empresa são mais comuns. Percebe-se isso quando Euvaldo aponta para dois problemas fundamentais existentes na região: "um dos maiores pontos negativos que eu vejo é o êxodo rural, muita gente vendeu suas propriedades. Mas eu acho que acima desse aí, tá a questão ambiental, a questão ambiental foi um absurdo" (SILVA c, entrevista, 2008).

Para acrescentar, aponta a realidade fundiária da região, ao afirmar que em Vila Nova dos Martírios, no município de Cidelândia, só há um assentamento, enquanto todo o restante das terras estão concentradas com o eucalipto ou nas mãos de fazendeiros. "Aí, aquele pobre da agricultura familiar, tão tudo passando fome na cidade" (Idem).

Do ponto de vista ambiental, a produção da monocultura do eucalipto e sua significativa utilização de produtos químicos, contribui para um quadro negativo, especialmente em se tratando de prejuízos às florestas nativas e os animais que nelas habitam.

Uma possível saída para problemas como esse, na opinião do chefe da reserva, seria a implantação de uma reserva extrativista na Estrada do Arroz. Segundo ele, chegaram a iniciar uma discussão entre organizações, especialmente as que envolviam, direta ou indiretamente, quebradeiras de coco. Essas discussões não perduraram por muito tempo, uma vez que o medo da violência por parte de donos de terra inibiu o projeto.

Um dos principais fatores de desmotivação para as quebradeiras de coco em continuar a discussão sobre a Reserva Extrativista da Estrada do Arroz, na opinião de Euvaldo, encontrou-se na postura dos maridos de muitas quebradeiras, pelo menos alguns deles tiveram esse papel inibidor, ao temer represálias de fazendeiros locais.

É corrente alguns esposos de quebradeiras de coco representarem impecílio, ao se mostrarem contra a participação de mulheres em associações e muitas vezes até proibirem sua

participação. Para muitas lideranças femininas, os maiores desafios a enfrentar ainda estão na própria casa. Desde o início das organizações femininas em torno do babaçu, em especial, esses problemas são comuns. Apesar disso, muitos avanços ocorreram em relação à aceitação das mulheres em sindicatos, associações ou cooperativas.

Para retomar o problema dos impactos negativos da Celmar, Denise aponta problemas semelhantes aos indicados por Euvaldo, ao mencionar a monocultura do eucalipto e suas consequências socioambientais, da mesma maneira que enfocou o declínio da agricultura familiar. "Lá eles enganaram o pessoal, compraram as terras por um preço razoável, na época, mas ficou um exército de gente que não tem terra. Em Cidelândia e na Estrada do Arroz todinha, ninguém tem terra. Eles aprofundaram a miséria no campo" (LEAL, entrevista, 2008).

Mais uma vez, percebe-se a ênfase dada na relação entre a Celmar/Ferro Gusa e a concentração da terra e os problemas ambientais decorrentes da monocultura. Para Denise, esse sistema de cultivo florestal dizimou a agricultura familiar na região e isso constitui um dos maiores problemas que o CENTRU tem que enfrentar em sua luta pelo acesso à terra e melhores condições de vida no campo.

Não seria muito diferente a posição do sindicato rural, uma vez que suas linhas de atuação carregam, de maneira geral, os mesmos princípios sociais e políticos das outras entidades, suas parceiras. Nesse sentido, a concentração fundiária e suas consequências socioeconômicas são o ponto que recebe as maiores críticas em relação ao projeto de celulose que se tornou o projeto de carvão.

> Eu te dou logo um de cara: uns dos negativos, que é um absurdo aqui, na região, você vê um mundo de terra daqueles, totalmente ocupado por eucalipto, meio mundo de trabalhador e trabalhadora sem um pedaço de terra pra trabalhar. A questão da terra é um dos pontos mais negativos, que a gente observa hoje. Eles hoje tem um mundo de terra ali e um mundo de gente no entorno daquela terra que nem pássaro sobrevive ali naqueles eucaliptos, além dos agrotoxos e tudo enquanto naquela região ali. Então, o ponto negativo, principal que eu vejo é a questão da terra, porque eles concentram um mundo de terra e deixam meio mundo de gente fora (PEREIRA, entrevista, 2008).

Para complementar o conjunto de críticas, pode-se acrescentar a visão do MIQCB, representada por Consola. Como não poderia deixar de ser, as críticas caminham no sentido das outras, apresentadas anteriormente, vez que a linha de atuação do movimento das quebradeiras de coco, desde sua origem, carrega a bandeira do acesso à terra.

Com base nesses princípios, uma das coordenadoras do MIQCB resume os maiores danos sociais para as populações regionais em decorrência da atuação da empresa celulose/carvão. Quando indagada sobre qual o maior problema da presença da empresa, é categórica: "a devastação. O veneno poluiu nossas matas, nossas águas, nosso peixe. Aqueles venenos que ele colocam naqueles eucaliptos, não fica nem uma formiga, nem um passarinho assenta naquele eucalipto" (CONSOLAÇÃO, entrevista, 2008).

De maneira geral, essa é a forma como a empresa é vista por muitas organizações da sociedade civil, de caráter popular. Exatamente por conta dessa visão negativa em relação à sua atuação na região, desde cedo houve debates, seminários, mobilizações, de parte desses movimentos, para a proposição de um projeto alternativo, que leve em conta a agricultura familiar e a preservação ambiental.

Em outra esfera de organização, pode-se avaliar os danos negativos da Ferro Gusa, bem como a opinião de pessoas em relação à sua atuação na região. Refere-se aqui ao caso de moradores do povoado de Petrolina que sentiram as mudanças em relação ao acesso à terra, após a compra de grandes áreas por essa empresa.

Ainda que parte dessas impressões negativas faça parte de um discurso aprendido nas relações com entidades opositoras, não há dúvida de que após a aquisição dos milhares de hectares de terras na região, especialmente nas proximidades da Estrada do Arroz, a dificuldade no contato com a floresta intensificou-se consideravelmente, de maneira que muitas pessoas sentiram tais transformações negativas na vida cotidiana.

O problema fundiário iniciado na Estrada do Arroz por volta da década de 1970 e intensificado durante a década seguinte, ganhou um novo reforço com a presença da Ferro Gusa Carajás. Além do mais, acrescentou outro elemento ao conjunto de problemas sociais desse povoado: o carvão vegetal.

Uma quebradeira da Estrada do Arroz faz a comparação entre um tempo em que o acesso à terra era mais fácil e um outro em que tal realidade subverte-se. Essa mudança de tempo e de realizações é apresentada, em um plano considerável, pela chegada da Celmar na região.

> [...] Foi muitos anos de fartura, aí depois, pegou o povo vender as terras pros fazendeiros, foi diminuindo a fartura, diminuindo, até que agora a Celmar tomou de conta, comprou tudo, os fazendeiros vendeu tudo. Alguns fazendeiros tinha terra, aí a gente arrendava, pra fazer as roças, mas depois que a Celmar tomou de conta... ainda teve um tempo que deram uns matos pra botar roça[57]... aí depois mudaram pra esse negócio de eucalipto, acabou tudo. Agora, essas mulher ainda tão quebrando coco aí, por causa dessa Associação. Mas aí a vida aqui agora é carvão. Essa estrada era Estrada do Arroz, agora é Estrada do Carvão (risos). É como eu gosto de dizer: Estrada do Carvão. Era muita fartura (P.A[58], entrevista, 2008).

Na comunidade de Petrolina, em especial, décadas de problemas diversos, na esfera socioeconômica, culminam com a chegada dessa "nova" atividade econômica. A atividade de produção de carvão para fins industriais, pela primeira vez, na história do povoado, ameaça a atividade tradicional do extrativismo. Em tempos de maiores restrições em relação às florestas de babaçu, esse fruto começou a ser disputado entre quebradeiras de coco e produtores de carvão.

Um dos maiores problemas nesse conflito, para as trabalhadoras extrativistas, é que enquanto o extrativismo tradicional tende a diminuir, à medida em que o tempo passa, a nova atividade cresce, talvez, na mesma proporção. Em meio a esse antagonismo, surgirá a Associação das Quebradeiras de Coco de Petrolina, para tentar dar uma resposta positiva ao extrativismo tradicional do babaçu.

---

57 Da mesma maneira que a empresa cedeu a reserva legal para que as quebradeiras de coco explorassem, por meio da Associação, em carater sustentável, como possível forma de melhorar sua imagem social na região, também cedeu, em alguns pontos da Estrada do Arroz, áreas para que agricultores, em caráter associativo, fizessem roças. Essas áreas são mais voláteis, de maneira que são ora cedidas, ora não.

58 Em consequências de alguns problemas que pessoas enfrentaram após citarem o nome da empresa em entrevistas, neste trabalho a opção será preservar o anonimato de algumas falas. As iniciais P.A usadas aqui significam pessoa anônima, que pode ser qualquer uma das pessoas entrevistadas aqui. Com isso, espera-se evitar constrangimentos ou transtornos.

3.4 A trajetória de algumas quebradeiras

Antes de se iniciar o assunto da fundação da Associação por um grupo de mulheres de Petrolina, faz-se necessário fazer um percurso, ainda que abreviado, na trajetória de vida de algumas mulheres que participaram dos primeiros momentos da entidade fundada por elas e de outras, com participação posterior.

Essa sintética exposição biográfica de algumas quebradeiras, de maneira alguma visa uma apresentação por si mesma das pessoas em evidência, ainda que se reconheça que isso não seria, nesse específico caso, um aspecto negativo. Para os objetivos deste trabalho, uma explanação dessas trajetórias pessoais visa contribuir para o entendimento do perfil das ações desse grupo de mulheres, ao longo de dez anos. Necessariamente, a compreensão de algumas características pessoais conduz a um entendimento, ainda que parcial, da própria entidade gerida por elas.

Aqui não se faz uma problematização dessas biografias. No momento em que este trabalho esquiva-se de fazer tal problematização sobre o gênero biográfico, não é por outro motivo, senão pelo fato de reconhecer, a priori, que nenhuma trajetória é retilínea (BOURDIEU, 1996). Além disso, reconhece-se a existência das inevitáveis e, talvez, necessárias, reconfigurações discursivas para atender determinadas perspectivas do presente, mesmo que para isso se tenha que "fabricar" outra história, ou seja, uma versão amplamente diferente daquela vivida e sentida em seu tempo original. Contudo, independente dessas questões, o mais importante, nesse caso, é encontrar pistas para maior compreensão sobre esse grupo de mulheres.

Pode-se afirmar que há uma característica comum entre a maioria das quebradeiras de coco associadas do povoado. O perfil atual compreende, em sua maioria, mulheres de idade entre quarenta e cinco anos a sessenta e cinco anos ou mais.

Percebe-se que muitas que não chegaram no povoado por meio de constantes migrações são descendentes desses migrantes que vieram de outras partes do Maranhão e de outros estados. Desde as primeiras décadas do século XX, fugindo de secas, conflitos sociais,

da miséria ou outros fatores, foram refugiar-se na terra das palmeiras em busca de uma vida melhor. Muitos desses locais maranhenses pioraram, para muitas famílias, o que ocasionou novas migrações e Petrolina tornou-se um lugar de acolhida.

A vida árdua marca a trajetória da maioria dessas mulheres. Mesmo após encontrar melhores condições de vida em Petrolina ou em outros lugares, essa característica primordial não se alterou substancialmente. Portanto, o trabalho rijo, a luta diária por uma vida e um mundo melhores, sempre integraram a vida de muitas mulheres.

Parte significativa delas não frequentou a escola e quando o fizeram, poucas foram muito além do aprendizado da leitura. Numa época em que aprender a ler, na concepção de muitos pais, era sinônimo de mandar carta para namorado, boa parte dessas quebradeiras são analfabetas.

> Eu não estudei nada, sou analfabeta. Naquele tempo, pai de família não aceitava filha ir pro colégio, só os homens, porque diz que mulher, não dava certo: só escrevia pra homem. Era no tempo do carrancismo, ninguém soube nada de leitura naqueles tempos, é poucas pessoas aí que sabe (VIEIRA, entrevista, 2008).

Nesse sentido, boa parte do aprendizado dessas mulheres não pertence à esfera da instituição escolar, mas do conjunto de uma tradição repassada de geração a geração. Esses valores que são repassados de pai para filho e de mãe para filha, são de grande importância para a maioria dessas mulheres.

Ao começar pela primeira integrante, apresenta-se Terezinha Sousa Cruz, tesoureira da Associação, em 2008. Foi a primeira presidente da entidade, posteriormente ocupando novamente o cargo.

Terezinha Sousa Cruz ou apenas dona Terezinha, carrega todos esses elementos culturais, que constituem o conjunto de valores que regem, em boa medida, sua visão do mundo. Mas, além disso, foi um pouco adiante, ao frequentar a escola até concluir o ensino médio. Ainda que para as gerações mais recentes de quebradeiras de coco isso aconteça com frequência maior, o caso de dona Terezinha constitui uma exceção. Apesar disso, nunca deixou de se identificar nem de exercer, cotidianamente, a tarefa de quebradeira de coco.

Seu contato com a educação formal favoreceu-lhe no sentido de buscar novos aprendizados sobre o mundo. Desde os primeiros anos de participação associativa formal, teve contato com outras organizações, outras discussões e outros projetos, a exemplo do MIQCB e do CENTRU, entidades que têm projetos de formação técnica, educacional, política, dentre outras, por trabalharem, também, na perspectiva mediata das realizações. As novas experiências de participação política, por meio dessas entidades, proporcionaram-lhe ganhos importantes, que provavelmente perdurarão por toda a sua vida.

> Eu aprendi muita coisa. A primeira coisa que eu aprendi, que eu achei muito importante foi lidar com pessoas, aprendi a valorizar mais o meio ambiente, valorizar mais as coisas, dar valor as coisas que a gente tem. Porque às vezes a gente tem muita riqueza aqui e não sabe dar valor e vai buscar fora (CRUZ c, entrevista, 2008).

Dona Terezinha chegou no povoado em 1963, nos primeiros anos de vida, aprendeu a quebrar coco aos dez anos de idade. Aos dezessete casou-se e passou quinze anos fora de Petrolina, em uma localidade próxima. Ao retornar, nunca mais saiu e diz não ter essa pretensão, apesar das dificuldades que há no povoado.

O que aprendeu sobre o mundo por meio das tradições familiares e por meio dos meios formais, permite-lhe acreditar que pode contribuir para tornar melhor a realidade do povoado em que vive. Essa foi uma das motivações iniciais e é essa a motivação do presente: consolidar um grupo capaz de apresentar alternativas de sobrevivência em tempos difíceis.

Antônia Lopes da Silva, chegou ao povoado em julho de 1979 e como a maioria das pessoas que surgiram em Petrolina naquela época, estava em busca de melhores condições de sobrevivência.

Antes de chegar em Petrolina, morou em Caxias e no município de Presidente Dutra, ambos no Maranhão. Antes de chegar à nova terra em 1979, já exercia a atividade de quebradeira de coco naquelas regiões, que são ricas nessa palmeira. “Haaa! Eu comecei a quebrar coco nascendo os dentes”. Criada sem pai e sem irmãos, começou o trabalho cedo para ajudar a mãe a ter uma vida melhor (Idem).

É uma das integrantes recentes da Associação, nunca tinha participado de atividades como essa, até conhecer melhor o grupo e querer contribuir. "[...] aí eu fui pra reunião. Quando eu fui assistir a reunião, aí eu gostei, aí botei logo o nome [...]" (Ibidem). Dona Toinha, como é conhecida no povoado, é uma pessoa de vida e sonhos simples, mas que ainda tem esperança de ver as coisas melhorarem no lugar onde mora.

Francisca Maria Vieira ou simplesmente, dona Francisca, chegou em Petrolina nos primeiros anos da década de 1970 e como parte de suas colegas, tentou outros lugares antes de chegar no local que mora atualmente. "Eu fui nascida e criada em Buriti Bravo, no Maranhão e aí vim embora pro São José do Basílio; morei lá doze anos, aí com doze anos que eu morava pra lá, eu vim me embora pra cá" (Entrevista, 2008).

Também veio de regiões em que havia coco babaçu em abundância: "é onde eu nasci e me criei na força do coco". Ainda nos dias atuais, sempre que é possível, dentro de suas limitações físicas, faz uso do babaçu e seus subprodutos, na sua vida cotidiana.

Pouco frequentou a escola, casou-se aos dezesseis anos de idade e dedicou a vida inteira ao trabalho na roça e na quebra do coco. Apesar de não ter mais a mesma saúde de antes, ainda tem certo apreço por essa vida. "Eu gosto, a cegueira de roça só acaba quando eu morrer, enquanto eu ser viva, não acaba" (Idem).

Essa cegueira, como se refere a própria dona Francisca, não é um prazer gratuito pelo trabalho em si, da agricultura e do extrativismo. Isso tem um significado, também, funcional, utilitário, que pressupõe uma situação melhor. "Eu nasci e me criei na roça e quebrando coco, e minha vida era... e não faltava legume na casa do meu pai, e hoje todo mundo é do compra: é os velhos, é os novos e tudo... isso eu acho muito ridículo" (Ibidem).

Certamente sua relação com a Associação tem motivações em problemas como esses, em que as pessoas devem comprar "tudo" e poucas coisas se adquire do próprio trabalho, de forma direta, como em outros tempos.

Outra integrante desse grupo de mulheres é Maria de Jesus Brandão Cruz, que faz parte dos primeiros membros que formaram a Associação de mulheres de Petrolina. Nasceu no município de Dom Pedro, no Maranhão, há pouco mais cinquenta anos, mas foi criada no

Piauí. Estudou até a quinta série do ensino fundamental, estudo que foi suficiente apenas para alfabetizá-la (CRUZ b, entrevista, 2008). Antes de chegar em Petrolina em 1984, morava em Duque de Caxias, lugar onde, segundo ela, a chuva era escassa e comprometia o trabalho na lavoura e, em consequência, a própria vida da família.

Petrolina, por muito tempo significou um lugar melhor, mas posteriormente foi transformando-se em lugar de muitas dificuldades, até que dona Maria de Jesus percebeu que sua participação seria importante na conquista de espaços para as quebradeiras de coco do povoado. "Tenho vontade de ter uma vida tranquila, ter o que comer em casa, junto com a família, uma vida de qualidade" (Idem).

Raimunda da Silva Sousa chegou em 1963 no povoado onde mora ainda nos dias atuais e chegou em grupo, com outras famílias. "Deixa eu vê: meu sogro, meus cunhados, o compade Matos e o compade Dedé, meu cunhado, compade Nerias... compade Paraibano... seis famílias. Um bocado veio tocando animal de lá" (SOUSA, entrevista, 2008).

Essas famílias que vieram com dona Raimunda não fogem à regra das dificuldades e por isso saíram do lugar onde moravam. A busca de um local para o trabalho na roça certamente estava entre as prioridades. Além da busca da terra livre, um lugar no qual se pudesse ter boa produção de arroz, feijão e outros gêneros alimentícios. Petrolina foi esse ponto escolhido e tornou-se o lar de dona Raimunda e muitas outras pessoas. "É porque nós vivia lá, vivia ruim, não tinha mais onde a gente trabalhar e aí disseram que aqui em Imperatriz era muito bom. Meu cunhado veio, olhou, se agradou, aí deixou logo pros homens brocar as roças" (Idem).

Esta senhora, que chegou ainda jovem no povoado, criou os filhos na lavoura e na quebra do coco. Permitiu que todos estudassem, mas sem deixar de ensinar uma importante lição que aprendeu na vida: a do trabalho. Quando chegou no povoado encontrou poucas famílias morando no lugar, que posteriormente aumentaram significativamente. Quando chegou, encontrou terras livres e férteis para a agricultura; da mesma maneira, encontrou florestas de babaçuais, com as quais sustentou e ensinou aos filhos o ofício da quebra do coco, tanto as meninas quanto os meninos.

Saiu de um lugar em que não havia tais facilidades, então, dona Raimunda tem recordações muito positivas desses primeiros tempos. Há fortes indícios de que esta senhora é uma das principais difusoras da memória inicial do povoado. Percebe-se isso ao observar que parte das pessoas integrantes da Associação, que chegaram uma ou duas décadas depois de dona Raimunda, muitas vezes expressam imagens mais parecidas com os anos 1960 que 1980.

Se essa perspectiva estiver correta, essa senhora, que nem sabe escrever, que tem dificuldades de expressar-se nos espaços formais, tem grande importância no tocante às concepções do grupo que formou e mantém a Associação das Quebradeiras de Coco, até os momentos atuais, especialmente no ponto que se refere à construção de um ideal de comunidade, perdido em algum momento da história do povoado, como se percebe em alguns discursos apresentados aqui.

Outro membro desse grupo de quebradeiras de coco chama-se Raimunda de Jesus Brandão Araújo. Estudou apenas as primeiras séries iniciais, suficiente apenas para aprender assinar o próprio nome. Com idade pouco acima dos trinta anos chegou em Petrolina em 1987. "Primeiramente meu pai veio. Com um ano que meu pai tava morando aqui, aí eu chamei meus três meninos, aí vim pra passear, sabe? Nós morava no Sítio do Meio, município de Parnarama, adiante de Caxias" (ARAÚJO, entrevista, 2008).

Petrolina foi um lugar atraente para muitas pessoas, durante anos ou mesmo décadas. Esse fator, que já havia atraído tantas famílias, também trouxe dona de Jesus e sua família. Como já se percebeu aqui, esse povoado tornou-se atrativo não apenas pelas suas próprias virtudes, como também pelos problemas mais agravados em outros lugares.

> [...] eu gostei daqui, chovia muito e lá onde eu morava, Raimundo, lá meu marido trabalhava com banco. Aí botava dezesseis linhas, quando o arroz já tava com o cacho todo pronto, não tinha inverno, ia embora e perdia [...]. Aí, toda vida era assim, perdendo as roças, aí nós saimos de lá por isso (Idem).

Dona de Jesus soma-se a outras mulheres que aprenderam a quebrar coco aos dez anos de idade, atividade que exercia cotidianamente no lugar onde morava antes e ainda exerce nos

dias atuais em Petrolina. Apesar de não ser das primeiras moradoras, ainda teve tempo de acompanhar os dois momentos distintos em relação ao acesso aos babaçuais no povoado.

Na fundação da Associação, foi das primeiras integrantes na luta pela preservação e acesso aos babaçuais em Petrolina. Ao acreditar que um grupo, ainda que pequeno, pudesse construir ou reconstruir um espaço importante para melhorar a situação das quebradeiras de coco do povoado em que vive, se engajou nesse projeto.

A última mulher desse grupo em evidência é Raimunda Maria Silva Oliveira, conhecida por Chica, uma das mais jovens integrantes da Associação, com o cargo de presidente em 2008. Chegou no povoado com idade de nove anos, no início da década de 1980, acompanhando os pais, também por conta de condições difíceis de sobrevivência. "Lá era difícil pra botar roça, no termo do alimento, de tudo, era difícil lá" (Entrevista, 2008).

Parece evidente que dificuldades financeiras foram um dos principais fatores que levaram muitas famílias a migrar para lugares supostamente melhores. Dentre os vários locais escolhidos no Maranhão, Petrolina ganhou certo relevo, com o recebimento de muitas famílias ao longo do tempo. Esse povoado, para os pais de Chica era "que nem eles imaginavam". Nas suas lembranças de criança, rememora que o povoado era um lugar melhor que o anterior. "Nós falava assim: lá onde a gente morava era tão ruim e aqui é tão bom... conhecemos muitos amigos" (Idem). Provavelmente o fato de ter encontrado muitos amigos, como lembra, significa que nessa época ainda havia muitas famílias no povoado, que estava em sua fase áurea.

Seu perfil é diferente da maioria das mulheres da Associação, pois além de ser relativamente jovem, não é quebradeira de coco profissional, como suas companheiras e tem um bom nível de escolaridade, diante da maioria dos membros do grupo.

A escolha de uma mulher para integrar o grupo com esse perfil reflete, em parte, a dificuldade de crescimento do grupo. Por outro lado, expressa o grau de interesse que essa organização desperta na comunidade. De maneira que este composto de ganhos e perdas formou uma equipe pouco superior a quarenta pessoas, com diferentes níveis de participação e visão de mundo, mas que já conquistaram espaços importantes que se traduzem em conquistas.

3.5 A criação da Associação como busca de alternativas

Como se percebeu aqui, a comunidade de Petrolina começa a experimentar problemas graves há algumas décadas e tais problemas foram, à medida que o tempo passava, se intensificando e forçando reconfigurações internas. As famílias que vivem nessa comunidade, com base nos exemplos, nunca tiveram uma vida fácil, como mostra a trajetória de vida dessas pessoas que chegaram em décadas passadas.

Apesar disso, as transformações, especialmente provocadas com o mercado do carvão, evidenciaram-se de forma tão negativa, que esse pequeno grupo de quebradeiras de coco teve que se unir e formar uma Associação, com o objetivo de, dentre outros, assegurar condições do trabalho extrativista, na sua forma tradicional.

Apontou-se aqui que, no início da década de 1990, a empresa Celmar chegou na região de Imperatriz e para dar início ao seu funcionamento, foi necessário o plantio de milhares de hectares de eucalipto, que serviriam de matéria-prima para a produção de celulose.

Parte significativa dessas terras adquiridas pela Celmar, posteriormente Ferro Gusa, estão localizadas no município de Cidelândia e nas proximidades da Estrada do Arroz. A partir desse momento, em que a empresa instala-se na região, aos poucos começa a surgir uma demanda por carvão vegetal, para ajudar no abastecimento de siderúrgicas de Açailândia e Marabá.

Até o início da década de 1990, basicamente só existia produção de carvão a partir do coco babaçu para uso doméstico. Após esse período, tal realidade começa a inverter-se e o fabrico dessa matéria-prima, para fins industriais, torna-se cada vez mais corrente. Fatores de ordem jurídica motivaram, em parte, essas mudanças, no instante em que torna-se cada vez mais difícil para as siderúrgicas o consumo de florestas nativas para a produção de carvão.

O babaçu oferece a vantagem de ser renovável e por isso pode ser uma boa saída para o problema da falta de matéria-prima industrial. Apesar disso, poucas experiências concretas aconteceram desde a implantação das siderúrgicas nos estados do Pará e Maranhão. Em Imperatriz, não se conhecia, de maneira significativa, essa prática com o uso do babaçu.

Entretanto, os tempos mudaram e provocaram transformações sociais, boas e ruins para diferentes grupos. A partir de meados dos anos 1990, no perímetro da Estrada do Arroz e, especialmente, em Petrolina, uma demanda por carvão de coco babaçu motivou uma rápida mudança de comportamento. De repente, várias pessoas começaram a dedicar-se à produção carvoeira para o mercado siderúrgico.

> Bem ali, chegou umas pessoas pra arrendar aquele lado ali, aí chegou meio mundo de tambor, não é tambor desses nossos, é um tambor quase de zinco, sabe? Redondão... aí compraram um bocado de jumento [...]. Aí nós ficamos com medo, os fazendeiros tavam arrendando o coco e nós tava com medo (ARAÚJO, entrevista, 2008).

À medida que o número de fabricantes de carvão aumentava, ampliava-se também a quantidade de compradores no povoado que, por sua vez, contribuíam para o surgimento de novos atravessadores. Consolidou-se um ciclo crescente de demanda/produção em torno do babaçu e quando muitos se deram conta, por todos os lados havia pessoas queimando coco para a produção de carvão comercial. Isso significou, em primeira mão, uma constante redução da atividade tradicional do extrativismo, que tem por princípio o aproveitamento dos vários subprodutos do fruto.

Até antes desses acontecimentos, na intensidade aqui posta, as quebradeiras de coco de Petrolina viviam relativamente tranquilas, no que se refere à prática do extrativismo tradicional do babaçu. Certamente que os problemas da concentração da terra já estavam praticamente consolidados; o que houve, após a chegada da Celmar, em termos fundiários, foi praticamente um golpe de misericórdia.

Por outro lado, mesmo com a concentração fundiária, boa parte dos donos de terra permitiam acesso aos babaçuais às quebradeiras de coco e, diferentemente de outras regiões do Maranhão, sem cobrar taxas ou parte da produção. Uma das primeiras motivações para isso, estava, também, no fato de o babaçu não apresentar vantagens financeiras significativas. Prova disso é o alto nível de devastação dos palmeirais, nessa região, para o plantio de capim.

A partir do momento em que se oferece um valor comercial a esse fruto, muitas áreas que estavam ociosas e livres começaram a ser arrendadas a pessoas com a finalidade de

produção de carvão para as siderúrgicas. Esse movimento representou boas oportunidades financeiras para famílias pobres dessa região. Chefes de famílias sem emprego e sem terra para cultivar encontraram nessa atividade carvoeira uma alternativa para melhorar a vida. Logo, não é difícil perceber como essa atividade tem crescido tão rapidamente, numa comunidade pobre e com poucas oportunidades de trabalho.

Do outro lado, estão as quebradeiras de coco, com seu habitus tradicional consolidado ao longo de várias gerações. Para boa parte dessa categoria, queimar o fruto inteiro, além das perdas socioeconômicas, traz prejuízos de ordem cultural."[...] Iam queimar os cocos e como a gente... pensamos assim: queimar o coco inteiro? Não pode, né? Aí nós achamos por bem se organizar e lutar contra a ideia de queimar o coco inteiro [...]" (CRUZ c, entrevista, 2008).

Estas são algumas condições gerais que contribuíram para motivar a criação de uma organização em defesa das quebradeiras de coco babaçu de Petrolina. Outros fatores, de ordem interna e externa ao povoado, podem ser acompanhados no decorrer deste trabalho, com base nas falas e nas ações desse pequeno grupo de mulheres.

> Foi rápido, quando nós fundamos, porque quando a gente ouviu falar dessa carvoaria, nós se juntamos... nós era três. Eu, a comade Maria e a Raimunda se sentamo para vê como nós ia fazer. "Não, nós vamos chamar o pessoal da empresa", porque a empresa na época era a Celmar. Eles compraram muita terra aqui. Aí a gente disse: "não, nós vamos conversar com eles pra eles deixar a gente quebrar", porque quando era do seu Pedrão, que era o antigo dono, a gente quebrava lá e ele não dizia nada, então nós vamos pedir pra eles, pra nós quebrar igual a gente quebrava. Então o vigia, que era seu Antônio, na época, ele disse que no dia que o pessoal responsável pela empresa viesse pra cá, ele avisava nós. Aí ele avisou nós... até na escola, foi a reunião nesse dia, e nós fomos e falamos pra eles que nós queria quebrar coco nas terras deles e eles disseram que sim, depois... uns oito dias depois eles vieram e já informaram que era bom a gente criar uma associação para organizar, pra ficar melhor pra gente conseguir alguma coisa pra associação. Incentivaram a gente nesse ponto. Nós não sabia nem o que era uma associação, nós sabia que nós queria quebrar coco, mas eles informaram que era bem melhor organizado e foi melhor pra nós (CRUZ c, entrevista, 2008).

É nesse cenário, contraditório, que nasce a Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. A própria empresa, que concentrou parte importante das terras do

povoado, foi responsável pelo primeiro passo da organização das mulheres, ao ceder uma parte de suas terras. Em consequência dos impactos provocados pela monocultura do eucalipto, a Celmar foi obrigada, por força de lei, a manter uma reserva, área que não poderia ser desmatada. Medidas como esta visam amenizar danos ambientais. Tal oportunidade, da criação da reserva e da permissão às quebradeiras de coco, foi bem aproveitada por elas.

> Essa Associação começou a se formar devido à queima do coco mesmo, que o povo tava querendo queimar... os donos, né? Um dia o caseiro da terra falou pra gente. Um dia vinha eu, a minha irmã... ele perguntou: vocês tão sabendo que a firma vai alugar esses coco pra queimar? Aí nós falamo: é verdade? Vocês não pode fazer isso, não, não pode fazer porque quando ele comprou essa terra, nós já trabalhava aqui dentro e os donos nunca importou de nós quebrar coco, nosso viver é do coco. Nós vamos caçar um recurso pra nós, vamo ver o que ele tem pra fazer com nós. "Quem é o dono?" nós quer falar é com o dono. "Tem um homem que comanda aí". "Nós quer ver ele". Até que um dia ele amostrou ele pra nós. Nós dissemos: senhor, vai ter uma reunião, quando terminar, nós quer uma conversa com você. Fomos nós três pra lá. Terminou a reunião lá, o caseiro diz: aqui tem umas mulher que quer falar com você. "O que vocês querem com a gente? Não, porque tão dizendo que vocês vão alugar o coco, vocês não pode fazer isso com nós, porque nós vive do coco. Ele disse: vocês quer que eu faça o quê? "Não sei" [...] Pois vão indo pra casa de vocês, que eu acompanho já. Ele encostou, perguntou umas coisas e disse: "Vamos formar uma Associação?" (CRUZ b, entrevista, 2008).

Até aquele momento, nenhuma delas tinha experiência nesse tipo de participação formal. "Como é associação? Aí ele foi dizer como é que era: tinha que ter uma Presidente, Tesoureira, Fiscal " (Idem). Foram orientadas por funcionários da empresa, pois como se tratava de uma área de preservação, a exploração da área, de forma sustentável e organizada, não traria prejuízos legais à empresa. Além disso, seria uma ação benéfica para a sua imagem, bastante desgastada com a opinião pública regional. Tal desgaste se dava com as organizações populares, como as citadas aqui e com parte da sociedade que se sentia enganada com as promessas de emprego, que nunca saíram do papel, na quantidade prometida.

Com os passos iniciais, orientados por funcionários da própria empresa, elas organizaram um grupo que formaria a primeira diretoria da nova entidade. Essa ordenação

inicial significou, naquele momento, a continuação do acesso aos babaçuais, que parecia preocupantemente ameaçado pela nova conjuntura socioenconômica.

Dada as condições necessárias, foi realizada a assembleia de constituição da entidade. "Aos 18 (dezoito) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito, às 13:00 h, na rua São Francisco, nº 322, no povoado de Petrolina [...] reuniram-se trabalhadoras daquele povoado, com a finalidade de fundar a Associação [...] (ATA, 1998).

O mesmo documento mostra que, nessa ocasião, houve discussão acerca da importância da criação da entidade e seus possíveis benefícios para as pessoas envolvidas e para a comunidade em geral. Em chapa única, foi eleita a primeira Diretoria e Conselho Fiscal, compostos por Terezinha de Sousa Cruz, na condição de Presidenta; no lugar de Vice-Presidenta, Maria Araújo da Silva; a Primeira Secretária eleita foi Maria Ivone de Jesus Brandão; Cloracy Santos Assunção foi escolhida como Segunda Secretária; as Primeira e Segunda tesoureiras, foram Zuleide Xavier da Silva e Raimunda da Silva Sousa. No Conselho Deliberativo e Fiscal, as eleitas foram Raimunda de Jesus Brandão Araújo, Maria de Jesus Brandão Cruz e Rita de Sousa Silva (ATA, 1998).

Desde então, estava dado um passo importante na vida organizacional das quebradeiras de coco desse povoado. Estruturada a primeira Diretoria, garantia-se o acesso aos babaçuais da reserva da Celmar. Somente quebradeiras, integrantes da Associação, tinham autorização legal para explorar a área para o extrativismo.

Talvez a pretensão inicial da maior parte dessas mulheres que formaram o grupo associativo não estivesse muito além da mera exploração do fruto, nos moldes que já era comum, sem a proposição de medidas outras que estivessem fora dessas necessidades básicas.

Por outro lado, o simples fato de criarem uma organização formal contribuiu para fazer surgir um olhar mais amplo sobre a realidade social do povoado. O ato de estarem associadas, participarem de discussões acerca da organização e manutenção do grupo, dentre outros fatores, aos poucos despertou novos interesses e perspectivas para esse coletivo de mulheres. Visivelmente, quanto mais o tempo passava, menos elas se identificavam como grupo que apenas queria quebrar coco.

A constituição de um Estatuto Social para a Associação contribuiu para a reflexão sobre um perfil para o grupo. Isso por si só já provoca alargamento nos horizontes e perspectivas. A entidade torna-se o espaço em que praticamente todos os projetos são pensados na esfera coletiva e pensar o coletivo exige um esforço diferente do pensar individual. Essa experiência coletiva formal mostrou o mundo a essas mulheres por uma ótica ainda não conhecida.

A mesma Assembleia que aprovou a primeira Diretoria e Conselho Fiscal instituiu o Estatuto da entidade. Sua carta estatutária tem inspiração e base nos princípios associativos tradicionais. O seu Artigo Primeiro, que trata dos objetivos, determina que a instituição deve "buscar formas alternativas do uso e da extração, beneficiamento, industrialização e comercialização dos recursos naturais, especialmente do coco babaçu, através de uma gestão democrática e ecologicamente sustentável" (Estatuto, 1998).

A partir desse primeiro ponto, um conjunto de propostas sociais, de caráter coletivo foi desencandeado no decorrer da história da Associação, tal como se percebe no tópico compromissos, ainda no artigo primeiro do Estatuto, quando há referências de comprometimento em "promover encontros de estudos, cursos, palestras e seminários, visando a formação social e individual das associadas" (ESTATUTO, 1998).

Entre os dez objetivos contidos na carta estatutária da Associação, há comprometimento com o bem estar individual e coletivo que envolve os membros do grupo e a própria comunidade. Também há o compromisso com a preservação dos babaçuais para que se possa fazer uso de seus subprodutos, de maneira autosustentável, com a visão do bem estar coletivo para o presente e para o futuro.

No ano seguinte à fundação da Associação, a empresa Celmar assinou um contrato de comodato com a entidade das mulheres, no qual a proprietária da terra cederia a área de reserva às quebradeiras por um prazo de doze meses. "A Celmar, sendo legítima proprietária e possuidora de uma gleba denominada Serra Branca, parte de uma área maior denominada Fazenda Eldorado [...] adiante, cede em regime de Comodato à COMODATÁRIA a área de 307 ha, para que esta, através dos seus associados promova o extrativismo do babaçu [...]" (CONTRATO, 1999, p. 1).

Segundo esse contrato, o imóvel disponibilizado às quebradeiras de coco, possui uma área superior a doze mil hectares e está situada a dois quilômentros da margem esquerda da Estrada do Arroz, no sentido Imperatriz a Petrolina.

Esse contrato, além de restringir o acesso a pessoas que não fazem parte da Associação, sem o consentimento da empresa, atribui responsabilidades às quebradeiras por qualquer dano causado na área da reserva. Portanto, cabe a elas informar ou mesmo denunciar à empresa qualquer ação que esteja fora do padrão de uso ecologicamente correto.

> A COMODATÁRIA declara que tem ciência de que a área ora cedida em comodato está incluída no cômputo da área de Reserva Florestal Legal - RFL do imóvel caracterizado no item 1.1 acima, de sorte que todas as suas ações nesta área restringir-se-ão à coleta do babaçu, não sendo permitido o abate desta árvore ou qualquer forma de exploração que afete o seu desenvolvimento e as suas características, sob as penas de lei, especialmente das Leis Estaduais pertinentes e das leis Federais 4.771/65 e 9.605/98, e de consequente rescisão contratual (CONTRATO, 1999, p. 1).

Desde os primeiros meses de Associação, esse contrato é assinado com as mulheres, praticamente com os mesmos termos. Em 2008, a assinatura contratual já abarcava não apenas um, mais dois anos, o que favorece a Associação fazer projetos mais mediatos. Quanto mais curtos são esses prazos, mais dificuldades há para a realização de projetos.

Apesar de nunca ter havido uma ameaça real, por parte da empresa, em impedir o acesso às mulheres, elas sempre tiveram esse receio, por se tratar de praticamente a única área em que elas podem quebrar coco sem grandes restrições. Se isso tem o ponto positivo do acesso, por outro lado, traz dependência política diante da empresa. Embora não tenha uma cláusula no contrato que proíba as mulheres de fazerem críticas às posturas da empresa na região, elas já enfrentaram problemas ao criticarem a produção e à monocultura do eucalipto.[59]

---

59 Basicamente esses problemas estão restritos a pressões sutis, quando se faz uma reunião para dizer que a empresa não é dessa forma, como dizem, e que ela tem um papel social importante na região, dentre outras coisas. Nunca houve uma pena para as mulheres que falaram algo que tenha desagradado à empresa, mas também as mulheres evitaram expressar, publicamente, pontos de vista que pudessem ofendê-la.

Nesse sentido, elas ficam condicionadas pela situação de dependência em relação à empresa. Se, por um lado, sofrem os efeitos da concentração fundiária, da monocultura, da produção carvoeira para fins industriais, por outro, fazem uso de uma área que pertence ao empreendimento Ferro Gusa Carajás.

Ao que vários fatores indicam, essa relação que pressupõe receios, somou-se a elementos de outra natureza, que motivaram a aproximação da Associação das quebradeiras de coco a outras organizações de cunho e projetos alternativos. As primeiras entidades com as quais as mulheres buscaram aproximação foram o MIQCB e o CENTRU. A partir do momento que surge essa parceria, as ações, os projetos e as perspectivas começam a modificar-se.

No final de 2001, a Associação das quebradeiras conseguiu a aprovação de seu primeiro projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente, no valor de três mil reais. Um dos objetivos centrais desse projeto foi contribuir com o início da produção mecanizada da farinha de mesocarpo do babaçu, especialmente para fins alimentícios e com o melhoramento da produção de azeite de coco, com a utilização de máquinas conhecidas como forrageiras.

Do ponto de vista social e político, o projeto visou, dentre outras medidas, somar no crescimento e fortalecimento da luta das quebradeiras de coco do povoado. Objetivou também proporcionar conhecimento técnico em relação ao babaçu, para encontrar formas de agregar valor a seus subprodutos e a conquista de espaço no mercado local. Nessa ampliação, estava, em primeiro plano, a divulgação na própria comunidade, que deveria conhecer melhor e valorizar o babaçu.

Em síntese, esse projeto representou o primeiro passo concreto para a Associação das Quebradeiras no sentido apresentar alternativas nas esferas econômica, social e política. Foi o momento em que o grupo deixou o plano das ideias para o plano das práticas. A realidade do grupo, até então, era a quebra tradicional para o autoconsumo, mas que passou a vislumbrar, do ponto de vista prático, novas perspectivas.

Esse momento marca também o trabalho desse grupo no âmbito político e cultural, como ainda não tinha acontecido. Divulgar os produtos do babaçu e seus benefícios socioculturais passa a ser uma bandeira prioritária da Associação. Nesse contexto, nasce ou

consolida-se a proposta do artesanato como possiblidade de geração de renda para as pessoas que vivem do fruto. Cursos nessa área visaram aperfeiçoar conhecimentos tradicionais de aproveitamento da folha e do fruto, na forma de variados produtos.

Sede da entidade.[60] Foto cedida pela Associação.

Antes dessas máquinas, as mulheres trituravam o coco torrado no pilão, para extrair o óleo do babaçu para temperar alimentos, fabricar sabão caseiro ou para outras finalidades.[61] O processo de extração do leite do coco, para alimento, passava pelo mesmo processo, mas com a amêndoa crua. A produção da farinha do mesocarpo também era manualmente elaborada,

60 É nessa casa que as quebradeiras de Petrolina transformam o mesocarpo e extraem o azeite, através das forrageiras. Também é o local das reuniões, festas, brincadeiras ou qualquer outra atividade importante para elas. Com a construção da nova sede, sobrará mais espaço para a realização dessas atividades.

61 Esse instrumento artesanal é muito comum ainda nos dias atuais nas comunidades mais tradicionais da Amozônia Oriental, especialmente nas que não possuem energia elétrica. Elaborado a partir de um tronco de madeira esculpido no centro para formar uma cavidade, permite, com o uso de uma marreta (mão de pilão) triturar alimentos. Antes das mulheres de Petrolina conheceram a forrageira, o pilão era o principal mecanismo para triturar milho, arroz e babaçu, para extrair azeite e triturar o mesocarpo, dentre outros produtos.

com a trituração da massa feita no pilão e a peneiragem, para retirar os fragmentos maiores, realizada com o auxílio de um tecido, ao invés de uma peneira própria para essa finalidade.

Ao adquirir as duas máquinas forrageiras, uma foi destinada especialmente para triturar as amêndoas do coco para a retirada do leite ou do azeite e a outra para triturar o mesocarpo, arroz, milho, dentre outros, com finalidade de alimentação animal ou humana. Sem dúvida, a aquisição dessas máquinas e outros equipamentos tornou-se um divisor de águas para a vida desse grupo de mulheres.

> Muita gente só fazia o azeite, quebrava o coco e tirava o óleo, sabão e depois que fundou a Associação a gente teve conhecimento de que também era possível produzir a farinha do babaçu que é o mesocarpo e isso foi um dos benefícios que ajudou muito a Associação, porque é um reconhecimento que a gente não tinha (CRUZ c, entrevista, 2008).

Após o advendo da produção mecanizada, ainda que em pequena escala, houve mais tempo livre que pôde ser dedicado a outras atividades da Associação. Novos cursos, palestras, debates e projetos, começaram a ser pensados e elaborados com frequência maior, a maioria com o objetivo de fortalecer a atividade associativa e proporcionar vantagens econômicas e sociais, a partir de subprodutos do babaçu. As ações da entidade, através do auxílio de outras organizações, como o CENTRU, caminhavam no sentido de conquistar um espaço definitivo para o extrativismo na comunidade e na região.

A Associação conseguiu a aprovação de outros projetos, financeiramente mais vantajosos, que serviram para melhorar as instalações da produção de farinha de mesocarpo e do azeite, em especial. Após a organização mínima para a produção do mesocarpo, um dos objetivos centrais do grupo tornou-se a conquista de um mercado regular, que pudesse proporcionar renda às associadas. Durante os dez anos de existência da instituição, elas saíram de uma produção manual de autoconsumo para uma forma capaz de suprir o consumo, abastecer um mercado regional e oferecer renda.

Em sua melhor fase, elas forneciam cerca de cem quilos de farinha de mesocarpo e algumas dezenas de litros de azeite de coco, mensalmente, para escolas do município, através de um projeto do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura, chamado Compra Local.

Nesse período, meados dos anos 2000, houve significativa divulgação de receitas de babaçu, inclusive na própria comunidade de Petrolina. Membros da Associação ensinavam receitas que eram aplicadas na merenda escolar, amplamente aceitas pela maioria das crianças do povoado e fora dele.

Produção de Mesocarpo na Associação em Petrolina. Foto cedida pela Associação.

Esse projeto durou cerca de dois anos, mas foi de grande importância para a organização das mulheres. As sócias que participavam da produção recebiam um percentual dos lucros, muito importante para algumas delas, ainda que fosse um ganho pouco expressivo.

O fim do projeto não significa engessamento das ações da instituição, apenas redução, uma vez que outras formas de comércio, como as feiras e a venda direta ao cliente nunca deixaram de acontecer. Do ponto de vista da divulgação houve avanços, pois não há mais quem não conheça a farinha de mesocarpo da Associação no perímetro da Estrada do Arroz. Isso pode ser ampliado a várias outras localidades do município e do estado.

Muitas conquistas da Associação, no decorrer do tempo, são notórias e as quebradeiras de coco não apenas sabem, como se orgulham disso, ainda que admitam que muito ainda falta ser conquistado, para melhorar. As mulheres, ao que parece, aprenderam a lição da paciência em relação às conquistas, pois elas acontecem devagar.

> Assim, a gente conseguiu pouca coisa, mas ao mesmo tempo a gente conseguiu muito, por quê? A gente já tem mais conhecimento; a gente conseguiu também fazer essa casinha; já conseguimos trazer duas máquinas que beneficia o coco, porque na época era no pilão pra tirar o óleo. Hoje nós temos essas duas forrageiras: uma tritura o coco torrado para tirar o óleo e a outra tritura o mesocarpo, que a gente produz aqui hoje também. Muita gente só fazia o azeite, quebrava o coco e tirava o óleo, sabão e depois que fundou a Associação, a gente teve conhecimento de que também era possível produzir a farinha do babaçu que é o mesocarpo e isso foi um dos benefícios que ajudou muito a Associação, porque é um reconhecimento que a gente não tinha (CRUZ c, entrevista, 2008).

Essa é a opinião de quem tem uma participação intensiva, ajudou a fundar a entidade, a elaborar projetos e ajuda a pensar os direcionamentos futuros da instituição. Entretanto, mesmo quem não tem o mesmo grau de participação ou de entendimento, também tem suas percepções acerca da importância da Associação para a comunidade.

> Assim, rapaz, a vantagem que eu acho é que tendo Associação traz alguma coisa... aí veio aquela casa, vem as pessoas de Imperatriz, vem as pessoas de outro lugar, ali vem gente do Banco do Brasil. Aí eu acho assim, importante. Meu esposo outro dia também foi pra reunião. Todo mundo gostou... lá o que ele falou. E aí eu acho importante porque pelo menos vem trazendo as coisas pra cá e aí tá dando uma força (SILVA, entrevista, 2008).

Tanto pela percepção dos ganhos concretos quanto por conquistas simbólicas, o que se sabe é que elas acontecem e reconfiguram a fisionomia social do povoado, assim como a própria vida de algumas quebradeiras de coco. Uma parte delas passou a frequentar reuniões, debates, palestras, congressos e uma série de outros eventos que contribuem para o aprendizado e crescimento da Associação.

A maior conquista das quebradeiras de coco de Petrolina, do ponto de vista estrutural, foi um projeto intitulado Extraindo da Terra a Libertação. A organização financiadora foi o Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, por meio do Pragrama Pequenos Projetos Ecossociais - PPP-ECOS. Os recursos são superiores a cinquenta mil reais, destinados à ampliação da casa de produção, com uma nova máquina, mais eficiente e com capacidade média para quinhentos quilos mensais de farinha de babaçu.[62]

Outros ganhos do projeto referem-se, além de uma nova casa, a aquisição de outros equipamentos ou acessórios como balança digital, estufa para secar a fécula ou mesocarpo, machados e um conjunto de outros instrumentos capazes de dar suporte à produção, embalagem, estocagem da farinha em escala amplamente superior ao que se tem atualmente.

Esse projeto é acompanhado pelo CENTRU, com assessoria técnica, jurídica e administrativa. Além da montagem da infra-estrutura para a produção, o projeto inclui um conjunto de capacitações nas áreas da produção, armazenamento e comercialização. Além disso, agrega outras capacitações que envolvem gênero, meio ambiente, associativismo, dentre outras.

Seu início foi dado ainda em 2005, com previsão para ser concluído no ano seguinte. Contudo, uma ordem de acontecimentos que envolveram a Associação e a própria instituição finaciadora interromperam suas ações, de maneira que ainda está em execução, após uma recente retomada das ações.

Ao concluir esse projeto, as mulheres, juntamente com o CENTRU, esperam dar um novo passo na vida da Associação. Espera-se que as quebradeiras de coco possam viver melhor, com os frutos do babaçu. Se isso acontecer, a ideia é ampliar os benefícios para mais pessoas na comunidade, para tentar, dentre outros objetivos, reduzir a queima do fruto inteiro.

---

62 O processo de fabricação do mesocarpo por meio da forrageira, é inadequado, pois além de produzir muita poeira do mesocarpo, que faz mal à saúde, exige o trabalho de peneiragem manual e compromente o rendimento da produção. Essa nova máquina, que a Associação pretende adquirir, tem a finalidade especial de produzir farinha de mesocarpo. Em seu processo produtivo, não há poeira nem necessita trabalho manual, todo o seu desempenho se dá de forma mais rápida e eficente. Basicamente, coloca-se a o mesocarpo na máquina, que já sai embalado, no ponto de consumo.

Tal projeto ainda não se concretizou e se isso acontecer será necessário descobrir se os resultados socioculturais esperados acontecerão.

Enquanto isso, outra realidade se apresenta com cada vez mais força no interior da comunidade de Petrolina. A oportunidade de se ter renda a partir da venda do carvão do babaçu tem atraído um número de famílias cada vez maior. Foi essa preocupação que uniu esse grupo de mulheres em uma associação e é ainda ela que move parte das ações do grupo, numa disputa de concepções de mundo.

No primeiro momento, as quebradeiras de coco queriam apenas um espaço para exercer o extrativismo tradicional, posteriormente passaram a combater a queima e procuraram despertar as pessoas da comunidade para a preservação dos babaçuais, ao mesmo tempo que procuravam apresentar alternativas econômicas do coco, com destaque para o mesocarpo e artesanato, na tentativa de reduzir a atividade carvoeira.

Apesar das tentativas com a promoção de cursos sobre artesanato, remédios alternativos, culinária a partir do babaçu, cursos sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e uma série de outras ações educativas promovidas pela Associação, em parceria com outras entidades, a renda do carvão tem incentivado essa produção.

A dificuldade em convencer pessoas sem renda a não queimar o coco para vender, de certa forma despertou os defensores do babaçu integral a pensar novas formas de olhar para essa realidade, cada vez mais imperativa, nessas comunidades pobres e com poucas alternativas de ganhos, com o extrativismo tradicional.

A Associação de Petrolina passou a discutir a queima do coco, numa tentativa de ampliar o debate acerca dessa questão na comunidade. O aproveitamento integral do babaçu não é recente, mesmo incluindo a fabricação do carvão. Entretanto, foi o comportamento das pessoas, na corrida pelo carvão comercial, um dos fatores que mais contribuiu para a entrada do carvão, com força mais expressiva, na pauta do grupo das quebradeiras de Petrolina.

> A nossa Associação tem a grata satisfação de convidar-lhe para participar de uma reunião da nossa organização, na oportunidade estaremos debatendo com o nosso quadro social e com a referida empresa a fabricação de carvão

> da casca e do coco velho existente na área, estarão presentes outros órgãos parceiros de nossa Associação (OFÍCIO 03, 2005).[63]

Quando a Associação fez esse convite para a empresa Ferro Gusa Carajás, para permitir que as quebradeiras de coco fizessem carvão da casca e do coco velho, a área da empresa que elas trabalham já era frequentemente violada por pessoas que não eram associadas, para fazer carvão. Esse debate com a empresa, juntamente com outras organizações, como o CENTRU, o CNPT, o MIQCB, dentre outras, também expressa a urgente necessidade de encontrar uma maneira de reduzir a queima do coco inteiro, responsável, em parte, pela quebra da cadeia cultural do extrativismo tradicional. O ato de sair para o cocal só ou em grupo, quebrar coco, conversar, trocar experiências, compor músicas, fazer planejamentos sobre determinadas ações, soma-se ao valor material do babaçu.

Na fabricação do carvão não é necessário o mesmo trabalho coletivo, não é necessário o grupo passar o dia reunido. Esse trabalho pode ser mais solitário e individualizado, uma pessoa ou duas e seus tambores são o suficiente para realizar essa tarefa, que exige menos tempo ininterrupto de trabalho.

Como necessidade e como estratégia, as quebradeiras de Petrolina entraram no debate de redução da queima do babaçu, com a proposta de queimar apenas o fruto inaproveitável. Contudo, há diferenças enormes na concepção proposta por elas e o modelo que se instaurou "naturalmente" na comunidade. "A experiência já nos provou que para termos sucesso com o trabalho do coco temos que aproveitá-lo o máximo possível, e o carvão é mais uma alternativa de renda que queremos trabalhar a partir deste ano" (Idem).

Essas medidas, tanto em Petrolina como em outros lugares que enfrentam um problema parecido, têm apresentado resultados positivos. Por outro lado, suas limitações se

---

63 Esse projeto sempre encontrou dificuldades estruturais diversas, de forma que nunca se concretizou no povoado. Uma das maiores dificuldades está no fato de ser necessária a construção de estradas para o transporte da matéria-prima, tanto na área da Fero Gusa, como em outras terras, uma vez que para se chegar à reserva, é preciso atravessar outras áreas particulares. Portanto, isso envolve obstáculos financeiros, por um lado, com a indisposição por parte da empresa em realizar tal medida, e por outro, com a Associação, que não possui recursos. Outro fator, talvez mais importante que o primeiro, seja o de ordem legal. Com a soma de outros impecílios, ainda se pensam em formas de superar essas barreiras.

estabelecem no momento em que o carvão apenas da casca ou do coco velho fica longe de atender à crescente demanda pela matéria-prima. Além disso, para os homens não há o mesmo interesse em quebrar o coco ou selecionar os velhos dos novos, a atividade de queimar sem fazer seleção é mais rápida e vantajosa, do ponto de vista financeiro.

Nesse contexto, não é difícil perceber que as quebradeiras de coco de Petrolina sofrem pressões. Uma das mais graves está no fato de a área de reserva que elas exploram ser constatemente violada por fabricantes de carvão. Elas ficam em uma situação complicada, porque a responsabilidade por danos ambientais é delas, ao mesmo tempo que não podem fazer nada além de comunicar a empresa, como de fato já fizeram algumas vezes, que por sua vez tem sido omissa. Não se sabe ao certo se por limitações físicas, burocráticas ou se porque o carvão é tão importante que vale a pena deixar as coisas acontecerem.

Independente das razões que levam a empresa a não tomar providências eficientes, os problemas das quebradeiras de coco tem crescido diante disso. A postura em defesa do aproveitamento integral do babaçu tem despertado antipatias entre parte das pessoas que estão sobrevivendo da venda do carvão.

Algumas quebradeiras que sempre gostaram de quebrar coco em grupo, também "por ser mais animado", para o caso de uma emergência ou qualquer outra coisa assim, agora encontram nova motivação para irem ao cocal em grupo:

> Tem agora até o perigo das ameaças. O pessoal tá invadindo a área e a gente não pode falar nada, porque eles ameaçam a gente. Então é mais uma segurança de que também a gente não tá andando só, fica mais difícil... é sinal de que a gente tá unida ali. Fica mais difícil de alguém vencer a gente (CRUZ c, entrevista, 2008).

De uma maneira geral, pode-se polarizar essas duas zonas de interesses, a primeira centrada na cultura tradicional do extrativismo, que agrega quebradeiras de coco e a segunda na prática mercadológica, com o envolvimento de homens, jovens, mulheres, crianças e até quebradeiras de coco. A segunda atividade ganha espaço substancial e simbólico à medida que a primeira perde, quase na mesma proporção.

O que acontece, nesse caso, é uma mudança no próprio habitus extrativista da comunidade, uma vez que essa categoria não é estática. "[...] Observa-se então, habitus dilacerados, entregues a contradição e a divisão contra si mesmo. Geradora de sofrimentos, parecem corresponder a posições contraditórias detendo-se a exercer sobre seus ocupantes duplas constrições estruturais [...]" (BOURDIEU, 2001, p. 196-7). Uma mudança de comportamento como esta pode significar um conjunto muito maior de outras transformações, que envolvem novas percepções sobre o mundo em diferentes esferas.

Não é difícil perceber porque o número de pessoas que apoiam e praticam essa nova atividade no povoado tem aumentado: "eu sei que se não fosse esse carvão, como é que nós vivia, meu filho? Tão escapando, fazendo um carvãozinho pra viver. Não tem mais onde trabalhar, né?" (SILVA e, entrevista, 2008). Para somar, pode-se observar como parte das pessoas da comunidade enxergam a Associação, por meio da fala de uma moradora:

> Eu não acho que queimar coco prejudique a mata, o que prejudica é derrubar as matas, aí prejudica. A Associação das Quebradeiras de Coco não quer que ninguém queime pra elas tomarem de conta do coco, elas já falam de dá parte. Elas quebram o coco da firma e querem o coco só pra elas, mas não pode. Elas não pode impedir os outros, não. Quebrar o coco pra vender é baratinho, aí o povo vai queimar pra fazer o carvão, que aí dá mais dinheiro (P.A. entrevista, 2008).

Na verdade, a maioria das quebradeiras de coco também não acredita que os babaçuais podem acabar, suas preocupações estão mais centradas nas mudanças de comportamento em relação à prática extrativista do que na preocupação com o fim do fruto, especialmente porque agora ele está mais valorizado que antes, como matéria-prima, e a própria derrubada de palmeiras para plantio de pasto se reduziu bastante na região.

A prática tradicional do babaçu, em especial na comunidade de Petrolina, envolve um processo de trabalho coletivo e troca de experiências. Uma quebradeira de coco ou um grupo delas, costumam acordar por volta das cinco da manhã e sair entre seis e sete horas. No caso de Petrolina, caminham alguns quilômetros antes de chegar no cocal, trabalham até cerca de onze da manhã, quando param para almoçar. Normalmente, cada uma leva um tipo diferente de comida, que pode ser trocada durante a refeição. Por volta das quatro ou cinco da tarde elas retornam para casa, com os frutos de um dia de trabalho. Apesar de haver várias maneiras de

organização para a quebra, que envolvem horários e quantidade produzida, esse modelo apresentado pode servir de referencial, por ser muito comum.

Quebradeiras de coco de Petrolina almoçando no cocal. Foto cedida pela Associação.

Tanto na ocasião das refeições como durante o trabalho da quebra, há constantes diálogos, canções, piadas e uma infinidade de assuntos que envolvem família, política, religião, dentre outros. O cocal é primeiro o local de trabalho, mas pode ser um espaço para muitos acontecimentos simbólicos, pode ser um lugar de planejamento de ações, pessoais ou coletivas, pode ser um local para muitas outras coisas.

Perder esse espaço tradicional é mais que perder o babaçu, o azeite, o mesocarpo, o leite, o artesanato, o remédio caseiro e tudo o mais que o coco oferece. É perder um universo de valores culturais que existe há muitas gerações e, de alguma maneira, boa parte das quebradeiras mais tradicionais temem perder isso, também porque são parte delas.

Talvez fosse um ganho importante e necessário uma aproximação maior com as famílias que sobrevivem da queima do coco inteiro. Isso não seria tarefa fácil, uma vez que tal

relação envolve antipatias pessoais dos dois lados, antes de outros fatores. Se um dia tal acontecimento for possível, poderá haver uma relação mais ampla de respeito entre as atividades, de maneira que pudesse haver o espaço dos que queimam o coco para a venda e dos que aproveitam o fruto na sua forma integral.

Os desafios para as quebradeiras de coco de Petrolina estão muito além da montagem da nova estrutura para a produção em maior escala, de mesocarpo e azeite, em especial; está além da conquista da renda para as mulheres, assim como os outros projetos de ordem econômica.

Pode-se afirmar que seu maior problema está no que se pode chamar de "mentalidade" para novas disposições econômicas, sociais e culturais. Um novo habitus ganha terreno em ordem crescente nessa comunidade e a queima do coco não representa um problema para essas novas categorias que surgiram. Um dos diversos elementos que corroboram com isso está no fato de uma parte importante desses queimadores serem pessoas do sexo masculino e, em especial, jovens que jamais se identificaram com a quebra do coco, atividade culturalmente estabelecida para o sexo feminino.

> A maioria, como aqui em Petrolina, quem mais queima o coco inteiro são os homens. As mulheres acham ruim porque não tem mais onde elas quebrarem coco. O Ciriaco, que é uma região extrativista, tá ficando do mesmo jeito e não é as quebradeiras. A empresa foi tão ordinária que comprou o carvão do coco inteiro por quilo (CONSOLAÇÃO, entrevista, 2008).

Ainda que não seja tão distinta assim essa relação de gênero entre os que queimam e os que não o fazem, há um fundo de verdade, quando se percebe que a maior parte dos que fazem carvão comercialmente, na região e em Petrolina, não é quebradeira de coco.

Tem sido cada vez mais difícil para as quebradeiras de coco dizerem não à queima integral do coco, especialmente pelos motivos já citados aqui: as vantagens financeiras e a percepão de que essa atividade não é prejudicial, nem do ponto de vista social, nem cultural ou ambiental. E as dificuldades ampliam-se na medida em que a Associação ainda não conseguiu oferecer uma saída econômica que pudesse superar a renda do carvão.

Diante disso, o discurso das quebradeiras se enfraquece, no ponto em que recorre à memória do "tempo da fartura". Essas memórias, ora políticas e intencionais, ora inconscientes, têm efeito positivo para um determinado público, mas perde força com os jovens, com pouca ou nenhuma identificação com esses primeiros tempos. Seus ideais de vida estão pautados em novos referenciais, onde o trabalho agrícola ou extrativista não tem o valor que tem para seus pais ou avós. Se alguém fizer a pergunta para uma quebradeira de coco, se as jovens vão querer seguir o exemplo de suas mães que quebram coco, a resposta não surpreenderá. "Porque hoje em dia o camarada só enxerga o quê? O emprego. Tem a leitura: 'não, eu tenho a minha leitura, eu vou quebrar coco nada, eu vou caçar meu emprego'. Não é mesmo?" (SILVA, entrevista, 2008).

Houve ocasião em que no desfile de Sete de Setembro organizado pela escola local, foi proposto a um grupo de meninas para saírem de quebradeiras de coco, mas a proposta acabou provocando muita resistência, porque a grande maioria queria sair fantasiadas de qualquer outra coisa, menos quebradeira de coco. "Uma vez nós fomos sair no desfile de quebradeira de coco, aí foi chamada as jovens, foi um convite pra ir representando as quebradeiras. 'Ah! eu não vou sair como quebradeira de coco, não sei o quê...'. Aí foi que convidaram nós pra ir" (CRUZ b, entrevista, 2008).

Esse é um retrato comum no povoado e em outras regiões extrativistas. Gilcimar Sousa Cruz, membro do grupo de jovens da Igreja Católica é um dos que conhece bem a realidade do desemprego no povoado, da mesma forma que reconhece a falta de interesse das novas gerações pelas atividades tradicionais. O que mais interessa sua geração é a "questão da educação, a maioria dos jovens querem terminar os estudos".

Nessa perspectiva, o babaçu, na forma como se apresenta para eles, não desperta grandes interesses. "O pessoal que valoriza mesmo o coco aqui, são só mesmo as sócias da Associação. Acho que as outras pessoas aí não dão muito valor pro coco, não" (Idem).

A organização das mulheres já conquistou a simpatia de boa parte da população do povoado. Além disso, dialoga com outras instituições na comunidade, como o Clube de Mães, o Grupo de Jovens, a Escola e a Igreja. No festejo católico em homenagem a São Pedro, que acontece no final do mês de junho, tem um dia especial para as quebradeiras de coco. Nessa

ocasião, a igreja é ornamentada com palhas e cachos de babaçu; além disso, vários produtos do coco e seus derivados são vendidas nas barracas da festa.

Sem dúvida, isso é um claro sinal de que essa entidade conquistou espaços importantes no interior de sua comunidade. Por outro lado, não é menos verdadeiro afirmar que as novas gerações olham para o mundo com perspectivas diferentes das gerações mais antigas. Nesse caso os maiores desafios para esse grupo de quebradeiras de coco não são apenas a produção, comercialização, divulgação de produtos do babaçu, mas enfrentar os desconfortos da mudança de uma era. As transformações provocadas pelo PGC a partir dos anos 1980, ainda estão alterando a vida de comunidades como Petrolina.

No fim das contas, o conflito das quebradeiras de coco de Petrolina não é com o carvão e sim com as mudanças de um novo tempo, um novo habitus que se choca e ao mesmo tempo, assimila-se ao antigo. Os frutos dessas mudanças têm provocado transformações nas relações de trabalho, nas organizações sociais e na própria cultura do extrativismo. Algumas dessas reconfigurações surgiram sem desconfortos, enquanto outras não, e no bonde da história, novos universos podem surgir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi o objetivo do trabalho: partir do Projeto Grande Carajás e chegar na comunidade de Petrolina. O PGC é um dos grandes responsáveis por diversas mudanças de cenários na Amazônia Oriental, especialmente nos aspectos econômico, político e cultural. Esse projeto entrou com a força de seus vários investimentos financeiros, que por sua vez provocou diferentes efeitos, tanto positivos como negativos.

O surgimento do movimento social das quebradeiras de coco responde, em parte, a necessidade de novos debates políticos, nos quais inclui-se a preocupação com o meio ambiente e com a cultura extrativista do babaçu.

A comunidade de Petrolina participa, com um grupo de quebradeiras, desses debates, iniciados no fim da década de 1980, pois ela sofre diversos efeitos das ações do PGC. Assim, é importante compreender o percuso das quebradeiras de coco de Petrolina, enquanto grupo organizado em uma Associação, sem perder a perspectiva da trajetória pessoal dessas trabalhadoras extrativistas. A formação da entidade associativa no final dos anos 1990 coincide com uma série de mudanças sociais ocorridas no interior da comunidade. O principal destaque para essas alterações se deu com intensificação da então nova produção carvoeira para o abastecimento de siderúrgicas na região.

Esse novo cenário trouxe vantagens para algumas famílias do povoado, com o aumento da renda familiar. Por outro lado, também acarretou desconfortos, porque interferiu na prática tradicional do extrativismo do babaçu, uma vez que esse fruto passou a ser disputada entre queimadores e quebradeiras de coco.

Tal antagonismo não envolve apenas técnicas, relações econômicas, de trabalho e renda, como também todo um universo de práticas e significados simbólicos. A quebra do coco representa, em parte, o habitus de um grupo. Nesse sentido, quando as mulheres de Petrolina se posicionam contra a queima do babaçu inteiro e a favor do seu aproveitamento integral, estão defendendo, da mesma maneira, um patrimônio simbólico ou cultural que é tão importante quanto o patrimônio material, na forma da floresta.

Desde quando a queima do coco no povoado ganhou expressiva força, elas tentam encontrar alternativas que possam, em primeiro plano, oferecer possibilidades de renda para que não se queime o fruto, de forma predatória. Entretanto, o que se percebe é que, apesar dos avanços na organização da Associação e conquistas de projetos econômicos para quebradeiras de coco no povoado, a nova atividade vem ganhando crescente espaço na comunidade.

De maneira sintética, pode-se afirmar que os empregos criados, as migrações internas, a concentração de terras, o surgimento de problemas ambientais em grande escala e todos os demais fatos contribuíram decisivamente para a reconfiguração social e cultural da região. A economia mudou e os projetos apresentados com seus respectivos volumes de capital, dispensam dados estatísticos; as relações sociais mudaram com o crescimento de cidades, a redução de populações camponesas em determinadas localidades, o aumento de trabalhadores urbanos assalariados e a redução das atividades camponesas e extrativistas tradicionais; por fim, a própria cultura mudou, pelo simples fato desse próprio mundo amazônico ter mudado.

Para muitas pessoas, as mudanças foram positivas, para os que se beneficiaram com o emprego, com as estradas ou com o melhoramento da própria vida. Para outros, como muitos camponeses e quebradeiras de coco, não foi positiva em seu saldo geral. A maior parte desses projetos desconsideraram o modo de vida tradicional e para esses grupos restou e exclusão e suas consequências socioeconômicas.

Foi nessa perspectiva de busca de espaço que surgiu o movimento social das quebradeiras de coco no Maranhão. Num cenário de concentração fundiária, intensificação da pobreza e devastação dos babaçuais, elas se organizaram para amenizar ou resolver muitos desses problemas. Elas conquistaram um espaço político, econômico e social.

Pode-se afirmar que o grupo de quebradeiras de Petrolina é fruto das influências do Projeto Grande Carajás, materializado principalmente na presença de empresa Celmar, que tornou-se Ferro Gusa e, por fim, Suzano, em 2008. Com a advento da Celmar houve uma inquestionável concentração da terra na sua área de atuação, da mesma forma que influenciou no aumento da produção de carvão do babaçu para fins comerciais, pois ela passou a comprar essa matéria-prima dos pequenos produtores, de forma direta ou indireta, por meio de atravessadores.

Tal como os primeiros grupos de quebradeiras de coco, as mulheres de Petrolina buscaram construir ou conquistar espaços políticos para defender seus interesses. Mas, apesar da influência, elas têm seus próprios projetos e perspectivas. Nesse caso, ocorre uma combinação entre as ifluências do movimento e a própria cultura das mulheres.

As quebradeiras de coco de Petrolina muito aprenderam no sentido de enfrentar, de forma política, seus problemas atuais e conquistar espaço no interior da comunidade em que vivem. Suas estratégias de produção e mercado alternativos, tentativas de conscientização sobre meio ambiente, a importância do babaçu para as gerações futuras, dentre outras propostas, têm surtido certo efeito.

Contudo, os maiores desafios ainda estão por ser conquistados, pois todas essas mudanças que a comunidade vem passando, todos os problemas enfrentados, não estão apenas no interior das relações sociais de trabalho em si, na escolha de uma nova atividade, mas na própria mudança de habitus do coletivo. A comunidade mudou, a cultura também se alterou e as perspectivas das novas gerações acompanharam, pelo menos em parte, esse moviemnto.

Seu problema maior não é a queima do coco em si mesma, mas a mudança de cenário que se traduz na configuração de um novo tempo, sustentado por novos anseios e necessidades. Encontrar espaço para a defesa da preservação da cultura sustentável do babaçu, sem dúvida será um dos maiores desafios para essas quebradeiras de coco de Petrolina e talvez uma de suas maiores conquistas. Essa história ainda está em seu início, mas a disposição desse grupo em seguir em direção ao novo sem abrir mão de referenciais importantes, já diz que dificilmente seus sonhos morrerão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Identidade e mobilização**. São Luís. 3° Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, 1995.

_____. (org.) **Economia do Babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB, 2000.

_____. **Carajás**: a guerra dos mapas. [s/e] Belém,1995.

_____; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cyntia. **Guerra ecológica nos babaçuais**. São Luís: Litograph, 2005.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís, Sioge, 1990.

ANTUNES, Marta. **As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento**. In: NEAD Especial / Ellen F. Woortmann. Renata Menache. Beatriz Heredia (organizadoras). – Brasília : MDA, IICA, 2006.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense**. 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2007.

BARBIERI, Ana Linhares Cavalcante. **As tendências ao desenvolvimento sustentável no manejo do babaçu pelas comunidades rurais do estado do Maranhão**. 2004. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2004.

BEZERRA, José Augusto. As guerreiras do Mearim. **Globo Rural**. mar. 1999.

BOSI, Eclea. O tempo vivo da Memória. Ensaios de Psicologia Social. SP. Ateliê: Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. O campo econômico. **Política e sociedade**. nº 6, abril de 2005.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Campo Econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. (dir.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

CAMPOS, Marize Helena de. Farrapos de algodão: observações acerca da economia maranhense na primeira metade do século XX. **Revista de Economia Política e História Econômica**. Número 12, junho de 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Portugal: Memória e Sociedade, 2002.

_____b. **À beira da falésia**: A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 2002.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves (org). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? Relatório de pesquisa. CPT, 1995.

COSTA, Maria José Jackson (org). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

COTA, Raimundo Garcia. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

DIEHL, Astor. **A Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EdUSC, 2000.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Campinas: Unicamp, 1992.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a nova história**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FERRAZ, Iara. Os Índios Pagam Primeiro e Mais Caro. **Ciência Hoje**, ano 1, n. 3, nov/dez, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERREIRA, Argemiro. Carajás: a saída ou o fundo do poço? Doenças do homem antigo. **Revista Ciência Hoje**, ano1, n. 3, nov/dez, 1982.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

GOMES, Socorro. A Privatização da Vale e o Leilão dos Minérios Brasileiros. **Revista Princípios**, fevereiro-março-abril, 1996.

GONÇALVES, José Maria (org). **Carajás**: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento; apresentação José de Anchieta Moura Fé. São Paulo: Brasiliense; (Brasília, DF): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JOUTARD, Philippe. **Esas voces que nos llegan del pasado**. México: ed Fondo de Cultura Economica, 1986.

JURANDIR, MALERBA (org.). **A História Escrita**. Teoria e história da historiografia. São. Paulo: Contexto, 2006.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás**: na trilha do saque. São Luís: Anita, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MARROU, Irinée Henri. **Do conhecimento histórico**. Lisboa, Aster, 1974.

MAY, Peter Herman. **Palmeiras em chamas**: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. Trad. Linda Maria de Pontes Gondim. São Luís, EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MEIHY, José Carlos Bom. (Re) **introduzindo a história Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã/FFLCH, 1996.

_____. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**: a Cultura Popular Revisitada. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

FERREIRA NETO, Maria Cristina. Sensibilidades, Sociabilidades e Representação Fazem Parte do Campo de Estudos Políticos? **Resta Fragmentos de Cultura Goiana**. v.14, n.9. pp.1565-1573. Setembro de 2004.

PIMENTA, Sara de Olinda Cardoso. Identidade em trajetória: Gênero e precessos emancipatórios na reforma agrária. In: NEAD Especial / Ellen F. Woortmann. Renata Menache. Beatriz Heredia (organizadoras). – Brasília : MDA, IICA, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. A Dimensão Social Omitida. **Ciência Hoje**, ano 1, n. 3, nov/dez, 1982.

_____. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Brasília: Marco Zero, 1981.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RAUD, Cécile. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 19, n. 2. novembro de 2007.

SÁ, Paulo César Ramos Oliveira. Carajás e a Dívida Externa. **Revista Brasileira de Tecnologia**. Brasília, 13 (4) ago/set, 1982.

SANTOS, Raimundo. **Reinventando um mundo**: quebradeiras de Imperatriz em busca de um caminho. Imperatriz: Ética, 2008.

_____. **A (não) Reforma Agrária de FHC**: Problemas e Perspectivas no Assentamento Alegria. Imperatriz: Ética, 2007.

SBPC. Carajás: O Grande Desafio para a Sociedade Brasileira. **Revista Ciência da Terra**, n° 5 jul/ago, 1982.

_____. O Programa Grande Carajás. **Revista Ciência da Terra**, n° 3 mar/abr, 1982.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SUTTON, Alison. **Trabalho Escravo**: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo: Anti-slavery Internacional, 1994.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Universidade de São Paulo e Fundação da Universidade de Brasília, 1989.

_____. Plano Operativo do Programa Grande Carajás para 1986. Siderurgia e Ecologia na Amazônia. **SBPC**, SP, 1988.

DOCUMENTOS

ATA da Assembleia Geral Extraordinária da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina - COOPEVIDA, para a **reforma do Estatuto Social**. 05 jan 2008.

ATA da Assembleia Geral Ordinária da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. Eleição suplementar. 26 mai 2007.

ATA da **Assembleia Geral Ordinária** da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina, Imperatriz MA. 15 jun 2002.

ATA da Assembleia Geral Ordinária da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. **Eleição e posse da nova diretoria**. 18 jul 2006.

ATA da **Assembleia Geral Ordinária** da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina, Imperatriz MA. 18 jul 2004.

ATA da **Assembleia Geral Ordinária** da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. 18 jul 2000.

ATA de **constituição da Associação** das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. 18 jul 1998.

ABRACAVE. **Boletim informativo** da ABRACAVE, 1990.

_____. **Carvão vegetal** – diagnóstico e propostas, ABRACAVE. s/d.

_____. **Anuário estatístico**, ABRACAVE. s/d.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Histórias de trabalhadores rurais no Maranhão: Gênero, Identidades e Mobilização. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, São Paulo. **Anais**... São Paulo: ANPUH/USP, 2008. p. 1-13.

_____. "SOU QUEBRADEIRA EU SOU! QUEBRANDO COCO EU VOU!": Movimento social, gênero e identidades. In: II SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: UFSC, 2007. p. 681-696.

BRASIL. **Lei** nº 4.771, DE 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 15 de setembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

_____. **Lei** nº 1.799, de 5 de agosto de 1980. Reestrutura o GETAT e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 5 de agosto de 1980; 159º da Independência e 92º de República.

CARVALHO, José Cândido de Melo; BORGONOVI, Márcio Negrão. **Cinco anos de atividades sobre a conservação do meio ambiente na CVRD** – Participação do GEAMAM e das CIMA´s. s/d

CIMI. **O Projeto Carajás e as suas conseqüências para as populações indígenas**. Folheto do CIMI: Maranhão – Goiás e Norte II. s/d.

CODEBAR; SUDAM. **Ciclo de palestras sobre carvão vegetal na área do Programa Grande Carajás**. Problemática do carvão vegetal na área o Programa Grande Carajás. CODEBAR/SUDAM, 1986.

CONSELHO INTERMINISTERIAL - S.E. **Plano Operativo do Programa Grande Carajás para 1986**. Fevereiro, 1986.

_____. **Pauta para a 10ª Reunião Plenária (20/08/85) do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás**. Plano operativo do PGC para 1986.

_____. **Ata da Décima Plenário do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás**. 1985.

_____. **Parecer** n° 031/86, Processo n° 382/86.
_____. **Parecer** n° 021/86, Processo n° 652/86.

_____. **Processo** n° 417/86.

_____. **Processos** n°s 139/85 e 108/86.
_____. **Processo** n° 070/85.

_____. **Processo** n° 161/84.

COSTA, Célio. **Aspectos sócio-econômicos do babaçu**. In: I SEMINÁRIO SOBRE O BABAÇU (ORBIGNYA SPP), 1., Goiânia. Anais... Goiânia: MEC/UFG, 1983. p. 53-75.

CONTRATO particular de **comodato e outros pactos** nº 012/2004, que entre si celebram a Ferro Gusa Carajás S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

CONTRATO particular de **comodato e outros pactos** nº 009/1999, que entre si celebram a Celmar S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

CVRD. **A Mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Siderurgia a carvão vegetal na região de Carajás** – investimentos e pesquisas tecnológicas para minimizar efeitos perversos sobre o meio ambiente. CVRD, 1990.

_____. **Pólos Florestais na Amazônia Oriental** – A reversão do processo de degradação ambiental, 1989.
_____. Comunidade científica nacional e internacional sobre **seminário internacional sobre o meio ambiente**. CVRD, 1986.

_____. **Estudo sócio-econômico da área de influência da estrada de ferro Carajás**. CVRD, 1985.

_____; SEPLAN. **Gerenciamento do Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás** – termos de referência para contratação dos estudos da questão indígena na área do corredor da estrada de ferro Carajás. CVRD, SEPLAN/PGC, 1987.

ESTATUTO da **Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina**, 1998.

QUEIROZ FILHO, Edir Santana Pereira de. **Elementos para Elaboração de uma Política Orientadora de Produção de Carvão Vegetal na Área do Programa Grande Carajás, no Estado do Pará**. I Encontro Marabaense em Defesa do Meio Ambiente, Marabá, 1988.

FREITAS, M. L Davies. **A política ativista da CVRD**. Principais temas: Desenvolvimento econômico e impacto ambiental em áreas de trópicos úmidos brasileiro – a experiência da CVRD. s/d.

IBASE. **Proposta** – captar recursos para Carajás. IBASE, RJ, 1981.

_____. **Programa Grande Carajás**: Uma alternativa para as inversões. IBASE, RJ, 1981.

_____. **Carajás**: o Brasil hipoteca seu futuro. Rio de Janeiro: Achamé, 1983.

IDESP. **Relatórios de Pesquisa** – Estudo do emprego e da renda na área paraense da estrada de ferro Carajás. IDESP, 1990.

_____. **Relatórios de pesquisa** – estudo do padrão de vida, trabalho, cultura e lazer na área paraense da estrada de ferro Carajás. IDESP/SUDAM, 1989.

_____. **Relatórios de pesquisa** – impacto de implantação do pólo siderúrgico na estrutura produtiva e no movimento migratório em Marabá. IDESP/SUDAM, 1988.

_____. **Reforma agrária**: balanço dos 3 anos. Pará Agrário – informativo da situação fundiária IDESP, 1988b.

INSTITUTO JURÍDICO POPULAR - IJP. **Inquérito Civil Programa Grande Carajás**. Informativo do Instituto apoio jurídico popular, RJ, 1989.

_____. **Inquérito Civil Público**. São Paulo, 1985.

_____. **Memorial do Programa Grande Carajás**. Instituto apoio jurídico popular (org). Principais temas: As concessões do Programa Grande Carajás, composição e atribuições do Conselho Interministerial, questões sócio-ambientais, propostas para ações. s/d.

LORIO, Cecília; TEIXEIRA, Regina (consultoras). **Relatório de avaliação institucional do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB**: Agosto de 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPU. **Ação Civil Pública contra a União**. Brasília, 1988.

MIQCB. **Carta das quebradeiras de coco babaçu**. In: V ENCONTRO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, 5., São Luís. Anais... São Luís: MIQCB, 2004. p. 1-18.

_____. **Relatório do V Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. São Luís. Anais... São Luís: MIQCB, 2004b. p. 1-60.

_____. **I Oficina sobre a economia do babaçu**: extrativismo, produção familiar e desenvolvimento autossustentável. São Luís. Anais... São Luís: MIQCB, 1999.

NATRON. **Plano diretor do corredor da estrada de ferro Carajás** – marco teórico, escopo e metodologia NATRON – consultoria e planejamento S.A., 1987.

OFÍCIO da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Pedido de fiscalização da Reserva**. 17 jul 2008.

OFÍCIO nº 02/07 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Solicitação de reunião**. 17 out 2007.

OFÍCIO nº 09/2007 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Autorização para trabalhar a casca e o coco velho para a fabricação do carvão**. 23 nov 2007.

OFÍCIO nº 01/2007 do Ministério do Meio Ambiente à Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. Assunto: **Convite para participar do Diagnóstico Participativo e Validação e Planejamento da Cadeia Produtiva do Babaçu na Mesorregião do Bico do Papagaio**. 18 jul 2007.

OFÍCIO nº 03 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Fabricação do carvão a partir da casca e do coco velho na área da empresa**. 11 jan 2005.

OFÍCIO nº 04/2005 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Renovação de Contrato de Comodato**. 07 jul 2005.

OFÍCIO nº 01/07 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Renovação de Contrato de Comodato**. 30 mai 2005.

OFÍCIO nº 002/2005 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Renovação de Contrato de Comodato**. 06 jun 2005.

OFÍCIO nº 002/2004 da Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina à Ferro Gusa Carajás. Assunto: **Renovação de Contrato de Comodato**. 22 abr 2004.

PARÁ. **1º Seminário sobre carvão vegetal e o pequeno produtor**, Marabá, PA, 1987.

PENSA, USP. **Reorganização do agronegócio do babaçu no estado do Maranhão**. São paulo: USP, 2000.

PRIMEIRA festa do babaçu em Imperatriz. **Caderno de Musicas**. Imperatriz. Dez. 2005.

PROJETO: **Extraindo da terra a libertação**. Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN: Programa de Pequenos Projetos Ecossociais, 2005.

PROJETO: **Produzir para transformar**. Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Coordenação da Amazônia; Coordenação de Apoio ao Agroextrativismo; Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, 2001.

PROJETO **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. Quebradeiras de Coco Babaçu de Imperatriz. São Luís: 2005.

RAMOS, Carlos Romano. Mesa Redonda. **Carajás**: Realidade e Perspectivas, em Busca de Caminhos Políticos. Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Grupo Interdisciplinar de Política Científica e Tecnológica. Pará, 1987.

SEPLAN; IPEA; CEDEC. **Ciclo de palestras sobre carvão vegetal na área do Programa Grande Carajás**. Dezembro de 1986.

SEPLAN - PR. **Legislação e Normas**, Brasília, 1985.

SHIRAISHI NETO, Joaquim; MESQUITA, Benjamin Alvino de; ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MARTINS, Cyntia Carvalho. Relatório EXCLUSÃO, São Paulo. **Anais**... São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008. p. 1-13.

Primeiro **TERMO DE ADITAMENTO** ao Contrato de Comodato nº 012/2004, que entre si celebram a Ferro Gusa Carajás S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

Segundo **TERMO DE ADITAMENTO** ao Contrato de Comodato nº 015/2001, que entre si celebram a Celmar S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

Terceiro **TERMO DE ADITAMENTO** ao Contrato de Comodato nº 009/1999, que entre si celebram a Celmar S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

Segundo **TERMO DE ADITAMENTO** ao Contrato de Comodato nº 009/1999, que entre si celebram a Celmar S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

Primeiro **TERMO DE ADITAMENTO** ao Contrato de Comodato nº 009/1999, que entre si celebram a Celmar S.A e a Associação das Qubradeiras de Coco do Povoado de Petrolina.

REFÊNCIAS ELETRÔNICAS

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; CARVALHO, Cynthia Martins; MAGALHÃES, Ana Carolina Mendes. **As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo**. Rede social de justiça e direitos humanos: Relatórios. 2008. Disponível em: http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio026.htm. Acesso em: 10 mar. 2009.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A economia do babaçu no Maranhão**: gênese, crise, novas perspectivas de desenvolvimento. 2009. Disponível em: http://74.125.93.132/search?q=cache:hEAnGkHtSgIJ:br.geocities.com/ayres1000/mestrado/agb.doc+economia+do+babaçu.+josé+costa+junior&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15 mar. 2009.

BIANCONI, Cesar; LUNA, Denise. **Vale se junta a Nucor para produzir ferro gusa no país**. 24 abr. 2003. Disponível em < http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?IDItem=995>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CADINI, Afrânio Mendes. **Pierre Bourdieu: Um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais.** Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ba6c00014_1.pdf. Acesso em: nov. 2009.

CAMPOS, André. **A saga do babaçu**: Quebradeiras de coco lutam pela sobrevivência de sua atividade. Problemas Brasileiros. São Paulo, nº 374 mar/abr 2006. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=239&Artigo_ID=3765&IDCategoria=280&reftype=1&BreadCrumb=1. Acesso em: abr. 2007.

DUARTE, Neide. TV Cultura. **Quebradeira, Destino de Mulher:** Baixo Mearim (MA) - primeira parte. 2008. Disponível em: http://www.tvcultura.com.br/caminhos/25quebradeiras/quebradeiras1.htm. Acesso em: 10 mar. 2009.

_____b. TV Cultura. **Quebradeira, Destino de Mulher:** Baixo Mearim (MA) - segunda parte. 2008. Disponível em: http://www.tvcultura.com.br/caminhos/25quebradeiras/quebradeiras1.htm. Acesso em: 10 mar. 2009.

GLASS, Verena. **Carvão "encarece" babaçu, fonte de renda de 400 mil famílias**. Repórter Brasil, jul. 2008. Disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1390. Acesso em: 20 mai. 2009. Final: diagnóstico da situação socioeconômica das áreas de reservas extrativistas de Mata Grande, Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO). São Luís: MIQCB, 2003. Acesso em: 10 de mar 2009.

LIMA, Eduardo Sales de. **Monocultura**: Plantação de eucalipto se espalha pelo Maranhão e prejudica agricultura familiar.27jun2007.Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/jornal.2007-06-27.8068227691/editoria.2007-07-11.9636691785/materia .2007-07-11.0458947997>. Acesso em: 10 de jun de 2009.

MALI, Tiago. Melhor IDH é do DF; **NE concentra os piores**. Brasília, 15 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3038&lay=pde> . Acesso em 30 de set de 2009.

OLIVEIRA, José Carlos.**Especial Sudam/Sudeco/Sudene - Conheça a história das três Superintendências (6' 19'').** 09 out 2006. Disponível em:http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=42244. Acesso em 01 out 2009.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **O Maranhão dos grandes projetos de exclusão**. 03 abr 2006. Disponível em: <http://www.smdh.org.br/artigos2.php?id=6>. Acesso em: 20 de jul de 2009.

ROCHA,Maria Regina Teixeira da. **A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pela libertação do "coco preso" e pela posse da terra**, 1995. Diponível em: http://74.125.47.132/search?q=cache:ia2zU4Miui0J:www.alasru.org/cdalasru2006/05%2520GT%2520Maria%2520Regina%2520Teixeira%2520da%2520Rocha.pdf+a+luta+das+mulheres...a+luta+das+mulheres+quebradeiras+de+coco+pela+libertação+do+coco+presso,+teve+início+no+estado+do+maranhão+na+região+do+medio+mearim,+a+partir+do+impedimento&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 mar. 2009.

SENA, Maristela. **Na cara e na coragem**. 2007. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticiaIntegra.asp?id_artigo=1038. Acesso em: 10 mar. 2009.

SOARES, G. Danilo et al. **Publicação aceita no quadro do Boletim técnico do Projeto Gef Caatinga**. Disponível em: http://www.plantasdonordeste.org/belgica/belgica/arq_site/Anexo_publica_carvao.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.

VAINSENCHER, Semira Adler. **BABAÇU**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, março de 2008. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=299&textCode=10694&date=currentDate. Acesso em: 10 mai. 2009.

JORNAIS

Folha de São Paulo 24.03.1989.

Folha de São Paulo 30.07.1989.

Gazeta Mercantil 14.10.1986.

Jornal da Vale. Ano 16 n°135 jul 1990.

Jornal do Brasil 26.08.1990.

Jornal do Brasil 31.08.1990.

Jornal do Brasil 20.09.1990.

Jornal do Brasil 28.09.1990.

Jornal do Brasil 29.09.1990.

Jornal do Brasil 06.10.1986.

O Globo 28.09.1986.

O Liberal 03.06.1988.

O Liberal 02.10.1986.

O Liberal 04.10.1986.

Província do Pará 01.10.1986.

O Progresso 7 set. 2001.

O Progresso 7 set. 2005.

ENTREVISTAS

ARAÚJO, Raimunda de Jesus Brandão. **Membro da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

CONSOLAÇÃO, Maria da. **Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco - MIQCB**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

CRUZ, Gilcimar Sousa. **Membro do Grupo de Jovens do povoado**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

CRUZ b, Maria de Jesus Brandão. **Membro da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

CRUZ c, Terezinha Sousa. **Tesoureira da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 13 de julho de 2008.

GRAÇAS, Maria das. **Membro da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

LEAL, Maria Denise Barbosa. **Assessora técnico-jurídica do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

NASCIMENTO, Cristóvão Pereira do. **Sócio do Sindicado de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz - STTR**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

OLIVEIRA, Raimunda Maria Silva. **Presidente da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

PEREIRA, Josimar Barros. **Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz - STTR**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SILVA, Antônia Lopes da. **Membro da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SILVA b, Eleni dos Santos. **Diretora da escola do povoado de Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SILVA c, Euvaldo Pereira da. **Chefe da Reserva Extrativista do Ciriaco**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SILVA d, Maria de Lima da. **Membro da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SILVA e, Teresa Almeida. **Membro do Clube de Mães do povoado de Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SOUSA, Raimunda da Silva. **Membro da associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

VIEIRA, Francisca Maria. **Membro da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina**. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.